



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

VANESSA MARQUES BARRETO

**AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-
GEOGRÁFICO DO DISTRITO DE GUARAGI – PONTA GROSSA (PR)**

**PONTA GROSSA
2011**

VANESSA MARQUES BARRETO

**AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-
GEOGRÁFICO DO DISTRITO DE GUARAGI – PONTA GROSSA (PR)**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.
Orientação: Prof.^o Dr.^o Leonel Brizolla Monastirsky

PONTA GROSSA
2011

VANESSA MARQUES BARRETO

AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-
GEOGRÁFICO DO DISTRITO DE GUARAGI – PONTA GROSSA (PR)

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

B273e Barreto, Vanessa Marques
As especificidades do processo de formação histórico-geográfico do
Distrito de Guaragi – Ponta Grossa (PR) / Vanessa Marques Barreto . Ponta
Grossa, 2011.
155f.

Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão do Território),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky

1. Distritos. 2. Relação rural-urbano/campo-cidade. 3. Cultura.
4. Território. I. Monastirsky, Leonel Brizolla. II.T.

CDD: 910

PONTA GROSSA
2011

TERMO DE APROVAÇÃO

VANESSA MARQUES BARRETO

AS ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO- GEOGRÁFICO DO DISTRITO DE GUARAGI-PONTA GROSSA (PR)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof. Dr. Leonel Brizolla Monastirsky
UEPG


Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
UEPG


Prof. Dr. Sergio Fajardo
UNICENTRO

Ponta Grossa, 24 de fevereiro de 2011

*Aos meus pais Altair e Abigail, pelo
exemplo de vida e dedicação!*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos.

Ao Profº Leonel Brizolla Monatirsky, pela paciência e sabedoria com a qual me orientou, contribuindo para minha formação profissional e pessoal.

A Banca de Qualificação, Professora Dr.^a Christiane Marques Szesz e Professor Dr.^o Luiz Alexandre Cunha pela contribuição.

Aos meus pais Altair e Abigail, por todo apoio e incentivo que sempre demonstraram.

Ao meu pai pela companhia até o distrito pela primeira vez para que eu pudesse conhecer o lugar onde voltaria muitas vezes.

A minha irmã Tatyla, pela ajuda, sugestões, incentivos e companhia.

Aos moradores da vila do distrito de Guaragi, os quais me receberam muito bem em seus lares, se alegrando em compartilhar uma parte de suas vidas.

Aos pesquisadores auxiliares, pela ajuda na aplicação dos questionários, Fabelis, Caio, Dinameres e Márcia.

*[...] não se apegue ao que você possui; viva no presente
como se ele fosse um acampamento ou uma parada no
caminho para o futuro [...]*

Yu-Fi Tuan, 1983, p. 199

RESUMO

Esta pesquisa analisa as especificidades do processo de formação histórico-geográfico do distrito de Guaragi. Buscou-se compreender a interação rural-urbano presente na vila do distrito, considerando as relações que os moradores da vila estabelecem no espaço em que vivem, as relações que possuem com o distrito sede e o mundo externo, em um movimento dialético. Aborda-se a interação desses dois espaços e o resultado que essa relação proporciona sendo que a justificativa dessa investigação constitui-se pela falta de estudos voltados à complexidade das relações que esses locais têm com os respectivos municípios, como se organizam politicamente e como se caracterizam as relações sociais, comerciais e culturais nessas sedes rurais urbanizadas, bem como as relações das pessoas que habitam nos distritos com a sede municipal e o sentimento de pertencimento ao lugar que habitam. Discutiu-se conceitos de cultura, lugar, relação rural-urbano, para compreender a dinâmica na qual a vila do distrito está inserida.

Palavras-chave: distritos, relação rural-urbano/campo-cidade, cultura, território.

ABSTRACT

This research analyzes the specifics of the process of the socio-Guaragi geographic district. We tried to understand the interaction between rural-This urban village in the district, considering the relationships that residents Village set in space where they live, the relationships they have with the district headquarters and the external world in a dialectical movement. Addresses the interaction of these two spaces and the result being that this relationship provides The justification of this research is constituted by the lack of studies facing the complexity of relationships that these sites have with their municipalities, they are organized politically and how to characterize the relations social, commercial and cultural offices in these urban and rural as well as the relationships of people who live in districts with the municipal headquarters and feeling of belonging to the place they inhabit. It was discussed concepts culture, place, rural-urban relationship, to understand the dynamics in which the village of the district is located.

Keywords: districts, relationship rural-urban/ city-field, culture, territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Estado do Paraná e Município de Ponta Grossa	17
Figura 2 – Mapa do Estado do Paraná e suas regiões	36
Figura 3 - Município de Ponta Grossa: território – 1823-1879	40
Figura 4 - Paraná: População Urbana e Rural.....	48
Figura 5: Brasil: População Urbana e Rural	48
Figura 6 – Divisão territorial Município de Ponta Grossa (PR).....	49
Figura 7 – Guaragi: Plantação.....	51
Figura 8 – Uso do solo no município de Ponta Grossa (PR)	52
Figura 9 – Itaiacoca: Vilas do distrito	54
Figura 10 – Itaiacoca: População urbana e rural.....	56
Figura 11 – Pontos Turísticos no município de Ponta Grossa (PR).....	57
Figura 12 – Itaiacoca: Cachoeira da Mariquinha (2010)	57
Figura 13 – Uvaia:População urbana e rural.....	60
Figura 14 – PiriQUITOS: População urbana e rural	61
Figura 15 – Território da paróquia de Sant’Ana de Ponta Grossa 1823-1879.....	62
Figura 16 – Guaragi: Antigo nome do Município ainda conservado	64
Figura 17 – Guaragi: Construção datada de 1898 / Casa antiga no distrito de Guaragi.....	65
Figura 18 – Guaragi: População urbana e rural	66
Figura 19 – Guaragi: Etnia	68
Figura 20 – Procedência dos moradores	68
Figura 21 – Tempo de moradia no distrito.....	69
Figura 22 – Guaragi: População total por grupo de idade.....	69

Figura 23 - Guaragi: Escolha da vila do distrito para morar	71
Figura 24 – Guaragi: Vista aérea da área urbana do distrito	73
Figura 25 – Guaragi: PR 438 que dá acesso ao Distrito e passa pelo meio da vila.....	74
Figura 26 – Guaragi: Quadra da vila do distrito - Rua de chão	74
Figura 27 – Guaragi: Sub-prefeitura – desativa, hoje funciona a sede da Associação dos Moradores	75
Figura 28 – Condições de vida em Guaragi: Pontos positivos.....	77
Figura 29 – Condições de vida em Guaragi: Pontos negativos	77
Figura 30 – Guaragi: Necessário para o distrito	78
Figura 31 – Guaragi: Posto Policial (abandonado).....	80
Figura 32 – Guaragi: Escola Municipal Prof ^a . Maria Elvira Justus Schimidt .	82
Figura 33 – Guaragi: Colégio Estadual Dr ^o . Munhoz da Rocha	82
Figura 34 – Guaragi: Escolaridade da população	83
Figura 35 – Benfeitorias do governo municipal no distrito.....	85
Figura 36 – Guaragi: Frequência de deslocamento dos moradores a Ponta Grossa.....	87
Figura 37 – Guaragi: Vínculo dos moradores com o distrito Sede.....	88
Figura 38 - Guaragi: Religião dos moradores	97
Figura 39 – Guaragi: Hábitos religiosos dos moradores	98
Figura 40 - Guaragi: moradores que frequentam a benzedeira	98
Figura 41 - Guaragi: Festas que ocorrem no distrito	102
Figura 42 - Guaragi: Principais festas que ocorrem no distrito.....	103
Figura 43 - Guaragi: Participação dos moradores nas festas	103
Figura 44 - Guaragi: Percentual dos moradores que possuem o hábito	

de fazer visitas	105
Figura 45 - Guaragi: Percentual dos moradores que recebem visita.....	105
Figura 46 – Guaragi: Percentual dos moradores que se reúnem para conversar	106
Figura 47 – Guaragi: Identificação do morador: urbano/rural.....	111

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DOS DISTRITOS (1991 – 2000).....	47
TABELA 2: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E SEUS DISTRITOS.....	50
TABELA 3: USO DO SOLO RURAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Características da população de Uvaia	59
Quadro 2 – Guaragi: Características da população	67
Quadro 3 - Atendimentos do Posto de Saúde	79

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

PLADEI – Plano de Desenvolvimento Industrial

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

PSF – Programa Saúde da Família

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
INTRODUÇÃO.....	16
1 – DISTRITOS: CONCEITOS E REFLEXÕES	22
1.1 Município, Distritos: Definições	22
1.2 Relações campo-cidade, rural-urbano e suas (re)significações.....	29
2- MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E SEUS DISTRITOS:	
PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA	35
2.1 O Município de Ponta Grossa e seus distritos	38
2.2 Município de Ponta Grossa: divisão territorial e o uso do solo	49
2.3 Distrito de Itaiacoca.....	52
2.4 Distrito de Uvaia.....	58
2.5 Distrito de PiriQUITOS	60
2.6 Distrito de Guaragi	61
2.6.1 Características da população do distrito de Guaragi	65
2.6.2 As relações políticas Municipais e a vila do distrito de Guaragi	71
3 – RELAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS NO DISTRITO DE GUARAGI...	
.....	90
3.1 As práticas sociais e culturais na vila do distrito de Guaragi	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	117

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS.....	124
FONTES PESQUISADAS.....	126
APÊNDICE A – Roteiros de Entrevista	127
APÊNDICE B – Cessão de direito de entrevistas.....	137
ANEXO A – Divisão Territorial do Município de Ponta Grossa (IBGE)..	142
ANEXO B – Divisão Territorial de Ponta Grossa – Câmara Municipal de Ponta Grossa – Lei nº 8.799	145

INTRODUÇÃO

O espaço rural no final do século XIX e início do século XX era visto como um lugar de atraso, inferior, face ao processo de urbanização e industrialização que ocorria no Brasil (SILVA, J., 2008). Porém, essa visão tem mudado com uma série de atividades que vêm sendo realizadas no campo, como industriais, recreativas, pesca, trilhas, turismo rural, o qual valoriza a cultura e a gastronomia local, entre outras, passando de uma visão do rural apenas agrícola, para um rural mais ligado a natureza. Com a questão da preservação ambiental, o rural tem sido visto como um lugar tranquilo, bucólico, onde as pessoas buscam descanso, servindo como um refúgio da correria do dia-a-dia nas grandes cidades.

Veiga coloca que

[...] o espaço rural tende a ser cada vez mais valorizado por tudo o que ele opõe ao artificialismo das cidades: paisagens silvestres ou cultivadas, água limpa, ar puro e silêncio. O desenvolvimento leva a uma forte revalorização do ambiente natural, em vez de suprimir a diferença entre cidade e campo por obra e graça da organização da agricultura e da indústria (VEIGA, 2002, p.95).

Diante das mudanças que permeiam o pensamento sobre o rural, os distritos devem ser pensados em sua totalidade, o que envolve as relações econômicas, políticas e culturais presentes nesses locais e as relações com as sedes municipais, não sendo entendidos como oposição campo-cidade, mas sim na sua relação com a cidade.

O interesse pela temática do distrito constitui-se pela lacuna de estudos voltados a esses espaços e as relações que os mesmos têm com o município do qual fazem parte.

Diante da escassez de estudos voltados aos distritos municipais, vê-se a necessidade de abordar a discussão da complexidade das relações que esses locais têm com os respectivos municípios. Os focos de estudos geralmente se concentram nas zonas centrais das cidades, nas questões do desenvolvimento e crescimento das mesmas. As pesquisas realizadas nas temáticas urbana e rural se dão geralmente de forma dicotômica e quando associadas, raramente consideram o distrito como elemento importante, permanecendo estes a margem do interesse nas pesquisas.

O projeto de pesquisa, inicialmente apresentado, previa o estudo mais generalista de todos os distritos do município de Ponta Grossa. No decorrer do desenvolvimento do mesmo e as discussões levantadas decidiu-se trabalhar apenas com um distrito, sendo este o distrito de Guaragi, o qual faz parte do Município de Ponta Grossa, Paraná, e se insere no contexto de relação rural/urbano. A escolha em trabalhar com esse distrito se deve ao fato de ser o distrito que apresenta uma vila mais concentrada, se diferenciando dos demais.

O município de Ponta Grossa abrange uma área territorial de 2.025,697 km²¹ com população de 273.616 habitantes (IBGE – Censo 2000). Em divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, segundo IBGE, o município aparece com cinco distritos: Ponta Grossa (distrito sede), Uvaia, Itaiacoca, Piriquitos e Guaragi. No ano de 2001, segundo IBGE com uma nova divisão territorial o município apresenta 4 distritos: Ponta Grossa (distrito sede), Itaiacoca, Uvaia e Guaragi (ANEXO A) permanecendo essa divisão até o ano de 2007, quando Piriquitos volta a ser contado como distrito do município.

O distrito de Guaragi localiza-se a 32 km da sede municipal de Ponta Grossa, conta com uma população total de 2.315 habitantes, possui uma pequena vila, considerada área urbana pelo IBGE, com 981 habitantes, (IBGE - Censo 2000). O distrito faz divisa com o Município de Palmeira.

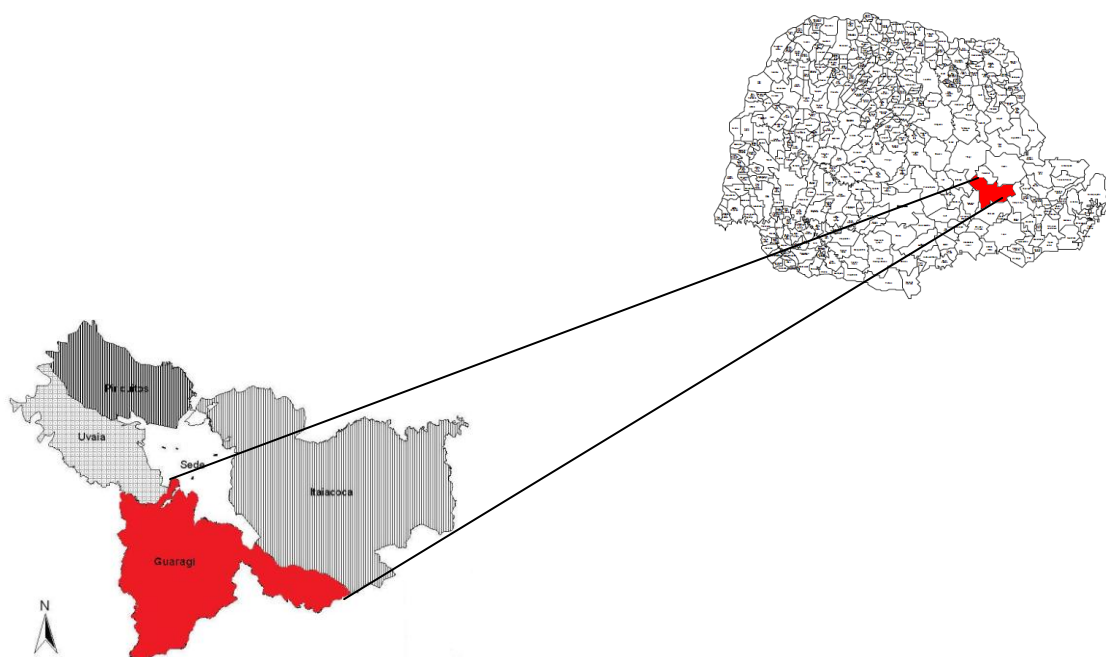


Figura 01 - Mapa do Estado do Paraná e Município de Ponta Grossa
FONTE: Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

¹ IPARDES 2009

A vila do distrito possui uma configuração simples, e apresenta alguns equipamentos e serviços urbanos como: energia elétrica, água encanada, uma unidade de Saúde Básica, Escola de ensino fundamental e médio, unidade da Agência de Correios (funciona na escola), sistema de telefonia, Posto Policial (desativado) e uma Subprefeitura (desativada), um cartório, um posto de combustível, um restaurante, pequenas mercearias e bares, loja de material de construção, uma loja de roupas, transporte coletivo, cancha de esportes e templos religiosos.

Diante da proximidade do distrito com a sede do município e o contato dos moradores com o urbano, optamos por uma abordagem sobre a interação desses dois espaços e o resultado que essa relação proporciona. Neste sentido essa pesquisa procurou analisar as especificidades do processo de formação histórico-geográfico do distrito de Guaragi, no município de Ponta Grossa – (PR), afim de compreender essa formação sob o aspecto cultural, e entender a configuração econômica e política do município, bem como as transformações na cultura, identidade e cotidiano dos moradores.

Algumas questões foram fundamentais para a elaboração e organização desse estudo, como o processo da formação histórico-geográfica através do viés cultural, as ações institucionais do Poder Público municipal voltadas ao distrito, a relação da sede do distrito (vila) com a sede urbana de Ponta Grossa, e se essa relação interfere nos hábitos, na cultura dos moradores da vila distrital, como também se a administração local interfere no desenvolvimento do distrito.

Há a dificuldade (que se transforma em desafio) de que não existem literaturas que abordem tal conceito para uma abordagem teórica. Deste modo, utiliza-se a definição do Direito Municipal Brasileiro para definir distrito, apontada por Meirelles (1997) em seu livro “Direito Municipal Brasileiro”, e Mello (1975) em seu livro “Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta”.

Utilizou-se também alguns trabalhos já desenvolvidos sobre o tema no Município de Uberlândia, os quais tiveram como objeto de estudo os distritos do município, destacando-se o trabalho de Silma Rabelo Montes, intitulado “ENTRE O CAMPO E A CIDADE: As territorialidades do distrito de Tapuira (Uberlândia – MG) – 1975 a 2005 e de Flávia Aparecida de Araújo: Quando o urbano e o rural se inter cruzam: discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhece/Araguari (MG).

Abordou-se nesta pesquisa a vila do distrito sobre o conceito de lugar, discutido por Tuan (1997) em seu trabalho “Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência”, para entender a relação que os moradores têm com o distrito. Esse autor faz uma discussão sobre a transformação do espaço em lugar, a medida em que os habitantes o dotam de valor e tem experiências, bem como contato com outros espaços e moradores, fazendo com que o sentimento de singularidade e identidade se estimule.

Para acometer as relações campo/cidade e rural/urbano, utilizam-se autores que trabalham com esses espaços pela perspectiva dinâmica que os mesmos apresentam, considerando as relações sociais existentes nesse espaço, bem como as relações com o urbano, dentre eles Carneiro (1997), Alentejano (2003) e Queiroz (1979).

Para compreender o espaço, a vila do distrito, através da cultura, optou-se pela abordagem dialética entre cultura e território, pois a mesma permite compreender os fenômenos em sua totalidade. O cotidiano dos moradores não pode ser ignorado se quisermos compreender como esse espaço é constituído, por isso, através da cultura e identidade podemos entender como os indivíduos se afirmam no espaço em que se encontram, pois as mesmas originam-se nas relações sociais entre os sujeitos. Dessa forma utilizam-se as discussões de Cuche (2002), Wagner e Mikesel (2003), Hall (1998), dentre outros.

Com relação às pesquisas, foram utilizados dados estatísticos do IBGE² (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística); documentos históricos dos distritos, que se encontram na Casa da Memória; documentos da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, pesquisa de campo, com aplicação de questionários e gravação de entrevistas, fontes orais, para entender a relação que os moradores da vila do distrito de Guaragi têm com a sua localidade e com o distrito sede (cidade de Ponta Grossa).

A aplicação dos questionários foi feita nos domicílios de forma aleatória. Em uma primeira etapa foram aplicados 34 questionários, os quais continham 10 questões fechadas, relacionadas à moradia, procedência dos moradores, pontos positivos e negativos do distrito, entre outras (Apêndice A). Em segundo foram

² Foram utilizados nesta pesquisa dados referentes ao Censo de 2000, pois até o término da mesma os dados de 2010 não estavam disponíveis.

aplicados 41 questionários, contendo 8 tópicos, relacionados aos hábitos cotidianos, religião, etc., sendo que para essa pesquisa foram usados apenas alguns tópicos do questionário (Apêndice A).

Quanto às entrevistas, foram elaborados dois roteiros, um foi aplicado à liderança local e o outro a moradores mais antigos do distrito (Apêndice A).

A escolha em se trabalhar com entrevistas se deve ao fato de que elas possibilitam entender o processo histórico de outra forma que não a oficial, através de pessoas que participaram, direta ou indiretamente, desse processo, e também as mudanças nos hábitos dos moradores, “ela é vital também para produzir outras versões promovidas à luz de documentos cartoriais consagrados e oficiais” (MEIHY; HOLANDA; 2007, p. 26).

Nas entrevistas realizadas com os moradores mais antigos as perguntas eram abertas, e continham questões sobre a história do distrito, tempo de moradia, condições de vida, entre outras. A escolha dos sujeitos se deu de forma aleatória e por indicações dos próprios moradores da vila. Após a gravação as mesmas passaram pelo processo de transcrição.

Os entrevistados ligados a vida econômica, política e social do distrito foram: um diretor do Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha – Distrito de Guaragi, um vereador, o qual representa o distrito e uma professora da Escola Municipal Prof. Maria Elvira Justus Schmidt – Distrito de Guaragi. As questões são abertas, contendo perguntas relacionadas à ação do poder público no distrito, a relação com os moradores, as expectativas para o futuro do distrito, entre outras.

A estrutura do trabalho está organizada em três capítulos:

No primeiro capítulo, intitulado “Distritos”, buscou-se uma abordagem do que se entende por distrito baseado nos termos jurídicos e nas leis municipais e estaduais de Ponta Grossa e do Paraná, para compreender como se dá a formação e configuração do mesmo, pensando-se o distrito (vila) através do conceito geográfico de lugar. Aborda-se a relação rural-urbano/campo-cidade, para se compreender a relação entre esses espaços e as relações sociais presentes em seu meio, considerando a constituição do espaço, distrito (vila), através da cultura, a qual contribui para a formação do território.

No segundo capítulo, “Município de Ponta Grossa e seus distritos: processo de formação Histórico-Geográfica” buscou-se a contextualização da formação

histórico-geográfica do município de Ponta Grossa e seus distritos, focando de forma aprofundada o distrito de Guaragi, bem como as suas especificidades, para se chegar a um entendimento de como ocorre à relação rural-urbana no distrito. Em um segundo momento buscou-se analisar as ações das políticas públicas do município voltadas ao distrito, ação do poder público municipal; políticas públicas institucionais e políticas locais.

No terceiro capítulo, “Relações Sociais e Culturais no distrito de Guaragi”, buscou-se abordar as relações sociais pela cultura e identidade como construtoras do espaço a qual contribui para a formação do território, e a relação rural-urbano no distrito, discutindo a forma como o rural e o urbano se interagem, de forma dialética; como os indivíduos percebem e reconhecem o espaço que habitam, se há o sentimento de pertencimento a este território, e o significado que o lugar tem para os mesmos.

1 – DISTRITOS: CONCEITOS E REFLEXÕES

Este capítulo discute acerca da definição de “município” e de “distrito”, nos termos jurídicos e nas leis municipais de Ponta Grossa e daquelas, do Estado do Paraná.

Diante das mudanças que permeiam o pensamento sobre o rural, deve-se pensar os distritos rurais por meio de um contexto amplo, o qual envolve as relações econômicas, políticas e culturais presentes nesses locais e as relações com as sedes municipais, não sendo entendidos como oposição, campo-cidade, mas, sim, na relação com a cidade, um local de transição. O distrito e a cidade, ao interagirem, unem rural e urbano, formando novas territorialidades, de forma dialética e complementar, sendo de suma importância o entendimento de até que ponto essa interação provoca ou não mudanças no cotidiano dos moradores. Definir os distritos torna-se importante para compreender a dinâmica na qual se inserem e se estruturam.

Partimos da definição de Município para se chegar a de distrito de uma forma geral, através de uma abordagem administrativo-jurídica, utilizando-se das definições do Direito Municipal Brasileiro, e mais especificamente, das disposições da Constituição do Paraná e suas Leis complementares sobre a criação de municípios e distritos no Estado, bem como as leis Municipais de Ponta Grossa.

Aborda-se a complexidade da relação rural-urbano/campo-cidade nas suas variações e (re)conceituações para melhor compreender como esses espaços se relacionam entre si e também, como são construídos a partir das relações sociais presentes nos mesmos. Considerou-se a constituição do espaço determinado, distrito (vila), através da cultura, que como já foi afirmado, é a base para o entendimento da formação do território e das relações que nele acontecem.

1.1 Município, Distritos: Definições

Os municípios, como uma unidade político-administrativa, tiveram sua origem com a República Romana, como forma de “manter a dominação pacífica das

idades conquistadas pela força de seus exércitos” (MEIRELLES, 1997, p. 33). Com o passar do tempo, a função do Município teve algumas modificações. No Brasil, a estrutura e atribuições do Município passaram por várias modificações, desde o Brasil Colônia, até a Constituição de 1988. Com a Constituição de 1946 “e subsequente vigência das Cartas estaduais e leis orgânicas é que a autonomia municipal passou a ser exercida de direito e de fato, nas administrações locais” (MEIRELLES, 1997, p.43). Montes (2006) aponta o fato de que foi durante a Constituição de 1946 que mais se criou municípios no Brasil.

A partir de uma abordagem jurídica, Meirelles afirma:

O território nacional, da *República Federativa do Brasil*, como a Constituição a denomina, está dividido em *Estados, Distrito Federal e Territórios*. Por sua vez, os Estados e Territórios se repartem em *Municípios*, e estes se subdividem em *distritos e subdistritos*. Outras divisões administrativas e urbanísticas existem, tais como *cidades e vilas, bairros, zonas e regiões*, visando sempre à melhor distribuição dos serviços públicos e à descentralização ou à desconcentração das administrações. (Grifos do autor) (MEIRELLES, 1981, p.47).

Desta forma, o município aparece como um poder local e, atualmente, cabe a ele a organização da cidade nas demandas pelos serviços públicos que se estendem ao campo, dentro de todo o território do município. Ele se refere a um determinado grau de administração e divisão territorial transcendendo a idéia de cidade, abrangendo área urbana e rural.

Município é a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito-sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e, também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila (PINTO, 2003, p.29 apud MONTES 2006, p.28).

Ainda para o mesmo autor,

O município assume a condição de ente da Federação Brasileira, bem como é o órgão do Governo Local. Isso significa que, por ser a única unidade de governo local, visto que a União corresponde ao governo central da Federação e os estados aos governos regionais, o município constitui-se na base para a descentralização política administrativa. É também, um dos pilares sobre os quais a democracia sustenta-se, pois concede às comunidades locais o direito de decidir sobre os assuntos de seu interesse (PINTO, 2003, p.31 apud MONTES, 2006, p.44).

Cada Estado brasileiro, mesmo que fundamentado nos critérios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, possui sua Constituição e, nela, constam os critérios para a criação dos municípios e distritos.

No Estado do Paraná³, a organização político-administrativa está pautada na Constituição de 1989, a qual trata da organização do Estado e Municípios. O Art. 4º da Constituição, afirma que a organização político-administrativa do Estado compreende os Municípios, os quais são regidos por Leis Orgânicas próprias. Aponta também, em seu Art. 15, que “os municípios gozam de autonomia” e que a eles competem, Art. 17, inciso IV, dentre outras atribuições, criar, organizar e suprimir distritos, observada a lei Estadual.

As exigências para a criação de Municípios no Estado do Paraná também está sancionada pela Lei Complementar nº. 56, de 18 de fevereiro de 1991, a qual dispõe da criação, incorporação, fusão e desmembramento dos municípios:

Art. 1º A criação, incorporação, fusão e desmembramento de município, depende de lei estadual, que será precedida de comprovação dos requisitos estabelecidos na Constituição do Estado, nesta lei e de consulta às populações;

Art. 2º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:

I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;

II - eleitorado não inferior a 20% (vinte por cento) da população;

III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem).

§ 1º. Não será permitida a criação de município, desde que esta medida importe, para o município ou municípios de origem, na perda dos requisitos exigidos nesta lei (PARANÁ, 1991).

A Lei dispõe ainda, em seu Art. 3º, que, para a criação do município, são necessários, no mínimo, a representação de 100 eleitores, que será dirigida à Assembléia Legislativa, a qual obterá informações sobre as questões de que tratam os incisos I e III do Art. 2º, e, após é realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral, através de um plebiscito, a aprovação ou rejeição para a criação do Município.

Após a criação do Município, o mesmo pode dividir-se em distritos e subdistritos visando uma melhor administração.

³ O Estado do Paraná conta com 399 municípios, uma área de 199.316,964 Km², com uma população de 10.439.601 habitantes (IBGE, CENSO, 2010).

De acordo com Meirelles (1997), a divisão do Município em distritos é meramente uma questão administrativa, continuando o distrito sob administração do Município ao qual pertence, sendo

uma simples área administrativa com alguns serviços públicos estaduais (*Registro Civil, Registro de Imóveis, Delegacias de Polícia, etc.*) ou municipais (*postos de arrecadação, serviços de limpeza pública, etc.*) destinados ao melhor atendimento dos usuários (MEIRELLES, 1997, p. 70).

Pelo fato dos distritos não terem personalidade jurídica, nem autonomia política ou financeira, sendo apenas unidades administrativas, pode-se identificar nos distritos o fenômeno da desconcentração, abordado por Mello, que consiste em “distribuição interna de competências decisórias ou, dito com maior precisão, distribuição de competências decisórias no interior de uma mesma pessoa jurídica” (MELLO, 1975, p.3), ou seja, apenas uma distribuição interna de serviços e não a transferência deles. Isso acontece apenas para uma melhor administração, sendo as competências e serviços distribuídos entre diversos órgãos. Essas distribuições de serviços podem ser observadas, por exemplo, no distrito de Guaragi, onde se encontra posto de saúde, escolas, transporte público, unidade do Correio.

Partilhando dessa idéia, Pinto apud Araújo, coloca que o distrito apresenta-se como

[...] uma subdivisão do município que tem como sede a vila, que é o povoado de maior concentração populacional. Ele não tem autonomia administrativa. Funciona como um local de organização da pequena produção e atendimento das primeiras necessidades da população residente em seu entorno, cujo comando fica a cargo da sede do município [a cidade]. O distrito tem a mesma denominação de sua vila e, somente pode ser criado por meio de lei municipal (PINTO, 2003, p.57 apud ARAUJO, 2008, p.38).

Macedo e Ferrari (2005) apontam que, pelo fato do distrito ser administrado pelo Município e não ter personalidade jurídica própria, cabe somente ao Município determinar as condições para a criação dos Distritos, variando conforme o interesse local.

Montes assevera que “O distrito [...] não tem autonomia administrativa e só pode ser criado por meio de lei municipal, porém, obedecendo os requisitos exigidos por lei estadual” (MONTES, 2006, p.31).

No Paraná, a lei que determina as exigências e regulamenta sobre a criação de distritos é a Lei Complementar Estadual nº. 64, de 16 de julho de 1992; dos artigos 1º ao 5º, dispõe da criação, organização e supressão de distritos de competência dos municípios:

Art. 1º. A criação, organização e supressão de distritos é competência dos municípios, observada esta lei complementar.

Art. 2º. Os distritos são subdivisões administrativas dos municípios.

Art. 3º. A criação, organização e supressão de distritos, alteração do nome, bem como a mudança da sede do distrito, far-se-á por lei municipal, garantida a participação popular e respeitando delimitação da área, com a descrição das respectivas divisas, definidas segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, de acordo com cadastro próprio da prefeitura municipal.

Art. 4º. Na denominação dos distritos é vedada a repetição de nomes de cidades ou vilas brasileiras, bem como a designação de datas, nomes de pessoas vivas e expressões compostas por mais de três palavras, excluídas as particulares gramaticais

Art. 5º. Os requisitos para criação de distrito, tais como: número de habitantes, número de eleitores residentes no distrito ou número de casas existentes na sua respectiva sede obedecerão critérios próprios de acordo com a realidade de cada município sem confrontar a Lei Orgânica Municipal (PARANÁ, 1992).

A Lei orgânica do Município de Ponta Grossa, de 5 de março de 1990, não dispõe dos requisitos apontados pela Lei Estadual para a criação dos distritos, apenas aponta que ao Município cabe organizar, criar e suprimir distritos, observada a legislação pertinente. Essa lacuna na Lei Orgânica se deve ao fato de que ela foi criada após já ter o Município 4 distritos anexados ao seu território, os quais são: Uvaia, Itaiacoca, Piriquitos e Guaragi.

As disposições para divisão territorial no município são abordadas na Lei nº. 8.799, de 26 de dezembro de 2006, e para tal, são adotados como definição

Distrito-Sede: é sinônimo de Cidade ou Sede do Município, consiste no núcleo urbano, independentemente do número de sua população, que concentra processo econômico não-agrícola ou pecuária, abriga os principais públicos e se configura como sede do Governo Municipal;

Distrito-Administrativo: é divisão territorial do Município para fins de administração dos interesses públicos, diretamente vinculado ao Distrito-Sede;

Sede Urbana de Distrito Administrativo: é núcleo urbano expressamente delimitado em lei, caracterizado pela concentração de atividades econômicas de natureza predominantemente não agrícola ou pecuária, diretamente vinculado ao Distrito-Sede para fins de administração pública (PONTA GROSSA, 2006).

Desta forma, a sede do distrito de Guaragi se encaixa na definição de Sede Urbana de Distrito Administrativo, já que consiste em uma vila com características urbanas onde se concentram as atividades para o atendimento da população residente no distrito, como unidade de saúde, escolas, entre outros.

As classificações de rural e urbano variam de país para país, tendo como um dos indicadores a taxa de urbanização. No Brasil, a classificação para rural e urbano é feita pelo critério político-administrativo, que considera “urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila)” (MARQUES, 2002, p. 97), independente de suas características estruturais, seu modo de vida, sua cultura.

O IBGE delimita as áreas rurais de forma residual e administrativa, não a partir das suas funções peculiares; o rural é tudo aquilo que escapa ao perímetro urbano de um município, sendo definido a partir de carências e pelo arbítrio dos poderes municipais (CARNEIRO P., 2008, p.46).

Não se pode pensar esses lugares apenas pelo aspecto jurídico, mas também, pela relação e a identificação que os indivíduos têm com o espaço que habitam. A Geografia aborda essa relação através do conceito de lugar, o qual permite compreender esse espaço através das experiências, das relações sociais, e da identidade que as pessoas estabelecem como indivíduos e como membros de um determinado grupo.

Nas palavras de Ferreira, “o lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade” (FERREIRA, 2000, p.68). O lugar está configurado nas experiências vivenciadas no cotidiano e nas relações sociais, reforçando o sentimento de pertença e criando identidades, carregado de diversidades culturais e simbólicas.

Tuan (1977), afirma que o lugar define o espaço. Para ele, os indivíduos reconhecem o lugar pelas experiências ali vivenciadas, tanto individuais quanto coletivas, bem como o sentimento de pertencimento. O autor continua, afirmando que o lugar oferece a relação humana e a identificação. O indivíduo sente que aquele lugar é o seu lar pelas trocas que acontecem ali entre as pessoas, em diferentes ocasiões, e, tais trocas, ficam gravadas na memória; “o lugar é um arquivo

de lembranças afetivas e realizações esplêndidas que inspiram o presente; o lugar é permanente, e por isso tranqüiliza o homem, que vê fraqueza em si mesmo e chance de movimento em toda parte” (TUAN, 1997, p.171).

Para Castogiovanni et al (2008), o lugar não é neutro, ele está repleto de história e pessoas historicamente situadas no tempo e no espaço, mas não estão isoladas. Em contato com o outro, com o global, o lugar assume características importantes e específicas, se diferenciando, pois as pessoas reagem de formas diferentes, o que permite que cada lugar construa sua identidade.

As experiências que os indivíduos vivenciam, estão relacionadas ao cotidiano⁴, e a vila do distrito possui uma dinâmica interna que permite que seus moradores se reconheçam e se identifiquem. Essa identificação permite que o indivíduo, ou grupo, assumam seu lugar na rede de relações sociais. Neste sentido, pertencer à vila do distrito, a um lugar, reforça o sentimento de identificação.

A relação que os moradores da vila do distrito têm com a sede urbana, reafirma a identificação que possuem com a vila, como o lugar onde se reconhecem. A busca por “outros lugares”⁵, no caso a cidade de Ponta Grossa, aparece apenas para satisfazer algumas necessidades que não são atendidas na vila, e essas diferenças entre o rural e o urbano, que esses indivíduos vivenciam em seu cotidiano, reforçam as diferenças e reafirmam a identidade desses indivíduos, os quais percebem a vila como um lugar de relações afetivas, familiares e de tranqüilidade.

⁴ Netto e Carvalho (2000) afirmam que a vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de ações e relações que são heterogêneas e contém uma certa hierarquia, e essa vida cotidiana não é imutável, ela se altera conforme os interesses de cada indivíduo, de valores determinados em cada época histórica. Ela está inserida na história, se modifica e modifica as relações sociais.

⁵ As relações cotidianas e o sentimento de pertencimento a um lugar é abordado por CERTEAU, Michel de, et al, em seu livro **A invenção do cotidiano 2: Morar, Cozinhar**. 5ª edição. Petropolis, RJ: Vozes, 2003, onde os autores abordam as relações familiares, de vizinhança a partir do estudo do cotidiano de alguns moradores de um bairro urbano.

1.2 Relações campo-cidade, rural-urbano e suas (re)significações

Ao abordar os conceitos e as relações entre campo e cidade é necessário perceber a interação que existe entre esses dois espaços, as quais acontecem dialeticamente. Esses espaços são construídos pelos sujeitos, pelas relações de poder que estabelecem, pelas experiências e trocas vivenciadas no cotidiano.

O rural não pode ser visto como imutável; ele é histórico e se transforma, “é o produto histórico de um período vivenciado pela sociedade” (GRZEBIELUKA, 2010, p. 21). Ele mantém características próprias, históricas, culturais e sociais, mas não pode mais ser pensado como dicotômico e sim, como espaço que se relaciona e se complementa.

Partilhando dessa idéia, utiliza-se alguns autores que abordam o rural dentro de uma perspectiva dinâmica, considerando as relações sociais existentes nesse espaço, bem como as relações com o urbano, pois acredita-se que essa abordagem do rural permite-nos compreender a dinâmica em que o Distrito de Guaragi está inserido, pois essas transformações acontecem de maneiras diferentes, não são homogêneas e não fazem parte de um único processo. Os moradores da vila do distrito que nasceram e viveram a vida toda nesse espaço, apesar do contato com o urbano, carregam consigo particularidades referentes à sua cultura, as relações sociais.

Carneiro (1997) aponta o fato de que alguns autores afirmam ser necessário analisar o rural de forma mais específica, centrando as abordagens nas relações sociais que se desenvolvem a partir de processos de integração (rural-urbano). Nessa abordagem, esse processo de integração não dilui as diferenças, mas pode propiciar um reforço nas identidades de um determinado local, e as transformações propiciadas pela integração com o urbano não resultam, necessariamente, na descaracterização do rural.

Para Queiroz (1979), a dificuldade em se estudar o rural integrado com o urbano nas pesquisas brasileiras, se deve à influência da orientação de estudos americanos, os quais, segundo a autora, são eminentemente analíticos e na maioria das vezes, a perspectiva histórica e cultural é deixada de lado. Para ela,

[...] o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade. Do mesmo modo, toda sociologia urbana não

pode deixar de englobar também o rural ao formular seus problemas, pois a cidade está sempre implantada no campo, tendo para com este relações de variada forma, desempenhando funções diferentes em relação a ele (QUEIROZ, 1979, p.163-164).

A autora supracitada aponta o fato de que, na segunda metade do século XIX, as cidades ampliam suas funções, fazendo com que a distância social entre o meio rural e o urbano cresçam. A cidade “aburguesada”, segundo ela, projeta-se como pertencente a um nível superior, enquanto o campo, juntamente com seus habitantes, constitui um nível inferior.

Para Willians, a ligação do homem com a terra sempre esteve presente na história humana, como também as realizações da sociedade; uma dessas realizações é apontada pelo autor como sendo a cidade, a qual representa “a capital, a cidade grande, uma forma distinta de civilização” (WILLIANS, 1989, p.11). Desta forma, a cidade ficou associada à idéia de centro de realizações, centro de saber, comunicações e, em contra-partida, o campo foi associado a um lugar de atraso, de limitação e ignorância. Willians assevera ainda que, juntamente com as associações positivas relacionadas à cidade, também houveram as negativas, as quais associam a cidade a lugar de barulho, ambição.

Considerando essas colocações do autor, percebemos que a definição de campo e cidade são complexas, pois não existe uma definição certa e acabada; ela varia de acordo com o período histórico em que está inserida, por isso há a importância de contextualizar o período de análise, “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIANS, 1989, p.387). As relações mudam, os processos são diferentes e no decorrer dos séculos, campo e cidade ganham significados variados. Para Willians (1989), esses significados não estão apenas relacionados ao conceitual, mas, também, às experiências, às vivências diretas que as pessoas têm.

Para Endlich, o debate sobre a caracterização do rural e do urbano percorre a história, incluindo elementos que variam no decorrer da mesma. Dessa forma, “[...] As considerações teóricas alteram-se conforme as dimensões espaço-temporais, por isso deve-se considerar o período histórico (ENDLICH, 2006, p.13).

A autora prossegue afirmando que “Mantendo uma perspectiva histórica, reconhecendo os avanços humanos, bem como as contradições que permeiam tais avanços, pode-se afirmar que o urbano e rural se referem a diferentes condições de

vida” (ENDLICH, 2006, p. 21). São vários os aspectos que diferenciam as condições de vida presentes nesses espaços, e o capitalismo, como modo de produção, alterou o significado de campo e criou as cidades, mas não podemos esquecer e nem negar as relações que esses espaços têm.

Como mostra Favareto (2006), as cidades ganham significados diferentes gradativamente através dos séculos, se tornando lugares de monetarização das relações, mobilidade social, lugar onde se encontra mão-de-obra qualificada e onde há concentração de renda. O autor afirma que

No século XVIII as cidades vão aparecer no imaginário da época associadas à riqueza e ao luxo. No século XIX à mobilidade e à formação das massas. E, mais tarde, no século XX, ainda à mobilidade, ao futuro, mas agora em situações de estranhamento típicas dos grandes e massificados ambientes urbanos. O rural, por outro lado, vai sendo mais e mais associado ao passado, ao rústico e ao idílico, à tradição, quando não ao irracional (FAVARETO, 2006, p. 89).

Com o processo de industrialização e a aceleração da urbanização, as cidades começam a concentrar grandes contingentes populacionais atraídos pelas idéias de melhores condições de vida, salários mais altos e acesso a bens e serviços com uma maior facilidade. Essa “onda” atinge também o Brasil, e o espaço rural, no final do século XIX e início do XX, passa a ser visto como um lugar de atraso, inferior, face ao processo de urbanização e industrialização que permeava o país (SILVA, J., 2008). Segundo esse mesmo autor, foi a partir da década de 50 que essa idéia se fortaleceu devido ao projeto de tirar o Brasil da “mera condição de país agricultor” (SILVA, J., 2008, p.28). As cidades passaram a representar espaços de poder, lugares de trocas de mercadorias, de concentração da produção industrial, de modernidade, subordinando o campo à sua dominação.

O meio urbano no Brasil pós-guerra se configurava pelas grandes, médias e pequenas cidades, centros de informações e manifestações culturais, espaço das leis. Monte-Mór, deixa claro em suas palavras a dinâmica que a cidade representava nesse período

[...] lócus do poder político, jurídico e social. [...] espaços de concentração de excedentes coletivos [...] serviços urbanos e sociais, monumentos, equipamentos coletivos, sedes de capitais financeiros, comerciais, industriais. [...] praças de mercado para comercialização dos produtos do

campo e da pequena produção manufatureira e industrial, espaços de concentração de trabalhadores assalariados [...] (MONTE-MÓR, 2004, p.11).

Enquanto o meio rural representava

[...] o rústico, as relações familiares e de compadrio [...] espaço de culturas de exportação nas grandes fazendas do modelo agro-exportador e o espaço da subsistência dos excluídos, dos não proprietários, dos jeca-tatús⁶. [...] espaço de coronelismo, analfabetismo, ausência de serviços coletivos, energia, transporte, comunicações, do não-acesso aos bens industriais modernos, [...] arcaico, não-moderno, território de isolamento e o espaço da não-política (MONTE-MÓR, 2004, p.11).

A visão de um rural atrasado tem mudado com o passar do tempo. Com uma série de atividades que vêm sendo realizadas no campo, como industriais, recreativas, turismo rural, juntamente com a questão da preservação ambiental, o rural tem sido visto como um lugar tranquilo, bucólico, onde as pessoas buscam descanso, tem uma segunda residência e muitas se mudam após a aposentadoria, servindo como um refúgio da “correria do dia-a-dia” nas grandes cidades.

Carneiro (1997), afirma que essa procura pelo lazer relacionado ao campo se inicia de maneira tímida no Brasil na década de 70, e ganha força com a “onda” de pensamento ecológico nos anos 90. A autora aponta que essa mudança atinge também as formas de trabalho da população rural, que antes se dedicava exclusivamente a agricultura, mas agora vê novas possibilidades de trabalho, culminando em uma maior aproximação de culturas distintas. Para ela, o rural faz parte de uma categoria social, e entende-lo requer apreender essa interação rural-urbano através da cultura e dos símbolos, podendo criar novas identidades.

Para Rua (2006), são incorporadas às condições tradicionais de perceber o rural, novos papéis que, integrados a esse movimento de (re)significação do rural, tornam essas atratividades do campo, como a natureza, idéia de lugar tranquilo, em mercadorias valiosas. Essas mudanças pelas quais o espaço rural tem passado,

⁶ Jeca-tatu foi um personagem criado por Monteiro Lobato em 1914, onde o autor descreveu o homem do campo como um homem preguiçoso, sem vocação, avesso a civilização. Depois de receber algumas críticas Monteiro Lobato re-elabora o personagem e atribui a preguiça do Jeca Tatu a doenças, advindas pela falta de estruturas do meio rural. Jeca Tatu aparece então, segundo Alves Filho, como “uma representação do Brasil agrário e rural, subdesenvolvido, em total descompasso com a tessitura urbano-industrial que tipificava os países que comandavam o cenário político e econômico internacional” (SILVA, Roberto. 2007, p. 4).

influenciam nas suas funções e nas relações sociais presentes nesse espaço. O autor ressalta que essas (re)significações do rural não podem ser vistas apenas como fruto das criações urbanas, pois elas fazem parte também das leituras que os habitantes das áreas rurais fazem dos mesmos e das identidades criadas a partir da interação rural-urbano. Para ele, não se pode pensar rural-urbano como polaridades, mas sim, como interações, onde se interagem sem que o rural deixe de existir.

Os moradores do espaço rural também são participantes desse processo; Eles não são meros espectadores que apenas recebem as mudanças sem questionar, antes, são sujeitos participantes desse novo rural, que tem autonomia para aceitar, ou não, as mudanças. Através dessas resistências, pode-se perceber como se dá essa interação rural-urbano, campo-cidade. Esse é o desafio, perceber o rural através das pessoas que habitam aquele espaço, que presenciam as mudanças no dia-a-dia, que participam efetivamente dessa interação entre os “dois espaços”.

Para compreendermos o espaço rural, precisamos analisá-lo a partir das suas particularidades e das relações sociais presentes em seu espaço, das identidades criadas, da cultura existente e da representação que os moradores fazem do mesmo, mas não podemos deixar de lado a relação que esse espaço tem com o urbano, “ou seja, não há campo sem cidade e nem cidade sem campo” (COSTA, 2003, p.8). Assim o rural e o urbano se ligam de forma dialética, mantendo suas especificidades.

Dessa forma, a vila do distrito de Guaragi aparece como uma transição entre o rural e o urbano. Precisa ser pensada dentro dessa dinâmica de interação. Concordamos com Montes (2006), ao afirmar que o modo de vida das cidades modifica os valores, as atitudes e o comportamento no meio rural, promovendo transformações nesse espaço, mas sem que seja necessário promover uma destruição deste rural.

Podemos perceber, então, que o rural, mesmo em contato com o urbano e as modificações que esse contato propicia, não pode ser pensado como uma destruição do rural e sim como uma troca, dentro de uma realidade dialética complementar.

De acordo com Alentejano, o rural não deixou de existir, apesar das transformações sociais, culturais e econômicas resultantes do desenvolvimento

urbano, o rural apenas teve, e continua tendo, seu significado alterado. Devemos considerar “que ainda há lugar para o rural como elemento de descrição da realidade, mas seu significado atual mudou [...]” (ALENTEJANO, 2003, p.32).

Para Araújo F. et al

[...] A nova dimensão assumida pelas relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas entre o campo e a cidade, advinda principalmente do relativo fim da auto-suficiência das localidades rurais e da dependência dessas localidades aos equipamentos e serviços implantados na cidade, passou a exigir a compreensão de que o rural e o urbano não devem ser mais pensados como recortes territoriais isolados, como tradicionalmente o fora, mas como espaços interdependentes e complementares (ARAÚJO, F., et al, 2005, p.1).

Dessa forma podemos encontrar no campo o urbano, da mesma forma que podemos encontrar o rural na cidade. Diferente de cidade e campo, aos quais estão associados a formas no espaço, o rural e o urbano referem-se às culturas, tradições, elementos característicos de cada espaço. O rural ultrapassa o campo da mesma forma que o urbano ultrapassa a cidade.

Analisar a forma pela qual ocorre essa interação entre o distrito de Guaragi e o distrito sede, Ponta Grossa, requer pensar essas interações através da cultura, a qual proporciona a compreensão dessa construção do espaço rural através das relações sociais, da coletividade. Nesse sentido no capítulo III, buscamos compreender o distrito (vila) como um espaço socialmente construído.

Para entender como ocorre à relação campo-cidade, rural-urbano, entre o distrito sede e o distrito de Guaragi, faz-se necessário contextualizar e analisar as especificidades do Município de Ponta Grossa (PR) e dos distritos.

2 - MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E SEUS DISTRITOS: PROCESSO DE FORMAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Quando um espaço é apropriado, concreta ou abstratamente, os indivíduos o territorializam. “[...] O território implica uma extensão e um limite baseados numa apropriação forçada ou não (imaginada ou vivida), caracterizada tanto pelo espaço ocupado como por aquele que o ocupa”. (BOMFIM, 2009, p.14).

Dessa forma, o território é resultado das relações sociais, econômicas, políticas e culturais; ele é um produto histórico, pois

[...] é o espaço vivido, o espaço de vida e os espaços percebidos, presentes nas representações construídas pelos sujeitos, constituindo uma matriz de existência social, uma mediação entre suas experiências vividas e suas representações (BOMFIM, 2009, p.53).

Portanto importa pensar o distrito de Guaragi através das relações sociais do passado e do presente, pois essas relações se mostram na configuração do espaço, na cultura que se faz presente, “[...] O espaço está no tempo e o tempo está no espaço. [...] ora destacam-se os processos históricos, ora os relacionais, no entanto, trata-se, sempre, de traços do tempo histórico e do coexistente através das relações sociais” (SAQUET, 2009, p.74).

Esses processos, dos quais fala Saquet (2009), podem-se perceber na ocupação territorial do Estado do Paraná, a qual se deu de formas variadas. Em um primeiro momento com as reduções jesuíticas com o intuito da catequização dos índios em diversas regiões do Estado, depois a busca pelo ouro, que impulsionou as primeiras ocupações no litoral paranaense em meados do século XVI, dando origem a alguns povoados que mais tarde tornaram-se pequenas cidades. Com o tempo, esses mineradores adentraram o interior do Paraná em busca de ouro, não encontrando e tendo que se adaptar a outro clima e tipo de solo e vegetação, os ocupantes da região vêem a criação de gado como uma atividade a ser desenvolvida.

Na primeira metade do século XVIII o Tropeirismo mostra-se como uma atividade lucrativa aos fazendeiros que alugavam seus pastos, dando origem a

pequenos povoados ao longo do caminho, seguido da exploração da erva-mate e madeira no final do século XIX e início do XX, que foram outras formas de ocupação e utilização do solo nas regiões do Paraná Tradicional que impulsionaram a economia local⁷. Outro processo de ocupação se efetiva pelo nordeste do Paraná, expandindo a economia cafeeira no final do século XIX, e, por último, a ocupação do sudoeste do Paraná (CUNHA, 2003).

“Estas fases resultaram num processo de povoamento irregular, com parcelas do território sendo ocupados segundo as motivações de exploração econômica do momento” (FAJARDO, 2008, p.115). A ocupação demográfica foi movida fundamentalmente pela atividade econômica, a qual possibilitou a fixação de povoados em determinadas áreas, obedecendo aos ritmos da atividade econômica nas várias regiões do Paraná, sendo a caracterização do espaço rural um processo de ocupação segmentada. A história econômica do Paraná foi marcada por diversas fases, tendo seu território explorado em vários momentos atingindo, de forma segmentada, os espaços rurais. (FAJARDO, 2008).

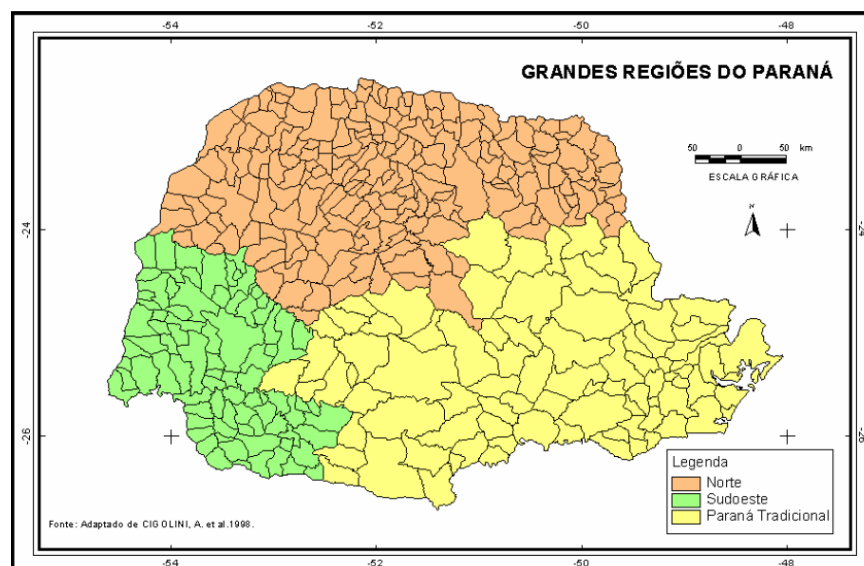


Figura 2 – Mapa do Estado do Paraná e suas regiões
Fonte: CUNHA (2003, p. 13).

⁷Elas acontecem conforme motivações econômicas do momento, mas não significa que para uma fase surgir, a outra tenha que desaparecer; apenas alguns setores são mais privilegiados no momento em detrimento de outros.

Essas ocupações resultam na interação homem-natureza e homem-homem, e refletem-se nas relações sociais de poder, fazendo com que o homem, ao interagir diretamente com o espaço, modifique-o e se adapte conforme as suas necessidades, e as interações que acontecem no tempo-espaço refletem-se na sociedade do presente, e não podem ser ignoradas, pois os indivíduos também se relacionam uns com os outros, e essas relações vão criar identidades e modificar culturas.

O município de Ponta Grossa e o distrito de Guaragi encontram-se no contexto de povoamento em momentos distintos no tempo e no espaço, fazendo parte do chamado “Paraná Tradicional”. A diversificação da sua população e os processos de ocupação pelo qual passou contribuiu para a formação de identidades e culturas específicas do município, pois as relações que os grupos e os indivíduos estabelecem entre si proporcionam a troca de experiências e a cultura é o resultado dessas relações sociais

Ela institui o indivíduo, a sociedade e o território onde se desenvolvem os grupos. As identidades coletivas que daí resultam limitam as marcas exteriores e explicam como diferentes sistemas de valor podem coexistir no mesmo espaço (CLAVAL, 2007, p.60).

Nesse sentido, Saquet aponta que

[...] na dinâmica territorial, a Geografia e a História interligam-se. O passado está no presente e este, naquele. Ambos se interagem e se explicam. Há um movimento do pretérito, do ser e do vir-à-ser, da matéria conjugada à idéia, com continuidades e descontinuidades ou, permanências e mudanças territoriais (SAQUET, 2004, p.141).

Ainda “é fundamental reconhecer que espaço e território não estão separados: um está no outro. O espaço é indispensável para a apropriação e produção do território [...]” (SAQUET, 2009, p.83). Dessa forma, Bomfim coloca que é necessário olhar o território como uma construção social, ouvindo os sujeitos “que sofrem esse progresso para sabermos como integrá-lo, a partir da experiência deles, no espaço vivido por eles” (BOMFIM, 2009, p.47).

2.1 O Município de Ponta Grossa e seus distritos

No ano de 1541, os primeiros europeus passaram pelos Campos Gerais seguindo em direção a Foz do Iguaçu. Os Jesuítas fundaram reduções ao longo da bacia do rio Tibagi e, no século XVII, abriram caminho de Paranaguá em direção ao primeiro planalto, onde foi fundada Curitiba, seguindo para o norte e oeste. A partir do ano de 1680, chegaram os bandeirantes e com eles a cultura de criação de gado bovino e muar, as quais se desenvolveram de forma rápida devido à fertilidade das pastagens. Ao passarem pelos campos paranaenses, se entusiasmaram com a região e principalmente com os Campos Gerais. Voltaram a São Paulo e fizeram planos de comprar mais terras, mas foram interferidos quando o rei de Portugal adquiriu as terras para a Coroa (CHAMMA, 1988).

Devido a esse acontecimento, no ano de 1711 o Paraná se desmembrou da Capitania do Rio de Janeiro e passou a ficar sobre jurisdição de São Paulo, como 5ª Comarca. José Góis de Moraes, depois de enriquecer em terras mineiras e com a morte de seu pai, requereu, no ano de 1713, terras da Sesmaria de Carambeí e também o desdobramento da Sesmaria de Itaiacoca, onde criou seu rebanho. Depois de alguns anos repartiu suas terras. No ano de 1729, foi construída uma capela, com dinheiro doado por Ana Siqueira de Mendonça, para pagar uma promessa a Santa Bárbara. Juntamente com a Capela de Santa Bárbara do Pitangui, funcionou um Cartório Distrital, sendo a história de Ponta Grossa iniciada nesse lugar (CHAMMA, 1988).

O distrito foi instalado a 6 de abril de 1750, abrangendo uma área superior a 10 mil quilômetros quadrados, contava com uma centena de fazendas, povoados em começo de urbanização, com capela e cemitério, a saber: Bela Vista ou Carrapatos (atual Guaragi), Pinheirinhos, Conchas e Taquaruçu (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1976).

Segundo Silva J. (2008), algumas famílias nobres de São Paulo requeriam terras para a criação de gado, contribuindo, assim, para a ocupação de terras na região, mas estes proprietários limitavam-se à vida nas fazendas, tendo sua vida mais ligada a São Paulo.

A ocupação territorial de Ponta Grossa foi intensificada pela passagem de tropas que ao longo do caminho estabeleciam pontos de parada no final do século

XVIII, e aos tropeiros que requeriam sesmarias na região dando origem a pequenos povoados, que aos poucos se concentravam em um ponto mais central, no decorrer do século XIX.

O Bairro de Ponta Grossa vai se transformando gradativamente em um centro polarizador de habitantes, a população vai crescendo, e, ao longo do caminho das Tropas, casas foram construídas e seus moradores viviam das pequenas roças e de artesanato, o qual era levado pelos tropeiros para serem vendidos em Sorocaba (SP) (CHAMMA, 1988).

Juntamente com a passagem dos tropeiros, se destaca, na intensificação da ocupação de Ponta Grossa, segundo Milléo de Paula (2001), o desenvolvimento da pecuária, o qual se caracterizou como uma importante atividade econômica, principalmente no extremo sul. Esses rebanhos, que eram vendidos em Sorocaba (SP), seguiam pelo caminho de Viamão (RS), e Ponta Grossa fazia parte deste percurso, o que contribuiu para sua ocupação.

Todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do século XIX, deveria atravessar as terras da Comarca de Castro, alcançando o Bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligada que estava ao Caminho do Viamão (GONÇALVES; PINTO; 1983, p.17).

O Bairro foi elevado a Freguesia em 15 de setembro de 1823. Nessa época, Ponta Grossa já apresentava certo prestígio e atraía pessoas de outras localidades que vinham até o “Bairro” para fazer compras. Pelas características que apresentava chegou-se ao consenso de que poderia ser elevado a categoria de Vila e, no ano de 1855, assim aconteceu (GONÇALVES; PINTO; 1983).

Como podemos observar no mapa, a divisão territorial de Ponta Grossa foi feita a partir da Paróquia de Sant’Ana (figura 3). Como essa divisão era feita a partir da abrangência do espaço físico paroquial, não se tinha a preocupação de conhecer os verdadeiros limites. Essa preocupação aparece somente no início do século XX, manifestada pela administração pública. Com a elevação de Ponta Grossa à categoria de vila, no ano de 1855, sua dimensão territorial foi estabelecida da seguinte forma:

Principiando nas cabeceiras do Rio Tibagy, que nasce na Fazenda do Porcos e pelo dito abaixo até o Ribeirão chamado Santa Rita, e por este acima procurando o certão a rumo direito até o Rio Iguassú; e por este abaixo ao lugar fronteiro as nascentes e cabeceiras do Rio dos Patos; e por este abaixo dividindo-se com Guarapuava, e do mesmo Rio a rumo direito as cabeceiras do Robeirão Fundo e por este abaixo até o Rio Tibagy; e por este acima até frontear a cerrinha denominada Sam Miguel, e por este abaixo até outro Robeirão denominado o Bufo de Água a oeste rumo direito as cabeceiras do Rio Tibagy de onde, principiou as divisas (GONÇALVES; PINTO; 1983, p.18).

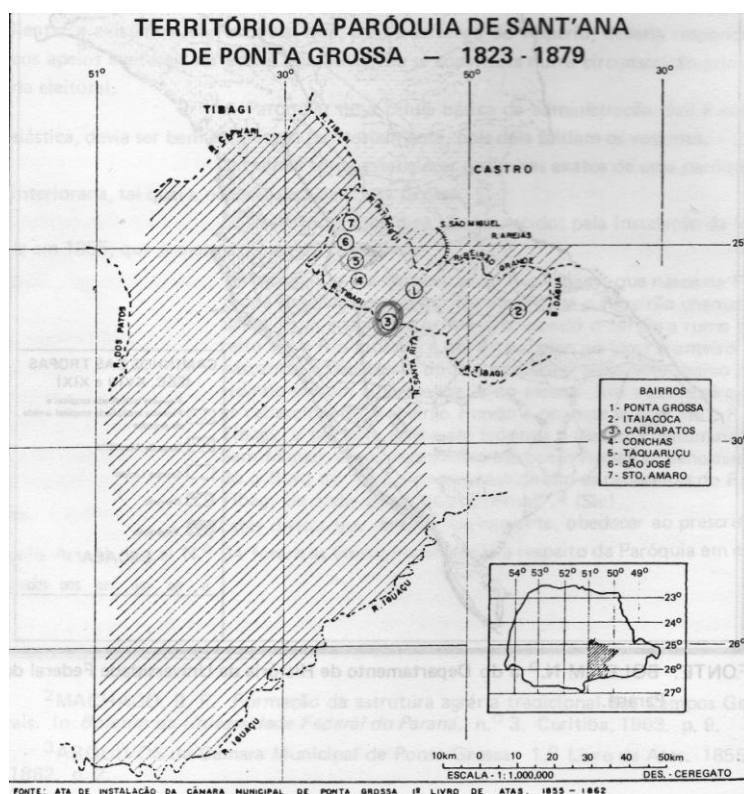


Figura 3 - Município de Ponta Grossa: território – 1823-1879
Fonte: GONÇALVES; PINTO (1983, p. 20)

Como pode-se observar (figura 3), nessa época já fazia parte do território de Ponta Grossa os distritos de Itaiacoca, Conchas⁸ e Carrapatos⁹.

No ano de 1862, a Vila de Ponta Grossa alcança a categoria de cidade, em 24 de março, pela Lei Provincial nº82, ganhando maior autonomia política.

Gonçalves e Pinto apontam que a ocupação mais central se dá gradualmente devido à dispersão da população pelos bairros aos redores, como “Carrapatos,

⁸ Atual Uvaia, distrito de Ponta Grossa.

⁹ Atual Guaragi, distrito de Ponta Grossa.

Conchas, [...] Taquaruçu, São José, Santo Amaro, Itaiacoca [...]”¹⁰ (GONÇALVES E PINTO, 1983, p.23). Essas autoras ressaltam que, juntamente com o progresso político que Ponta Grossa alcança com a elevação à categoria de Cidade, as transformações na estrutura social e econômica se evidenciam, “ocorrendo à concentração urbana em oposição à dispersão rural daqueles proprietários em busca de outras atividades econômicas” (GONÇALVES e PINTO, 1983, p.31).

A baixa densidade demográfica que a Província do Paraná¹¹, recém-criada, apresentava no final do século XIX, serve de incentivo para a ocupação das terras do Paraná por imigrantes, como fica claro na fala de Cândido Ferreira de Abreu

É preciso cuidar-se seriamente em aumentar a densidade de nossa população. De que servem vastos territórios onde imperam despoticamente animais ferozes e servem de passeio temporário ao erradio aborígine? (TRINDADE; ANDREAZZA, 2001, p. 51, grifo do autor).

Esses “vastos territórios” referem-se também aos Campos Gerais, onde imigrantes vieram ocupar terras na região de Ponta Grossa, incentivados pela política imigrantista. Por volta de 1870, chegaram os primeiros poloneses e, no ano de 1878, foram instalados núcleos de colônias para abrigar russo-alemães que chegavam da Europa. A chegada de imigrantes deu uma nova dinâmica para cidade. Alguns desses núcleos foram instalados em Ponta Grossa e ficavam situados em “Uvaranas, Neves, Botuquara, Itaiacoca, Uvaia, Taquari dos Russos, Taquari dos Polacos, Guaragí, Guaraúna [...]” (CHAMMA, 1988, p.36). Nesse mesmo ano chegaram também outros imigrantes especialmente vindos da Ucrânia, Espanha e Japão.

A Sr.^a Ana relata a chegada de seus avós na região, os quais vieram ocupar as terras doadas pelo governo,

Meus avós vieram para cá, da Polônia, nas terras doadas pelo governo, lá no Guaraúna, tinha uma estrada e essa estrada dividia as lavouras, de um lado era lavoura e do outro era pasto para gado, então esses colonizadores eles fizeram lavoura, fizeram casa, apropriaram tudo, e do outro lado era para criação,[...] vieram para trabalhar, trabalhavam na terra, fizeram

¹⁰ GONÇALVES e PINTO (1983) colocam que não se pode estabelecer com precisão o início desses bairros, mas que em 1820 eles já existiam e integravam as Companhias de Ordenanças da Vila de Castro.

¹¹ “5ª Comarca de São Paulo, elevada à categoria de Província do Paraná em 19 de dezembro de 1853” (CHAMMA, 1988, p.25).

lavoura e tinham tafona, de farinha de mandioca, ele tinha tafona, mas é uma fábrica sabe?! De farinha de mandioca, aqui tinha bastante, os colonos antes dessas leiteria, galinheiro que tem, era tal tafona, todos viviam, era pouca gente, agora tem muita mais gente, então aquele povo lidava com mandioca, depois começaram a lidar com leiteria, e agora já tem os galinheiros, os porcos, agora, nós tínhamos também tafona, fábrica de mandioca, depois foi largado e daí que lidou com lavoura [...] (ANA ANTONIACOMI)¹².

A presença desses imigrantes, juntamente com a economia que era gerada pela erva-mate, madeira, gado entre outros produtos comercializados, aceleraram o desenvolvimento urbano (GONÇALVES; PINTO; 1983). A influência dos imigrantes também ficou registrada na arquitetura das casas e, ainda hoje, podemos ver em algumas construções de estilos europeus na cidade de Ponta Grossa e mesmo no distrito de Guaragi. A mudança cultural provocada pela presença dos imigrantes é significativa: em contato com outra cultura, ao mesmo tempo em que são influenciados, também influenciam. Essas trocas (ou essa via dupla) ficam evidentes não só nas construções, mas também no modo de agir, criando e modificando espaços e legitimando sua identidade, pois a paisagem, como aponta Claval (1999), reflete as escolhas dos grupos, pois os mesmos transformam os meios onde se encontram. Essas transformações refletem as diferentes culturas, podendo apresentar-se como resistência e afirmação do grupo através das relações sociais que esses estabelecem.

De qualquer forma, nas diversas regiões em que se instalaram, os estrangeiros foram agentes de transformação. Nas cidades, porém, contribuíram de forma peculiar para a construção de uma nova forma de viver urbano que iria caracterizar o cotidiano dos paranaenses na virada do século (TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p.60).

A partir de 1873, com o desenvolvimento econômico, começam a aparecer na cidade equipamentos urbanos de lazer e cultura para atender a elite pontagrossense como o Teatro e o Jóquei Clube Ponta-grossense. Essa fase de efervescência econômica, social e cultural que se inicia é potencializada pela implantação da ferrovia na região, primeiro com a linha férrea Curitiba-Paranaguá, em 1885, e com construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, no final do século XIX (MONASTIRSKY, 2006).

¹² Entrevista concedida a autora, em 24 de agosto de 2010.

A instalação da Ferrovia possibilitou a ampliação da comercialização dos produtos locais e a implantação de novas indústrias, trazendo a expansão urbana. Juntamente com a instalação da ferrovia na primeira metade do século XX, “construiu-se uma rede de estradas de rodagem [...] que ligava Ponta Grossa ao interior do Paraná, tornando-a um pólo regional que integrava uma vasta área do estado ao mercado nacional” (SILVA, E., 2001, p.92).

Ponta Grossa, no início do século XX, já apresentava características de uma cidade moderna. A cidade sofreu intensas transformações e alguns símbolos da modernidade capitalista se faziam presentes como, “a eletricidade, a telefonia, as ruas calçadas, os automóveis, os cinemas, as praças, as casas comerciais, as indústrias e, principalmente, a ferrovia compunham o conjunto dos elementos da “modernidade” existentes na cidade” (CHAVES, 2001, p.65). A cidade já “possuía no ano de 1912 em sua área urbana 1.500 casas” (TRINDADE; ANDREZZA, 2001, p 69).

No ano de 1912, segundo Gonçalves e Pinto, Ponta Grossa é vista como a principal cidade do interior do Paraná e, no ano de 1923 quando do seu centenário, essa importância é fortalecida, sendo o futuro da cidade visto por alguns como grandemente promissor, sendo a cidade

[...] já dotada de muitos benefícios próprios de grandes centros como; calçamento, rede de água e esgotos, telefone, conjuntos musicais impecáveis, hospital, ferrovias (GONÇALVES; PINTO; 1983, p.46).

A presença de imigrantes nacionais e estrangeiros, juntamente com a comercialização de produtos como a erva-mate e a madeira, do ponto de vista do contingente populacional e da economia, aceleraram o desenvolvimento urbano da cidade de Ponta Grossa (SILVA, J., 2008, p.108).

A cidade de Ponta Grossa não se limitava apenas a atividade ervateira, a criação de animais, mas também paralelamente a essas atividades eram criados novos estabelecimentos comerciais, promovendo novos empregos (GONÇALVES;PINTO, 1983, p.56).

Os comerciantes de erva-mate, os trabalhadores e outros ligados a essa atividade habitavam preferencialmente as cidades para suprir suas necessidades, concentrando-se essa atividade na área urbana. As necessidades cresciam ao logo

do tempo sendo determinadas pela vivência urbana, verificando nesse período o aumento das atividades como lojas, novas profissões, que centralizavam suas atividades no centro urbano (ZULIAN, 1998).

Com o aumento dos fretes tanto ferroviários como marítimos, a produção da madeira é desestimulada, e, juntamente vem a crise do mate (SILVA, E., p.19).

Com a crise na economia ervateira e o início do ciclo do café, houve ao longo da primeira parte do século XX, um crescimento considerável da economia do norte do Paraná. Essa ascensão da Região Norte é acompanhada paralelamente com uma certa estagnação na economia da Região Sul. As exceções mais representativas são Curitiba (centro econômico e político), Paranaguá (Porto) e Ponta Grossa (que manteve a sua função de entreposto comercial na nova ordem econômica que surgia – agroindústria e exportação). Assim, Ponta Grossa volta a participar da economia paranaense com a cultura da soja, desenvolvendo paralelamente a atividade industrial (MONASTIRSKY, 1997).

Com o movimento militar de 1964 as estruturas políticas e econômicas do país são profundamente alteradas, tendo como finalidade o novo programa que se instala no poder recuperar e manter as taxas de crescimento da economia, e para atingir esse objetivo precisava superar a inflação. O governo adotou uma política monetária e de controle de crédito mais rígida, levando o país a recessão. Entre as mudanças institucionais, as que causaram mais impacto foram a instituição da correção monetária e a constituição de um sistema financeiro moderno (SILVA, E., 1993).

No ano de 1967 com o novo governo querendo se diferenciar do anterior, este apresenta um novo diagnóstico da economia e inflação brasileira. É criado pelo o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED), tendo como objetivo a aceleração do desenvolvimento e a contenção da inflação. A agricultura é beneficiada e o crédito ao consumidor estimulado. O governo cria incentivos fiscais e de créditos às vendas externas com o objetivo de aumentar as exportações, permitindo dessa forma um aumento da participação brasileira no comércio internacional. Com esses incentivos a economia entra num ritmo ascendente. Com créditos voltados a agricultura, há um aumento na produção agrícola além de incentivar indústrias ligadas a esse setor (SILVA, E., 1993).

Todas essas mudanças na economia refletiram também no Paraná e em Ponta Grossa. Com a crise dos produtos tradicionais paranaenses, como a erva

mate desde 1931, e também a madeira, durante a década de 60 foi o café que impulsionou a economia paranaense, ressaltado no norte do Paraná, permitindo este com os recursos gerados pela sua produção a instalação de infra-estruturas. Juntamente com essas infra-estruturas o incentivo dado a agricultura altera profundamente o setor primário paranaense. Ponta Grossa no fim da década de 70 reúne condições para aproveitar essa fase de crescimento econômico. Com uma posição destacada do sistema viário, torna-se o maior entroncamento rodod-ferroviário da região sul (SILVA, E., 1993).

Com o melhoramento da infra-estrutura da região de Ponta Grossa e a conjuntura econômica nacional e a demanda de novas indústrias que surgiam na região, a administração municipal criou um Plano de Desenvolvimento Industrial (PLADEI), o qual incentivava as indústrias já instaladas em permanecer no município e novas indústrias a se instalarem na região.

Com a criação do PLADEI¹³ (Plano de Desenvolvimento Industrial de Ponta Grossa), através da Lei 2157, no início da década de 1970, muitas indústrias se instalaram na cidade.

O incentivo à industrialização alterou o perfil da cidade na sua estrutura interna, com o investimento nas pavimentações asfálticas, construção de praças e melhorias da iluminação pública nos bairros. Também incrementou a área industrial com melhorias na infra-estrutura através da instalação do sistema de cabos de telefonia (SCHEFFER 2003, p.41).

Ponta Grossa se tornou um pólo de atração com sua participação efetiva na economia paranaense, com a implantação de agroindústrias e estruturação do transporte rodoviário. Juntamente com os benefícios, também vieram os problemas, com o “inchaço” populacional, pois muitas pessoas migraram para a cidade em busca das novas ofertas de trabalho (MONASTIRKY, 1997).

Na primeira metade do século XX,

[...] o crescimento da cidade se inscreve em um contexto nacional de desenvolvimento econômico e urbanização, que favorece, sobretudo as

¹³ O Plano tinha como objetivo incrementar a instalação de novas indústrias e incentivar ajuda às já existentes, dando estímulos fiscais às empresas já instaladas e às que viessem a se instalar no município, isenção temporária dos Impostos Predial e Territorial Urbano; campanhas de participação societária de particulares nas empresas integrantes do sistema. (folheto informativo – Ponta Grossa – 1973 – Capital Mundial da Soja – Museu Campos Gerais.)

regiões sudeste e sul do país¹⁴. Esse desenvolvimento resulta de uma conjugação de fatores como capital, mão-de-obra, mercado relativamente concentrado, matéria-prima barata e disponível, capacidade energética e um sistema de transportes ligando as zonas de produção aos portos (DITZEL 1998, p.46).

Entre as décadas de 1940 e 1970, a população urbana da cidade cresceu 274,16% (PAULA, 1993, p. 71). Esse crescimento se intensificou com o processo de urbanização, iniciado na década de 1960, representando “a fase de maior expansão do espaço urbano de Ponta Grossa em termos de área” (LOWEN, 2001, p.26).

Esse crescimento continua; no decorrer dos anos, nota-se que a população total do distrito sede aumenta entre os anos de 1991 e 2000, e que a população urbana cresce e a rural diminui significativamente (tabela 1). Esse aumento na população urbana do distrito sede pode ser analisado pelo fato de que no censo de 2000 a população do distrito de Piriquitos foi contada como parte da população urbana do distrito sede. Esse aumento da população urbana também é percebido nos distritos, sendo que apenas no distrito de Uvaia acontece o processo inverso, aumentando a população rural.

Essa diminuição da população rural pode ser analisada devido à mecanização do campo. Algumas pessoas deixam a área rural para procurar trabalho em outras áreas e regiões, acontecendo a migração campo-cidade, pois a mecanização está entre os fatores que favorecem a expulsão do homem do campo.

¹⁴ Com a política definida pelo regime militar, a partir de 1964, voltada para os setores industrial e de infra-estrutura, com o objetivo de levar o país a um desenvolvimento econômico acelerado, assiste-se a importação de máquinas e equipamentos e a permissão de penetração do capital estrangeiro. (Lowen, 1990, p.53)

TATBELA 1: POPULAÇÃO URBANA E RURAL DOS DISTRITOS (1991 – 2000)

		Número de habitantes			Porcentagens (%)		
		1991	1996	2000	1991	1996	2000
Distrito Sede	Total	224.779	247.066	267.674	100,00	100,00	100,00
	Urbana	220.081	242.250	265.437	97,91	98,13	99,16
	Rural	4.698	4.616	2.237	2,09	1,87	0,84
Itaiacoca	Total	3.530	2.636	2.436	100,00	100,00	100,00
	Urbana	40	64	173	1,13	2,43	7,10
	Rural	3.490	2.572	2.262	98,87	97,57	92,90
Uvaia	Total	1.385	1063	1.175	100,00	100,00	100,00
	Urbana	93	87	92	6,71	8,18	7,80
	Rural	1.292	976	1088	93,29	91,82	92,20
Guaragi	Total	2.289	2.375	2.315	100,00	100,00	100,00
	Urbana	745	885	981	32,55	37,26	42,16
	Rural	1.544	1.490	1.346	67,45	62,74	57,84
Piriquitos	Total	2.001	3.162	—	100,00	100,00	—
	Urbana	712	812	—	35,58	25,68	—
	Rural	1.289	2.350	—	64,42	74,32	—

Fonte: IBGE (censo 1991-2000) e Contagem Populacional (1996)

Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Se forem comparadas as taxas dos distritos com as taxas estaduais e nacionais, nota-se que o caso do distrito de Uvaia é um caso à parte, sendo o único distrito do município que apresenta crescimento na população rural. Esse caso merece mais atenção e um estudo aprofundado para compreender o motivo do aumento da população rural nesse distrito, bem como a diminuição da população urbana, já que nos demais distritos do município o que acontece é o inverso, aumento da população urbana e a diminuição da rural.

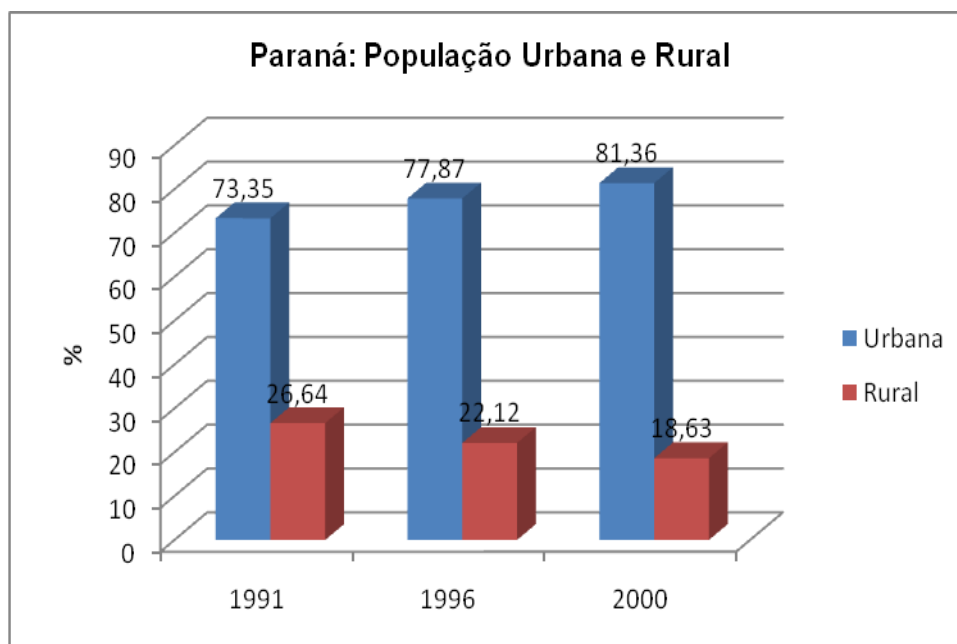


Figura 4 - Paraná: População Urbana e Rural
Fonte: IBGE - Censo (1991 e 2000), e Contagem Populacional (1996)
Organização: BARRETO, V.M. (2010)

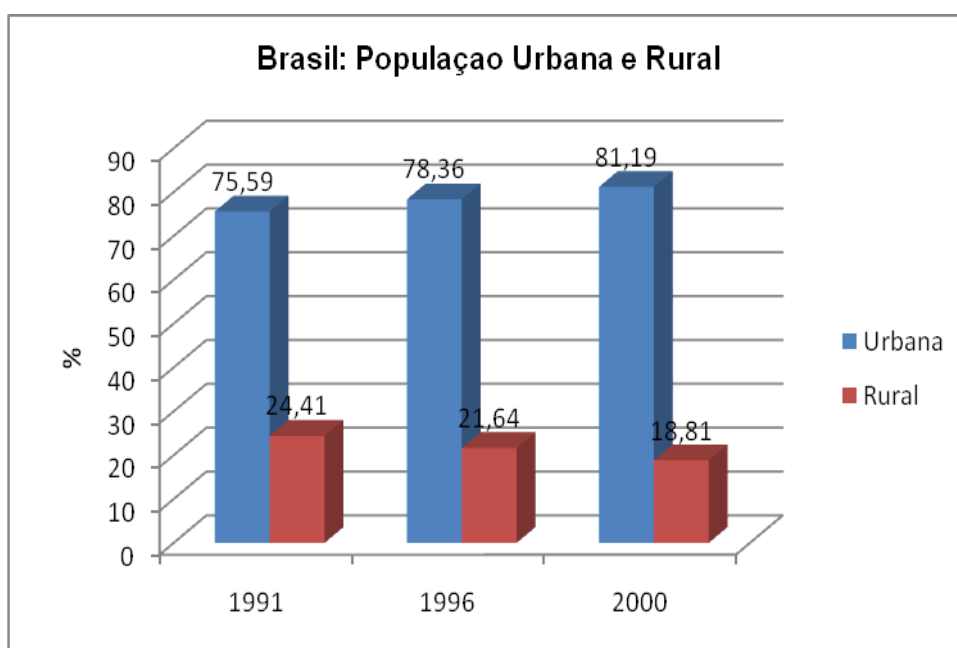


Figura 5: Brasil: População Urbana e Rural
Fonte: IBGE - Censo (1991 e 2000), e Contagem Populacional (1996)
Organização: BARRETO, V.M. (2010)

2.2 Município de Ponta Grossa: divisão territorial e uso do solo

A divisão territorial do município de Ponta Grossa foi (re)configurando-se ao longo dos anos (figura 6). No primeiro mapa a divisão territorial do município aparece com o distrito sede e com os distritos de Itaiacoca e Uvaia. Guaragi não aparece nessa primeira divisão territorial, pois, de 1940 à 1957, este distrito passou a pertencer ao município de Palmeira, voltando a fazer parte novamente do município de Ponta Grossa somente no ano de 1957, como pode-se observar no mapa de 1960, o distrito já aparece como parte do território do município. No ano de 1962, é criado o distrito de Piriquitos, através do “desmembramento territorial dos distritos de Uvaia e Ponta Grossa” (LOWEN, 1990, p.43).

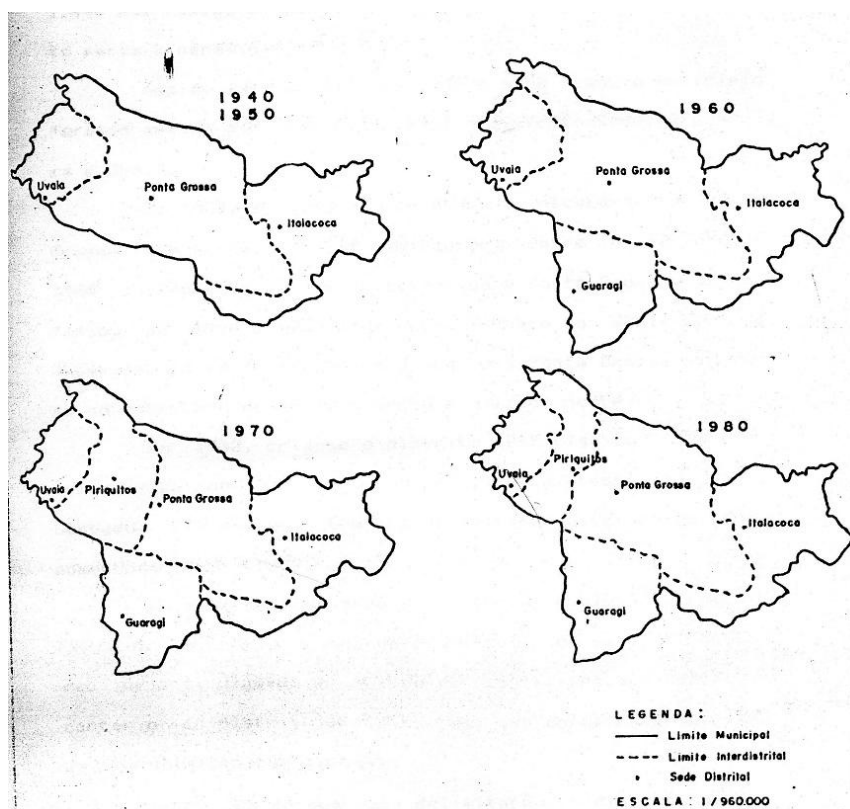


Figura 6 – Divisão territorial Município de Ponta Grossa (PR)
Fonte: IBGE apud LOWEN (1990)

TABELA 2: MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA E SEUS DISTRITOS

Distritos	Data de criação	Antigo nome	Distância da sede	População total ¹⁵
Distrito sede	1862 ¹⁶	_____	_____	267.674 habitantes
Itaiacoca	03/01/1909	Cerrado	30 km	2.435 habitantes
Uvaia	05/12/1931	Conchas	23 km	1.180 habitantes
Guaragi	19/03/1900	Carrapatos / Entre Rios	32 Km	2.327 habitantes
Piritiquitos	13/03/1962	_____	_____	3.162 habitantes*

Fonte: IBGE (Censo 2000) * Contagem Populacional 1996.

Organização: BARRETO, V. M. (2010)

O uso do solo no município de Ponta Grossa é diversificado. Está ligado à extração mineral, à pecuária, reflorestamento, agricultura, com cultivo de soja, milho, trigo, feijão, batata, arroz, hortaliças, entre outros (IPARDES, 2008). “Ponta Grossa se insere nas linhas de maior produção agrícola do estado” (Plano Diretor, 2006, p.58), os distritos de Guaragi e Piritiquitos apresentam, segundo o Plano Diretor de 2006, solos férteis em seu território.

A agricultura está presente nos distritos de Uvaia, Piritiquitos e Guaragi, e a pecuária, em Itaiacoca, Uvaia e Guaragi. No distrito de Itaiacoca a extração mineral se destaca (tabela 3),

A atividade mineraria tem representatividade regional, sendo especialmente relacionada à extração de talco e calcário; esta atende principalmente às indústrias de Campo Largo, enquanto aquela à demanda regional.

A atividade agrícola de Ponta Grossa conta com mais de 2.000 estabelecimentos disseminados por toda a área rural municipal. Nesse sentido, cabe destacar os distritos de Guaragi e Piritiquitos, com manchas de boa fertilidade dos solos em seu território (Plano Diretor -2006).

TABELA 3: USO DO SOLO RURAL NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Extração Mineral e Vegetal		Pecuária ¹⁷	Agricultura ¹⁸
Incidência	Distrito de	Incidência nos Distritos de	Incidência nos Distritos de
Itaiacoca		Itaiacoca, Uvaia e Guaragi	Guaragi, Piritiquitos e Uvaia

Fonte: Plano Diretor – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa (2006)

Organização: BARRETO, V. M. (2010)

¹⁵ Dados referente ao Censo de 2000.

¹⁶ Data referente a elevação de Ponta Grossa a categoria de cidade.

¹⁷ Galináceos, Pecuária de Corte e de Leite. A Pecuária de Leite concentra-se no Distrito de Guaragi.

¹⁸ Produção de soja, milho, trigo, feijão, aveia, entre outros.

A importância do distrito de Guaragi para o município de Ponta Grossa é enfatizado na declaração do Sr.^o Walter

O distrito é um distrito estritamente agropecuário, ele tem pequenos, médios e grandes produtores rurais. Então, Guaragi é muito importante para o município de Ponta Grossa, na economia do município na área rural. [...] Na agropecuária, é formado por muitos pequenos produtores de agricultura familiar até 48 hectares e também por médios e grandes produtores, que produzem milho, soja, batata, trigo, feijão, e isso tudo traz riquezas para nosso município e também para o próprio distrito de Guaragi. (WALTER JOSÉ DE SOUZA)¹⁹.



Figura 7 – Guaragi: Plantação
Autora: BARRETO, V.M. (2010).

As riquezas do distrito também são destacadas na fala do Sr.^o. José, que aponta a região como uma importante “bacia leiteira”, além de enfatizar a agricultura e a pecuária.

Nós temos a bacia leiteira, [...] então é leite de qualidade que sai daqui pra servir essas usinas que processam leite, então isso é uma riqueza, tem a soja, produzida aqui também na agricultura. Hoje tem também criação de porcos, criação de peru, de galinha, então tudo isso é bastante pro retorno que nós não temos, que o município não tem [...] (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)²⁰.

¹⁹ Entrevista concedida a autora, em 12 de agosto de 2010.

²⁰ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

Os distritos de Guaragi e Uvaia (figura 8) são zonas estritamente de uso Agrosilvipastoril. O distrito de Itaiacoca aparece como zona de uso Agrosilvipastoril, de Uso sustentável e de Proteção integral. O mapa aponta ainda a área delimitada como centro urbano, o que pode ser notado no distrito de Guaragi e Uvaia.

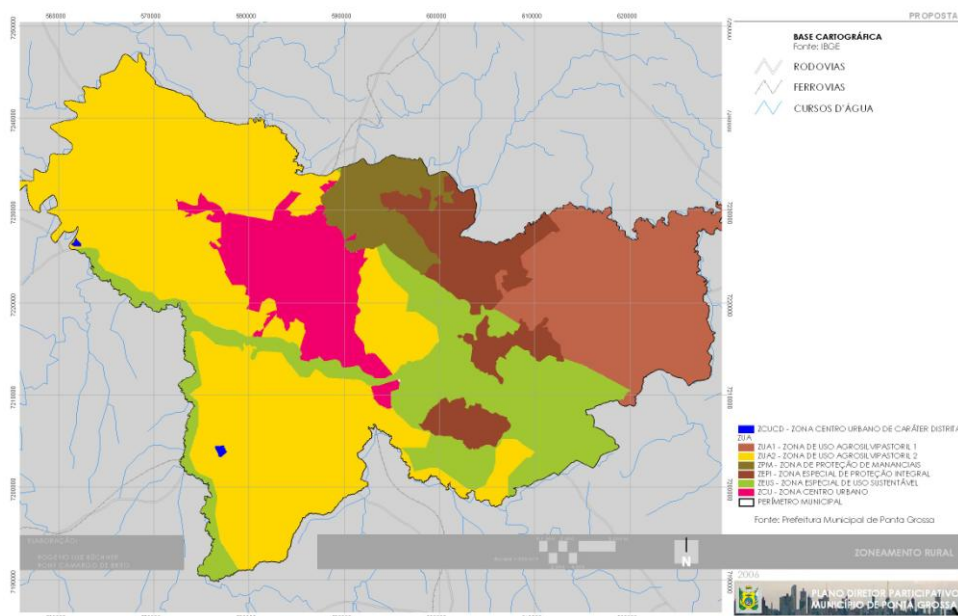


Figura 8 – Uso do solo no município de Ponta Grossa (PR)
Fonte: Plano Diretor (2006) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

2.3 Distrito de Itaiacoca

O distrito de Itaiacoca²¹, região rural de Ponta Grossa, localiza-se a 30 quilômetros do centro e faz divisa com o município de Castro, abrangendo uma área de 663 Km². Foi um dos primeiros lugares habitados na região dos Campos Gerais através da concessão de sesmarias. Sua história antecede a de sua criação oficial; as ocupações de suas terras datam das primeiras décadas do século XVIII. Segundo Silva J., “sua história antecede à própria história de Ponta Grossa e remonta a formação dos Campos Gerais” (SILVA, J., 2008, p.98).

²¹ Itaiacoca – nome proveniente do guarani Taya (taiá, espécie de planta) cog (roça). Com o tempo houve mudanças na palavra, mudando a consoante g para c e acrescentando a vogal a (SESC – UEPG).

Silva J. (2008), em estudo realizado sobre a ocupação e formação de Itaiacoca, na historiografia tradicional, aponta que seus primeiros ocupantes foram pecuaristas oriundos de São Vicente (São Paulo) que adquiriram terras através das sesmarias e tinham como ocupação a criação de gado. Não eram moradores permanentes; segundo o autor, muitos apenas possuíam terras em Itaiacoca, ficando a administração das mesmas por conta dos fazendeiros²².

Segundo Chamma (1988), os paulistas se entusiasmavam com as pastagens para criação de gado, principalmente na região dos Campos Gerais. Dessa forma, o governo português em Carta Régia de 3 de março de 1704, resolveu que somente a Coroa poderia doar as terras para aqueles que se propusessem a criar gados e fundar Currais. Assim, as terras dos Campos Gerais foram sendo ocupadas através de sesmarias. Pedro Taques de Almeida, juntamente com seus filhos e genros, requereram terras na região, sendo algumas dessas a Sesmaria de Itaiacoca.

O Provedor-mor Thimóteo Correia ficou com as terras do Capão Alto; Bartolomeu Pais de Abreu com as terras que iam do lapó até os campos do Tronco [...] Domingos Teixeira de Azevedo requereu as terras do Itaiacoca [...] (CHAMMA, 1988, p.7)

Em 1908, entrou em discussão na Câmara Municipal de Ponta Grossa o Projeto nº 8, que se referia à criação do distrito de Itaiacoca, “Districto Judiciário de Itaiacoca que terá por sede o lugar denominado Passo do Pupo e com as divisas do atual Districto Policial” (SESC-UEPG, 1981). Este distrito foi, então, criado no ano de 1909, através da “Lei Municipal nº 203, de 03 de janeiro, o distrito de Itaiacoca, com a denominação primitiva de Cerrado, em função da existência neste distrito de mais de 300 eleitores e da sua distância à cidade (14 léguas)” (LOWEN, 1990, p.43).

A configuração de Itaiacoca foi mudando; com o passar do tempo, “[...] essas terras foram divididas entre as famílias, de várias formas. Algumas foram por herança, outras foram, em boa parte, doadas para a Igreja Católica” (SILVA, J., 2008, p.99). Essa distribuição possibilitou o surgimento de vários povoados, dando origem a vilas na região, que surgiram ao longo do tempo, ficando o distrito subdividido entre: Biscaia, Barra Grande, Campinas, Cerrado Grande, Caeté, Imbuia, Mato Queimado, Princesa do Ribeirão, Rio de Dentro, Roça Velha, Rio

²² O autor explica que nesse caso o “termo fazendeiro não se refere ao proprietário das terras, mas sim ao seu ocupante” (SILVA, J., 2008, p.99).

Bonito, Cerradinho, Sete Saltos, Anta Moura, Carazinho, Passo do Pupo, Conceição, Caçador, Lagoa dos Pintos, Bairro dos Ingleses, Bairro dos Antunes, Boa Vista, entre outros (figura 9).

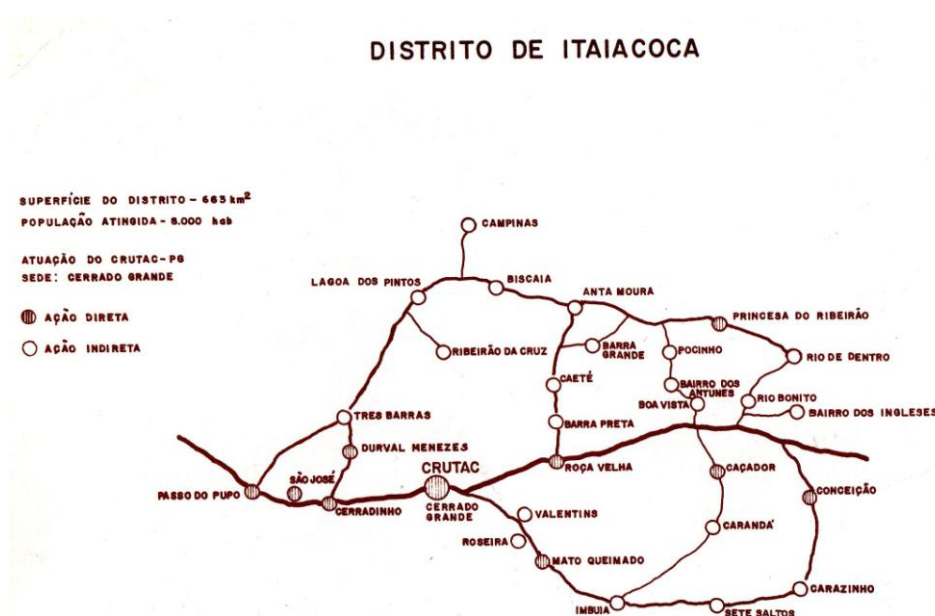


Figura 9 – Itaiacoca: Vilas do distrito
Fonte: SESC-UEPG (1981)

Os moradores do distrito apresentam traços físicos diversos devido à mestiçagem. Descendentes diretos de europeus, mulatos (devido à presença do negro, com a mão-de-obra escrava), caboclos (mistura de europeus e índios), e os bugres (remanescentes dos primeiros habitantes da região) (SESC – UEPG, 1981).

O cultivo de pequenas lavouras constituiu-se durante muito tempo, na principal fonte de renda dos habitantes da região. “A agricultura familiar de subsistência resistiu em grande proporção até meados do século XX” (SILVA, J., 2008, p.102). Essa configuração muda com a reestruturação agrícola, implantação de novas tecnologias e a mudança nas relações de trabalho, tendo como alternativas os pequenos e médios agricultores inserirem-se como empregados nos latifúndios, e até mesmo como empregados nas fábricas de cal e/ou madeira (SILVA, J., 2008). A modernização da agricultura, segundo Silva J., “desestabilizou parte dos pequenos agricultores que deixou a área rural, enquanto outra parte vem

buscando manter-se pela atualização tecnológica na sua forma de produção [...]”²³ (SILVA, J., 2008, p.95).

A região de Itaiacoca é explorada pela sua riqueza e variedade em minérios. Segundo Silva J. (2008), várias empresas se implantaram na região devido a instalação do Plano de desenvolvimento industrial de Ponta Grossa, que favorecia as indústrias. O autor aponta que devido à riqueza em minérios na região, muitos empresários se interessaram e começaram a explorar esses recursos, sendo o talco o principal deles.

A exploração mineral de grande monta reserva-se aos dolomitos de textura holocristalina (de cores variadas) para a industrialização de cal e corretivos de solo, e do silicato de magnésio hidratado, chamado talco, mineral secundário que pode ser encontrado nas rochas ígneas ou metamórficas. É empregado na composição de inseticidas, cerâmica, refratários, tintas, perfumaria, papel, sabão, indústria têxtil, plásticos, isolamentos elétricos, lubrificantes e outros (SESC-UEPG, 1981, p.9).

Devido a essas mudanças, a população de Itaiacoca apresentou uma diminuição considerável a partir da década de 1970, em razão da migração para a cidade²⁴ de Ponta Grossa, como aponta Silva J. (2008) em seu trabalho. A população total de Itaiacoca continua a diminuir (Tabela 1), mas, se analisarmos separadamente, percebe-se que a população urbana do distrito (sede Passo do Pupo) entre os anos de 1991-2000 teve um aumento de 332,5 %, enquanto a população rural teve uma queda de 35,19% (figura 10).

²³ Referente a essa reconfiguração em Itaiacoca ler o trabalho de Silva (2008), onde ele trata da questão da migração de trabalhadores rurais para a cidade de Ponta Grossa.

²⁴ Sobre esse assunto ler SILVA, José Aparício. **Fatores Endógenos e Exógenos que levaram à Migração/Resistência de pequenos produtores do Distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa – PR, na década de 1970**, onde o autor aborda os fatores da mecanização do campo, implantação de indústrias na região, os quais contribuíram para migração de alguns moradores para a cidade de Ponta Grossa, em busca de uma melhor qualidade de vida.

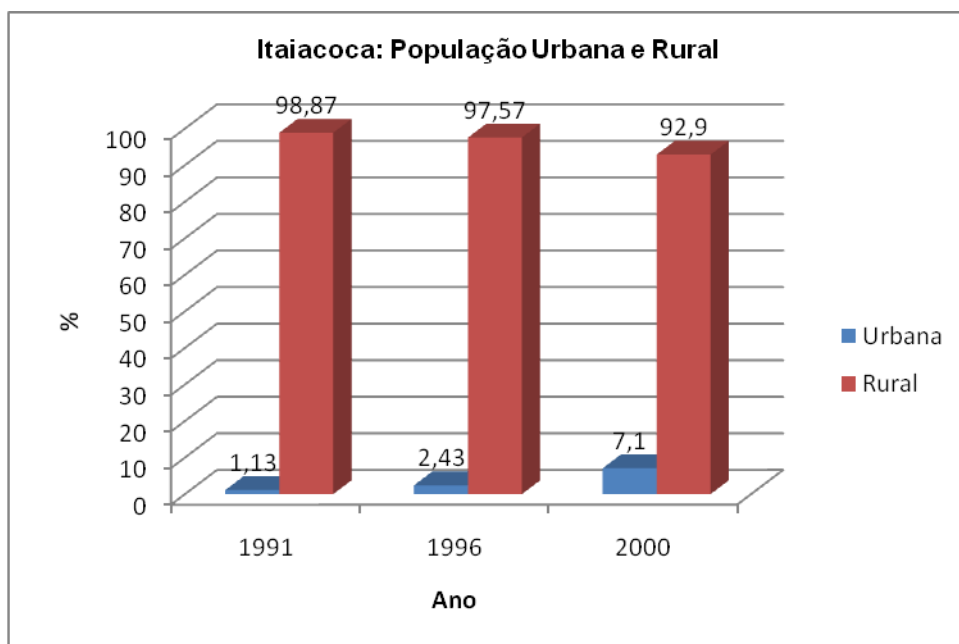


Figura 10 – Itaiacoca: População urbana e rural.
 Fonte: IBGE (censo 1991-2000) e Contagem Populacional (1996).
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Outra atividade de importância que Itaiacoca possui refere-se às áreas de turismo rural, pois nessa região de “topografia quebrada”, existem várias cachoeiras, furnas e cavernas (figura 11 e 12). Essas atividades de turismo já são realizadas em alguns pontos, mas sem a participação efetiva do poder público. Como estão em propriedades particulares, a manutenção e administração dos mesmos são feitos pelos próprios proprietários, não possuindo infra-estruturas adequadas para atender os visitantes.

Para que a atividade do turismo rural ocorra de forma efetiva, é necessário que haja incentivo por parte da administração do município. Sendo necessário uma melhora no acesso a esses lugares, conforme aponta o Plano Diretor (2006), “a vocação municipal para o turismo rural, frente aos seus recursos naturais, necessita de melhoramentos na malha viária” (Plano Diretor, 2006, p.63).

O desenvolvimento dos espaços rurais depende cada vez mais não somente do setor agrícola, mas, também de novas atividades que são desenvolvidas nesses espaços, tornando-os atrativos e de grandes interesses sociais, realizando dessa forma uma (re)significação de suas funções e permitindo uma interação cotidiana das populações rurais e urbanas (WNADERLEY, 2000).

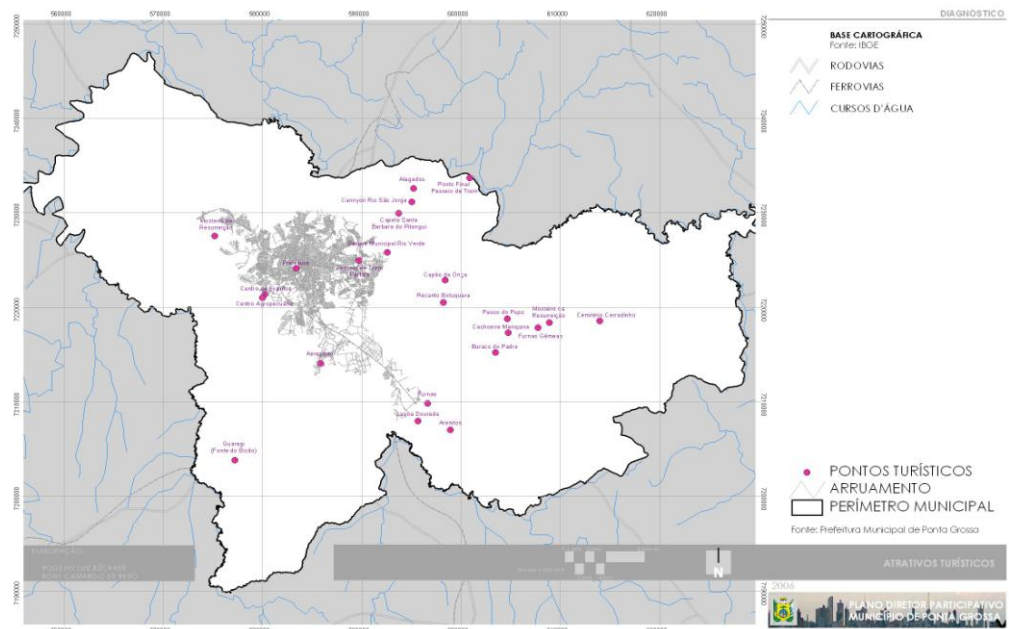


Figura 11 – Pontos Turísticos no município de Ponta Grossa (PR)
Fonte: Plano Diretor (2006) – Prefeitura Municipal de Ponta Grossa



Figura 12 – Itaiacoca: Cachoeira da Mariquinha (2010)
Autora: BARRETO, V. M.

2.4 Distrito de Uvaia

No ano de 1872, foi criada a freguesia de Conchas, a qual foi elevada à categoria de vila em 1881, ficando denominada São Sebastião das Conchas. O município de Conchas é extinto e passa a fazer parte, em 1931, do município de Ponta Grossa como simples distrito, pelo decreto nº 2439, de 05 de dezembro de 1931 (IBGE), representando um acréscimo “de aproximadamente 1.400 habitantes ao município. A partir de 1943, este distrito passa a denominar-se Uvaia [...] através do decreto-lei nº 199, de 30 de dezembro de 1943” (LOWEN, 1990, p.46-47).

Uvaia faz parte do espaço rural de Ponta Grossa e situa-se a 23 quilômetros do centro, ligada por rodovia asfaltada. O núcleo urbano “é formado principalmente por casas de pessoas de elevado nível econômico, que se utilizam de vivendas ali construídas para os fins de semana”²⁵.

O uso do solo na região de Uvaia se dá pela Agropecuária. Segundo Bauchrowitz (2009), grande parte da região é utilizada por fazendas de médio e grande porte, onde encontram-se plantações de soja, milho, trigo, e também alguns pastos.

A população de Uvaia, como a dos outros distritos, apresenta uma diversidade étnica (quadro 1). Esse fator se deve ao incentivo à ocupação dos Campos Gerais na década de 1870 por imigrantes, sendo Uvaia uma das regiões onde foram instalados núcleos coloniais.

²⁵ Ponta Grossa Turística – Administração Municipal de Luiz Carlos Zuk.

Nome	População
Núcleo Urbano Uvaia	População semi-rural, moradores temporários
Trindade, Conchas e Taquaraçu	População semi-urbana e rural, agricultores e agregados. Matriz cultural dominante: colonos de descendência polonesa, ucraniana e italiana, alguns descendentes de caboclos (sitiantes).
Pinheirinho	População rural, principalmente agregados. Matriz cultural dominante: cabocla, alguns colonos.
Moema, Taquari	População rural, colonos. Matriz cultural dominante: descendência polonesa, alguns alemães e russo-alemães.
Bocaina	População rural, sitiantes. Matriz cultural dominante: cabocla, alguma influência de colonos (polonês).
Lajeado, Arroio, Moinho	População rural, sitiantes, agricultura de porte médio e fazendas. Matriz cultural dominante: luso-brasileira.
São José e Santo Amaro	Pouca população rural, fazendas.
São Joaquim	Pouca população rural, fazendas.
Dourado	Pouca população rural, fazendas.

Quadro 1 – Uvaia: Características da população

Fonte: Plano Diretor Municipal de Turismo, PMPG, 2003 apud BAUCHROWITZ (2009)

Organização: BARRETO, V. M. (2010).

Percebemos que a população total de Uvaia teve uma redução entre os anos de 1991 a 1996, voltando a aumentar em 2000 (Tabela 1). Essa diferença é percebida tanto na população urbana como na rural, ambas voltam a aumentar. De 1996 a 2000, a população total cresceu 10,53%. A população urbana do distrito apresentou uma queda entre o ano de 1996 a 2000, enquanto a rural apresentou um aumento de 11,47% (figura 13), diferente do distrito de Itaiacoca e Guaragi, os quais apresentaram uma queda na população rural para o ano de 2000.

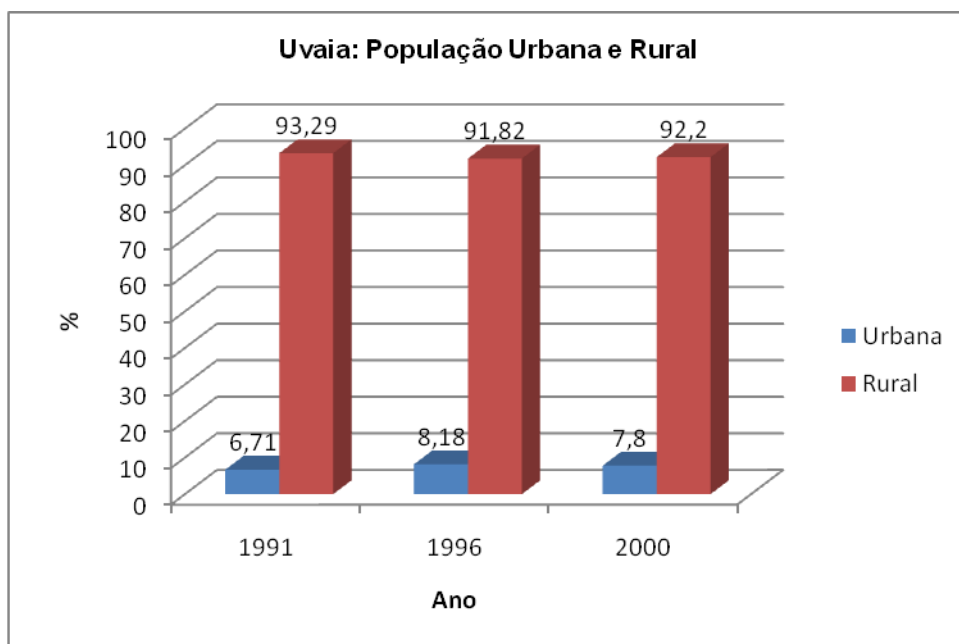


Figura 13 – Uvaia: População urbana e rural.
 Fonte: IBGE (censo 1991-2000), e Contagem Populacional (1996).
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

2.5 Distrito de Piriquitos

Em 1962, é criado pela Lei estadual nº 4556, de 13 de março, o distrito de Piriquitos (IBGE). Este distrito foi criado do desmembramento de dois outros distritos, o distrito sede e Uvaia, tendo sua delimitação alterada em 1970 e 1980. Para Lowen, essa alteração se deve a ampliação da área do distrito, no ano de 1965, o qual englobou extensa faixa territorial do distrito sede, decorrente de articulações para regularizar a “situação do cartório do distrito de Piriquitos, que encontrava-se fora de seus limites territoriais” (LOWEN, 1990, p.46). Retornando, em 1979, o território anexado ao distrito sede.

Piriquitos é contado como distrito até 1999, quando passa a ser anexado ao distrito sede. No censo de 2000 Piriquitos foi contado juntamente com a população do distrito sede, voltando a ser contado como distrito do município apenas no ano de 2007 (Anexo A), permanecendo assim até os dias de hoje.

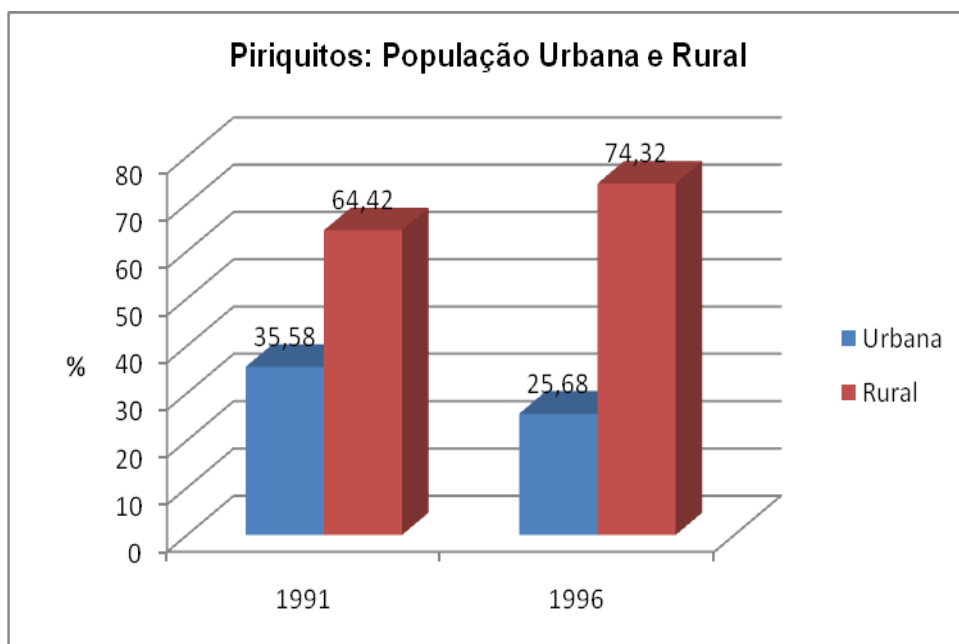


Figura 14 – Piriquitos :População urbana e rural.
 Fonte: IBGE Censo (1991), e Contagem Populacional (1996).
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Se compararmos os dados populacionais de Piriquitos dos anos de 1991 e 1996 com os demais distritos, percebe-se que apenas nesse distrito a população rural aumenta nesse período, se diferenciando dos demais, onde para esse mesmo período a população rural diminui.

2.6 Distrito de Guaragi

O local onde hoje se encontra o distrito de Guaragi começou a ter suas primeiras ocupações no século XVIII. As versões para o surgimento do distrito, segundo a historiografia tradicional, estão ligadas à passagem de bandeirantes pelo local, os quais teriam fundado Bela Vista²⁶, em 1770, passagem de tropeiros que estabeleciam pontos de parada, os quais deram origem a núcleos de habitações, comércios, à sesmarias concebidas, e a imigrantes que vieram se fixar nas terras doadas pelo governo da Província, em 1878 (CHAMMA, 1981).

²⁶ Bela Vista como sendo o primeiro nome dado ao distrito de Guaragi, lei nº 909, de 25 de agosto de 1881.

Outro nome que aparece para Guaragi nos anos de 1823 à 1879 é Carrapatos, o qual aparece na divisão territorial da Paróquia de Sant'Ana de Ponta Grossa (figura 15). Segundo entrevista com o Sr.^o Leonardo Matias (Pelé) em sua declaração ele aponta três nomes para o distrito antes deste vir a se chamar Guaragi, são eles: Carrapatos, Bela Vista e Entre - Rios.

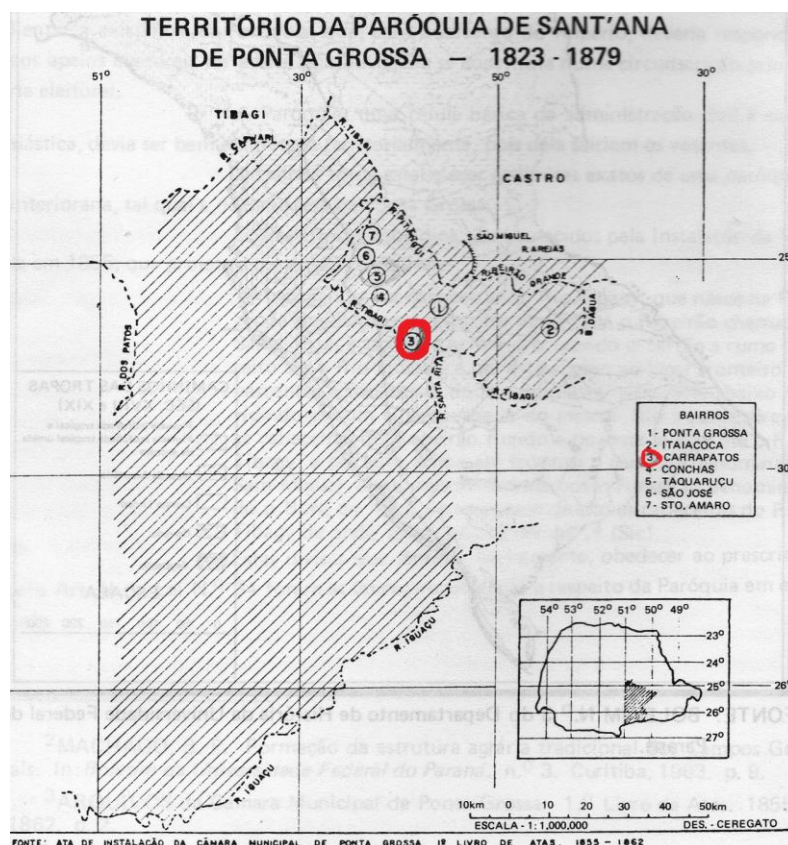


Figura 15 – Território da paróquia de Sant'Ana de Ponta Grossa 1823-1879
Fonte: GONÇALVES; PINTO; (1983, p.20)

Antes de receber o nome de Guaragi²⁷, a área onde hoje se encontra o distrito pertencia ao município de Entre - Rios, e apresentava um certo prestígio, com características de uma pequena cidade. No ano de 1891, foi construída a Estação Ferroviária e fundada a agência dos Correios; no ano de 1911, já possuía telefone. Era servido pela estrada de ferro São Paulo - Rio Grande, e possuía uma estação Ferroviária, a Roxo-Roiz, tinha um teatro onde companhias de vários locais vinham se apresentar, além da própria população que também apresentava suas peças. No

²⁷ A origem do nome provém dos nomes dos maiores rios que servem de limites às suas terras, rio Guaraúna e rio Tibagi (CHAMMA, 1981).

início do século XX, Entre - Rios exportava erva-mate, madeira, couro, entre outros e contava com serrarias e fazendas agro-pastoris. Em 1914, era editado um 'semanário' 'Vida Nova'²⁸, o qual trazia notícias da capital e de várias localidades do país. Nessa mesma época, funcionava um dos principais centros educacionais do Paraná, o Instituto de Comércio e Agronomia e duas escolas primárias. Entre – Rios contava com uma população de 10.000 habitantes, mas, com o passar dos anos o prestígio foi sendo perdido face ao crescimento das cidades ao redor, muitos moradores se mudaram em busca de outras atividades econômicas (CHAMMA, 1981).

Já foi núcleo de povoação importante, pois nas suas imediações existiam grandes fazendas e serrarias. Foi zona colonial de imigrantes russo-alemães, e de poloneses. Possuiu escola, banda de musica, cartório, igreja (ainda existe) de alvenaria, dedicada a Nossa Senhora da Luz. A vila conserva todas as características de sua época. Possui correio desde o começo do século.

Hoje é apenas passagem da Ferrovia tronco-sul, e ultimamente tem se destacado bastante por causa da produção de soja, nas fazendas e chácaras ainda existentes em seus arredores. Há também uma grande cerâmica. (HOLZMANN et. al., 1975, p.20).

Aqui Guaragi já foi... aqui era pra ser Ponta Grossa, teve fundador e tudo que foi o Sr. Antonio Gomes de Oliveira, ele foi jornalista da gazeta de Entre-Rios, engenheiro agrônomo e professor, aqui era uma cidadezinha, de festa, era uma semana de festa, tinha teatro, até predinho tinha no Guaragi, feito de barro que era de primeiro [...] e tinha, e era bonito Guaragi [...] (LEONARDO MATIAS – PELÉ)²⁹.

[...] aqui era a cidade de Entre Rios, na época do ciclo da madeira, tinha serrarias, que impulsionou Ponta Grossa economicamente um período dessa história, daí acabou a madeira e a cidade foi morrendo, morrendo e a cidade de Entre Rios virou distrito, de Palmeira, depois Ponta Grossa (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)³⁰.

²⁸ Dirigido por Antonio Gomes de Oliveira, o qual dirigia também o Instituto de Comércio e Agronomia (CHAMMA, 1981, p.90).

²⁹ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

³⁰ Entrevista concedida a autora em, 19 de agosto de 2010.



Figura 16 – Guaragi: Antigo nome do Município ainda conservado
 Autora: BARRETO, V. M. (2010).

Entre - Rios foi desmembrado: “a parte leste do Rio Guaraúna ficou para Palmeira (atual distrito de Guaragi), enquanto a parte oeste ficou com Teixeira Soares (hoje, distrito de Guaraúna)” (BAUCHROWITZ, 2009 p. 14).

Esse distrito foi regularizado como pertencente a um município em dois momentos, primeiro através da Lei nº. 337, de 19 de março de 1900 até 1940, quando passou a pertencer ao município de Palmeira , ficando anexo a esse até 1957, quando aconteceu a “reintegração do distrito à Ponta Grossa, com cerca de 2.550 habitantes, o qual apoiou-se no resultado de um plebiscito realizado neste” (LOWEN, 1990, p.46), através da Lei Estadual nº. 3.315, de 11 de setembro de 1957.

Na época que nós viemos para cá pertencia a Palmeira sabe?! Daí em 1956 que foi que Guaragi saiu lá de Palmeira e passou para Ponta Grossa. Estrada era de chão, daí em 1996 que foi feito o asfalto, por demérito do Deputado Luiz, do José Richa aí que foi o asfalto aí, que emendou tudo essas cidades [...] (LEONARDO MATIAS – PELÉ)³¹.

Ainda é possível observar no distrito construções antigas com influências dos imigrantes em sua arquitetura (figura 17). A preservação dessas residências pode estar vinculada à preservação de uma memória tanto individual como coletiva. “As

³¹ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

formas materiais da sociedade atuam sobre ela [...] pela consciência que dela tomamos, enquanto participantes de um grupo que percebem seu volume, sua estrutura física, seus movimentos no espaço” (HALBWACHS, 2006, p.20). As lembranças que essas construções despertam fazem parte de um contexto espacial vivido pelo grupo e indivíduo, como participante desse grupo, e tem um sentido, não pode ser apagado; essas imagens desempenham um papel na memória coletiva, expressam a relação com o lugar.



Figura 17 – Guaragi: Construção datada de 1898
Autora: BARRETO, V.M. (2010).

Casa antiga no distrito de Guaragi

2.6.1 Características da população do distrito de Guaragi

O distrito localiza-se a 32 quilômetros da sede municipal de Ponta Grossa, e seu acesso se dá pela PR 151 e 438 (a estrada passa pelo meio da vila), ambas as rodovias são pavimentadas. Inclui a parte rural e uma pequena vila, considerada área urbana pelo IBGE, fazendo divisa com o Município de Palmeira.

De acordo com o Censo Demográfico de 2000, a população total do distrito era de 2.315 habitantes, sendo 981 habitantes na área urbana³² e 1.346 habitantes na área rural (Tabela 1). Percebemos que, no total, a população do distrito diminuiu,

³² O IBGE considera área urbana do distrito a vila, onde encontram-se equipamentos urbanos mais concentrados e uma maior aglomeração de casas.

mas analisando separadamente a população urbana da rural, percebe-se que, desde o Censo de 1991, a população urbana do distrito vem aumentando e a rural diminuindo (figura 18). Representando a população urbana no Censo de 2000, 42,16% do total. Outro dado que podemos constatar é que desde que foi anexado ao município de Ponta Grossa, no ano de 1957, com 2.550 habitantes, o distrito não perdeu muito sua população.

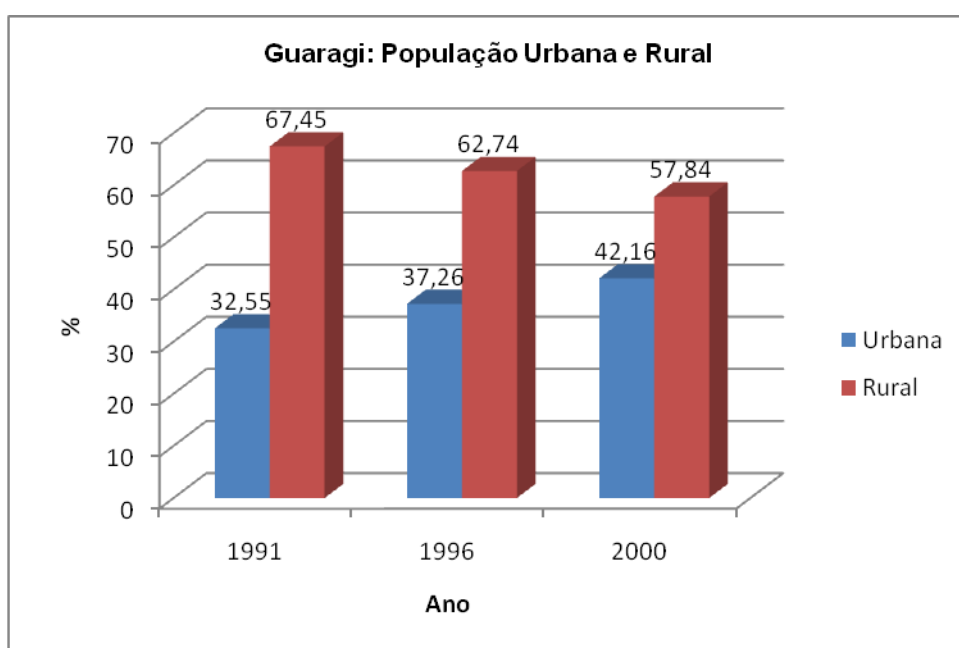


Figura 18 – Guaragi: População urbana e rural.
 Fonte: IBGE (Censo 1991-2000) e Contagem da população (1996).
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

O distrito, formado por caboclos e também imigrantes (quadro 2), compreende uma área constituída por fazendas, sede distrital urbanizada, chácaras, comunidades rurais, como a comunidade Sutil (descendentes de escravos) que surgiu por meio de doações de terras, um núcleo de 20 famílias bielo – russas, e uma “vila rural distante a 8 km da sede do distrito com pequenas e médias propriedades (alemães, italianos e poloneses)” (MICELE, 2005, p.70).

Localização	População
Núcleo urbano	População semi-rural; Matriz cultural mista: caboclos, alemães, italianos, poloneses, ucrânianos.
Estrada de Roxo Róis e Guaragi	População semi-rural; Matriz cultural mista: colonos, alemães, poloneses, italianos e ucrânianos.
Região do Arroio de Tafona	População rural; Matriz cultural dominante: poloneses, italianos e alemães.
Tabuleiro	Pouca população rural; Matriz cultural: luso-brasileiros e colonos.
Sítios de Santa Cruz	População rural e semi-urbana; Matriz cultural: luso-brasileiros.
Sutil e Colônias de Sta. Cruz	População rural, agricultores; Matriz Cultural: afro-brasileiros (Sutil) e bielorrussos (Sta. Cruz).
Carrapatos	Pouca população rural; fazendas.
Vale do Rio Sta. Rita	Pouca população rural; fazendas.
Fazenda Santa Cruz	Pouca população rural; fazendas; Matriz cultural: luso-brasileiros
Região das Fazendas Carlota e Camargo	Pouca população rural; fazendas; Matriz cultural: luso-brasileiros.

Quadro: 2 – Guaragi: Características da população

Fonte: Plano Diretor Municipal de Turismo, PMPG, 2003 apud BAUCHROWITZ (2009)

Organização: BARRETO, V. M. (2010).

Para Claval (1999), os grupos transformam as paisagens e isso reflete as diferentes culturas existentes, pois no território acontece o encontro dessas culturas, as quais o determinam e, também, de certa forma, são determinadas por ele.

Existe uma variação da descendência dos moradores da vila do distrito, como se pode constatar em informações obtidas nas entrevistas (figura 19). Percebe-se a diversidade cultural que compõe o distrito de Guaragi, que contribui com a formação do território e da identidade social, pois cada grupo apresenta a sua idiossincrasia cultural.

Alguns moradores da vila do distrito vieram do distrito sede (Ponta Grossa), outros vieram de outros municípios do Paraná, e alguns da região rural do próprio distrito (figura 20).

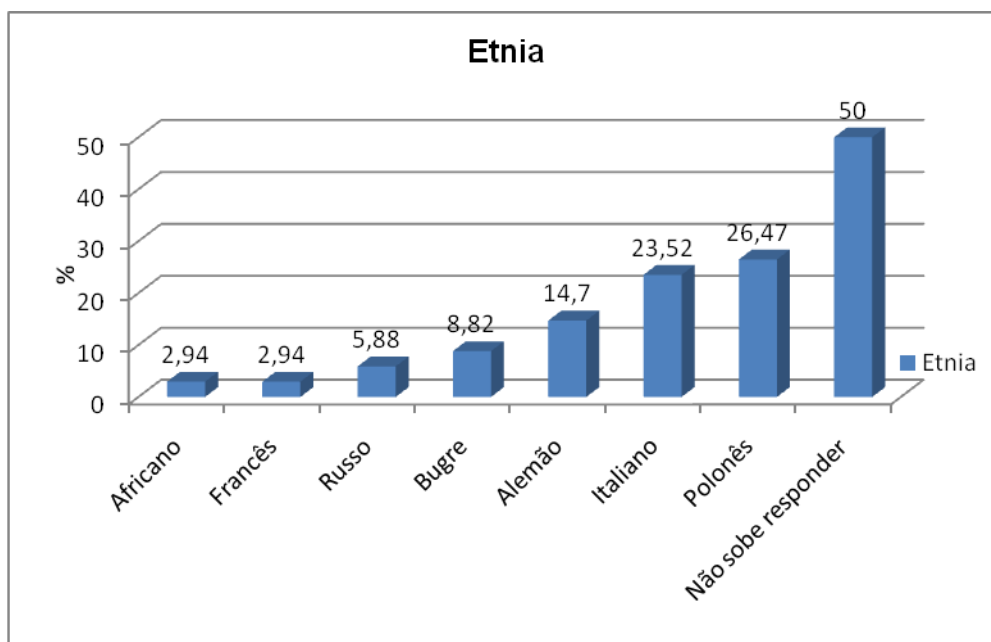


Figura 19 – Guaragi: Etnia
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

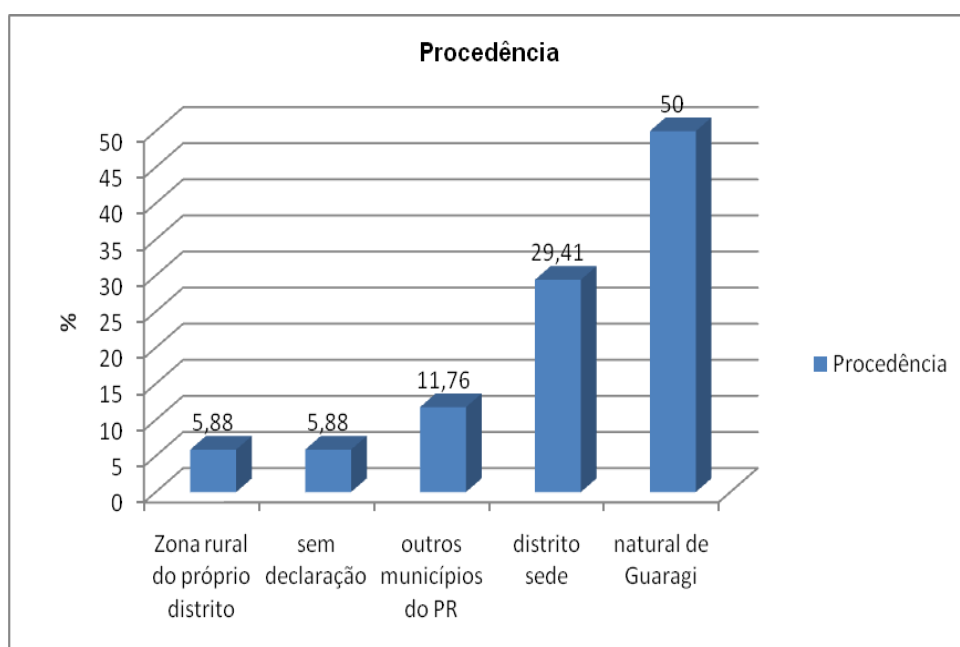


Figura 20 – Procedência dos moradores.
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

Durante as entrevistas, pode-se perceber a alta porcentagem de habitantes que moram/moraram a vida toda no distrito, sendo o tempo de moradia maior na faixa de 31 anos ou mais, representando 29,41 % dos entrevistados (figura 21).

Percebe-se nos grupos de idade que a maior população está nos grupos de crianças e adolescentes, de 10 a 19 anos, e no de jovens e adultos, de 20 a 29 anos, caindo a porcentagem de moradores no grupo de 50 a 59 anos, voltando a subir no grupo de 60 anos ou mais (figura 22).

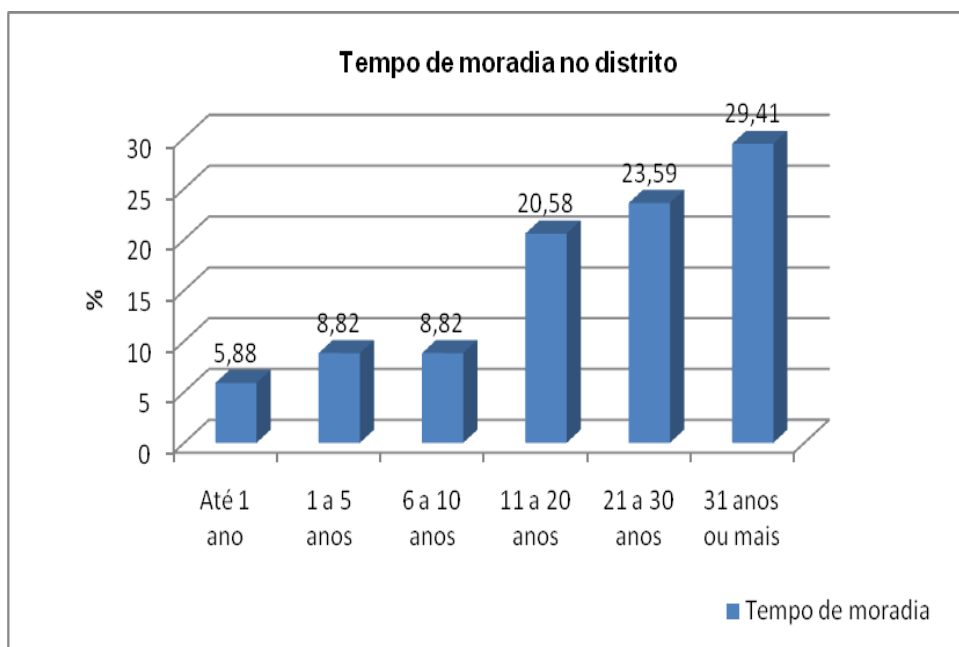


Figura 21 – Tempo de moradia no distrito
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BAREETO, V. M. (2010).

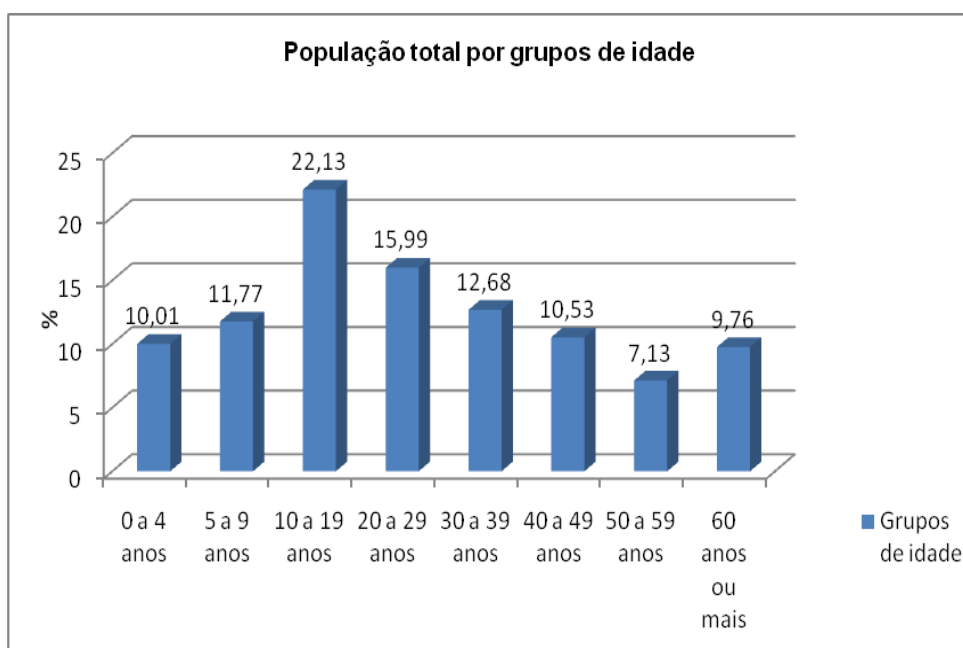


Figura 22 – Guaragi: População total por grupo de idade.
 Fonte: IBGE (Censo 2000),
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Essa queda nos grupos de idade pode ser analisada pela saída do distrito para trabalhar e estudar, como aparece em algumas entrevistas com moradores que nasceram no distrito, se mudaram e, após alguns anos, retornaram, como é ressaltado na declaração de uma entrevistada,

“morei 19 anos aqui, casei e me mudei para Curitiba, morei 29 anos lá, meu marido trabalhava na RFFSA, depois moramos mais 3 anos em Ponta Grossa e voltei pra cá, meu marido se aposentou e minha família mora aqui
”³³

Também fica claro em sua fala que o retorno à vila se dá pelo fato da aposentadoria e pela família. A aposentadoria pode ser apontada como um dos fatores que contribui para o aumento na porcentagem da população com 60 anos ou mais, pois alguns desses vieram morar no distrito após a aposentadoria.

Quatro entrevistados que nasceram no distrito, mudaram-se por alguns anos para o distrito sede e para Curitiba, ficando estes entre 7 e 20 anos fora, mas retornaram para o distrito. O retorno se deve a motivos como a aposentadoria, a família e a busca por qualidade de vida – por se tratar de um lugar tranquilo, segundo eles - o que é apontado por 25 % dos entrevistados como uma das qualidades do distrito (figura 23).

Esse retorno pode ser associado à identificação que os indivíduos estabelecem com o lugar de origem, as afinidades e o sentimento de pertencimento, por isso a necessidade e a vontade do retorno. Os sentimentos de pertencimento e reconhecimento são constituídos pelo sentido de pertença, pelos laços de solidariedade e de unidade que o indivíduo ou grupo estabelecem em relação a um lugar, um território, sendo uma construção histórica (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007). O sentimento de pertencimento é construído através das práticas e das representações. Para Tuan, “o sentido de lugar não é incentivado somente pela circunscrição física no espaço do povoado: conhecer outros povoados e a rivalidade com eles estimula significativamente o sentimento de singularidade e de identidade” (TUAN, 1983, p.185).

³³ Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

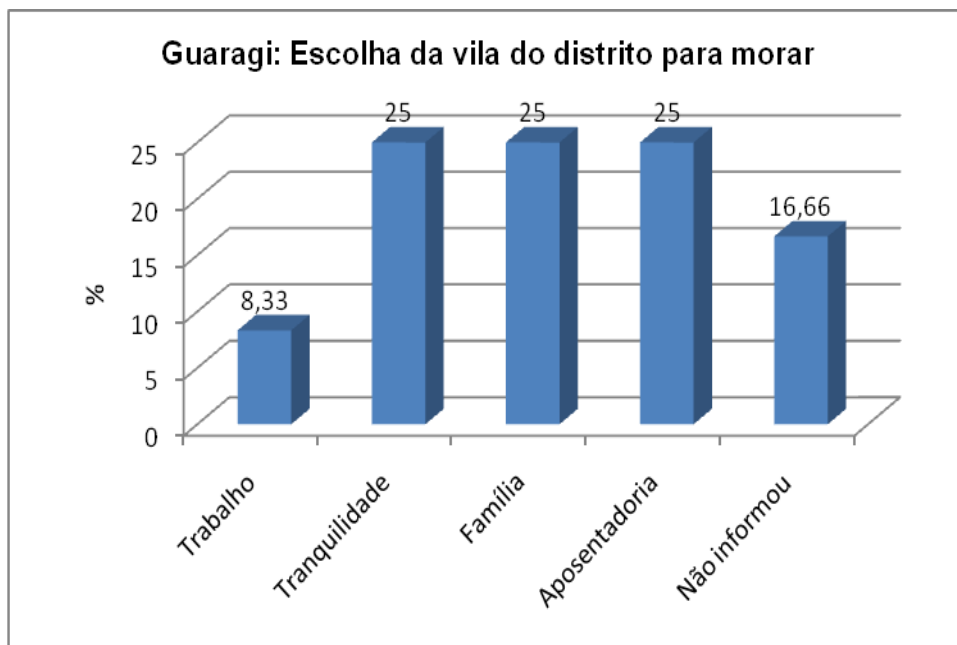


Figura 23 - Guaragi: Escolha da vila do distrito para morar
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

2.6.2 - As relações políticas Municipais e a vila do distrito de Guaragi

O distrito de Guaragi é administrado pelo governo municipal de Ponta Grossa, pois os distritos não possuem governos próprios (como já observado no capítulo I), sendo divididos em distritos administrativos, onde são encontrados alguns serviços públicos estaduais e municipais, para melhor atender a população local.

No momento atual, a emancipação do distrito não seria possível devido às exigências para criação de municípios no Estado do Paraná, sendo que um dos requisitos para que isso aconteça é o número de habitantes, como fica claro na Lei Complementar nº. 56 de 18 de fevereiro de 1991

Art. 2º Nenhum município será criado sem a verificação da existência, na respectiva área territorial, dos seguintes requisitos:
I - população estimada, superior a 5.000 (cinco mil) habitantes;
II - eleitorado não inferior a 20% (vinte por cento) da população;
III - centro urbano já constituído com número de casas superior a 100 (cem) (PARANÁ, 1991).

A população atual do distrito, como já mostrada, é de 2.315 habitantes, segundo o IBGE no Censo de 2000, 46,3% a menos da exigida para criação de município.

Em relação ao distrito se emancipar, um dos líderes políticos fala que este não é o momento, pois afirma que o distrito não tem infra-estrutura,

Olha às vezes falam assim da emancipação de Guaragi, eu não vejo que o momento é esse ainda, nós precisamos crescer muito mais ali, gerar mais empregos ali, gerar mais empresas ali, para depois quem sabe daqui muitos anos se for viável pensar em uma emancipação. Nesse momento eu particularmente não vejo que é o momento. Acho que nós temos que crescer mais um pouco, nós temos que ser mais auto-suficientes para depois pensar em se emancipar. Veja Carambeí que era um distrito de Castro, se emancipou, mas ele tinha lá uma grande empresa que era a Batavo, então nós precisamos primeiro ser auto-suficientes para depois dar o grito de independência, acho que ainda tem um longo caminho a seguir nesse sentido. (WALTER JOSÉ DE SOUZA)³⁴.

Para Monastirsky et. al., devido aos esforços que as políticas públicas federais e estaduais têm demandado em relação aos trabalhadores rurais e as comunidades tradicionais (quilombolas e faxinalenses),

[...] parece inevitável que a questão das demandas das comunidades distritais municipais de cada unidade federativa também se coloque aos gestores públicos responsáveis pela execução das políticas públicas. Por certo, não se trata de reduzir todos os problemas sociais que ocorrem fora das cidades à escala distrital, mas de reconhecer que o modo de vida de determinadas comunidades e as políticas públicas de dotação de infra-estrutura e serviços públicos apresentam certas especificidades que podem ser mais bem compreendidas quando também se recorre ao recorte distrital municipal (MONASTIRSKY et. al., 2009, p.9).

Dessa forma, a efetivação das políticas públicas voltadas a esses locais dependem da compreensão da configuração dos mesmos, pois esses lugares possuem características próprias que não podem ser ignoradas na hora da elaboração dos planos de ação voltados a esses locais.

A lei orgânica do município deixa claro em seu capítulo II “Das Obras e dos Serviços Municipais” a responsabilidade que o município tem sobre os distritos para uma melhor administração

³⁴ Entrevista concedida a autora, em 12 de agosto de 2010.

Art 89 VII a expansão do transporte coletivo às áreas suburbanas e aos distritos administrativos;

Art. 149 VIII - escolaridade mínima nos distritos rurais, nas escolas de 1º grau, fundamentada e adequada à realidade sócio-econômica e cultural da população envolvida, visando às áreas agrícola, pecuária ou de economia doméstica.

§ 2º - Serão criadas escolas nos distritos e localidades rurais sempre que existir clientela mínima de quinze alunos.

Art. 159 V - criação e manutenção de bibliotecas públicas nos distritos e bairros. (PONTA GROSSA, 2005).

A vila do distrito de Guaragi possui uma estrutura simples. A rua principal é asfaltada, pois se trata da PR 438, que corta a área considerada urbana pelo IBGE (figura 24), as ruas da quadra da Igreja Católica e em frente ao Colégio Estadual também são asfaltadas, as demais ruas são de chão (figura 25 e 26). O comércio da vila do distrito encontra-se na rua principal.

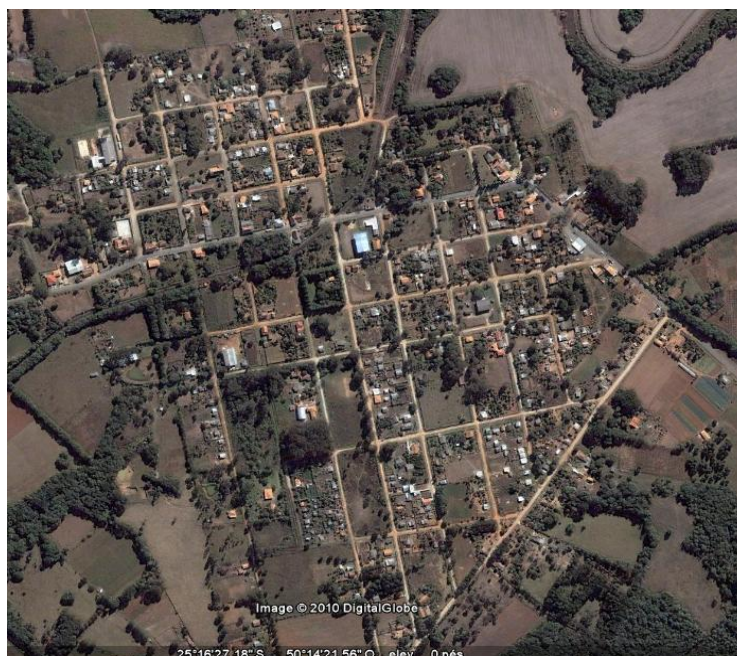


Figura 24 – Guaragi: Vista aérea da área urbana do distrito
Fonte: Google Earth – imagem de Maio/2006.



Figura 25 – Guaragi: PR 438 que dá acesso ao Distrito e passa pelo meio da vila.

Autora: BARRETO, V. M. (2009).



Figura 26 – Guaragi: Quadra da vila do distrito - Rua de chão

Autora: BARRETO, V. M. (2010)

Os equipamentos urbanos que se encontram na vila compreendem: energia elétrica, água encanada, uma unidade de saúde básica - PSF, Colégio Estadual (ensino fundamental e médio) e Escola Municipal (educação infantil e Jovens e adultos), unidade da Agência de Correios (funciona na escola Municipal), uma

cancha de esportes, uma biblioteca pública (funciona no Colégio estadual), sistema de telefonia, posto policial (desativado), sede da subprefeitura (desativada – figura 27), um cartório, um posto de combustível, um restaurante, pequenas mercearias e bares, loja de material de construção, loja de roupas e transporte coletivo. Nove templos religiosos, sendo: Igreja Católica Nossa Senhora da Luz, Igreja Missionária de Recuperação Vale da Benção, Congregação Cristã no Brasil, Núcleo de oração Universal do Reino de Deus, Igreja Batista Independente, Centro Espírita, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Evangélica Assembléia de Deus e Igreja Pentecostal Deus é Amor.



Figura 27 – Guaragi: Sub-prefeitura – desativada, hoje funciona a sede da Associação dos Moradores
 Autora: BARRETO, V.M. (2010).

As mudanças no distrito são apontadas como positivas ao longo dos anos, e alguns desses benefícios indicados referem-se a equipamentos urbanos que chegaram até o distrito, como podemos perceber na fala do Sr.^o Leonardo e do Sr.^o Walter,

O asfalto aí. O asfalto foi um movimento grande, coisa de louco a “carraiada”³⁵ que passa, agora pega Ponta Grossa - Paraguai, Ponta Grossa - União da Vitória, tudo por aqui, Guarapuava, o percurso da

³⁵ Termo utilizado pelo Sr.^o Pelé para se referir ao grande movimento de carros que passam pelo distrito.

“carraiada” é bastante, é dia e noite, é a principal, inclusive não tem nem pedágio então passam tudo por aqui (LEONARDO MATIAS - PELÉ)³⁶.

A gente percebe uma melhor qualidade de vida muito grande daquela população. Se você vê a 20, 30 anos atrás e vê agora a realidade de Guaragi é totalmente outra [...] Nós temos no distrito de Guaragi uma capela mortuária, para a comunidade, temos duas empresas, uma de madeira, cerraria, nós temos um empresário na linha de produção de ovos, uma grande produção, e essas duas empresas geram hoje lá 50 empregos diretos lá no Guaragi [...] Então Guaragi hoje tem uma qualidade de vida bem melhor, um desenvolvimento bem maior, cresceu muito, se você pegar duas, três décadas atrás, quem dirá mais décadas atrás (WALTER JOSÉ DE SOUZA)³⁷.

Além dos benefícios na infra-estrutura da vila, a mesma representa para a maioria dos moradores um lugar tranquilo, os quais em suas declarações apontaram o sossego como um ponto positivo (figura 28). Esse apontamento da vila como um lugar sossegado pode ser abordado pelas novas funções que o rural assume, como já apontado no capítulo I, sendo uma revalorização do rural. Nas entrevistas, eles apontam que escolheram morar no distrito pela tranquilidade que encontram ali, como é possível observar na fala de um entrevistado: “moro aqui há 9 anos, me aposentei, meu sonho era ter uma chácara então vim prá cá, é um lugar bom de morar”.³⁸ A busca pelo distrito devido ao sossego para lazer também é percebido na fala de uma das entrevistadas, que tem uma casa no distrito, a qual utiliza para passar as férias, e mora em Ponta Grossa, bem como um ponto que contribui para a permanência dos moradores.

A falta de emprego no distrito foi apontado pela maioria como um ponto negativo, seguido da falta de segurança e problemas na saúde pública (figura 29). A necessidade de novas indústrias se instalarem na região para proporcionar mais empregos, sem que esses tenham a necessidade de deslocamento para outras regiões para trabalhar, foi apontado pelos entrevistados. Além da necessidade de novas indústrias, destacam-se a necessidade de farmácia, policiamento e médico (figura 30).

³⁶ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

³⁷ Entrevista concedida a autora em, 12 de agosto de 2010.

³⁸ Entrevista concedida a autora em 22 de julho de 2010.

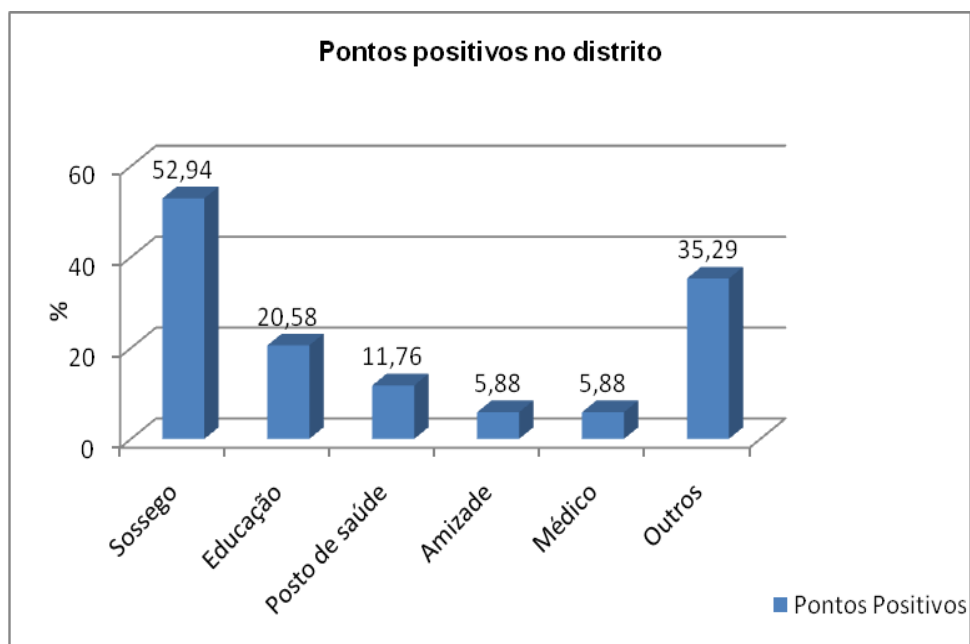


Figura 28 – Condições de vida em Guaragi: Pontos positivos
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

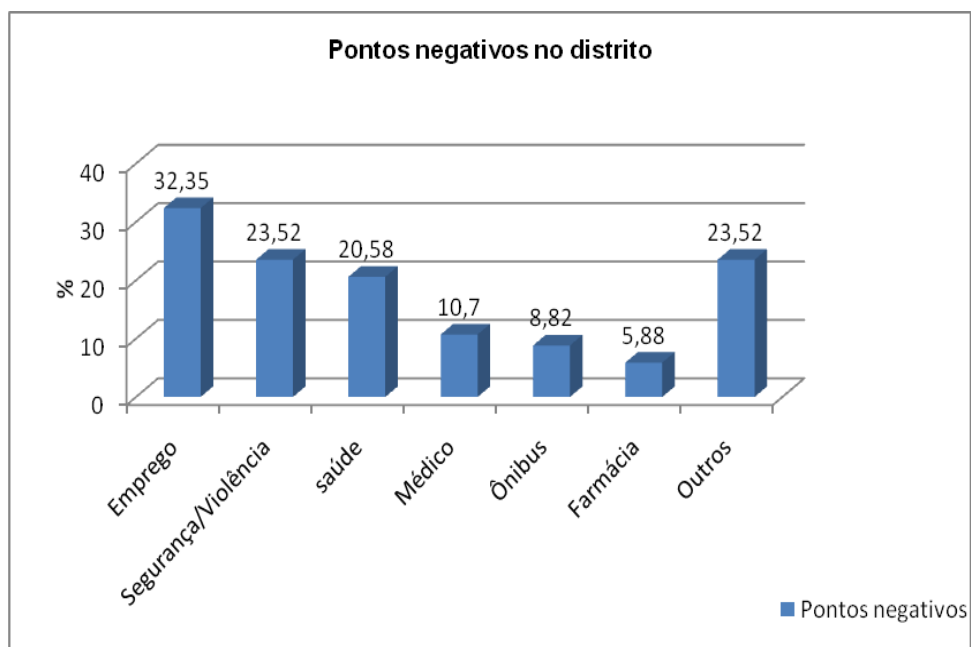


Figura 29 – Condições de vida em Guaragi: Pontos negativos
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)



Figura 30 – Guaragi: Necessário para o distrito.
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

Os principais pontos apontados por eles ajudam-nos a compreender a estrutura da vila, bem como o acesso a bens e serviços que proporcionam uma melhor qualidade de vida³⁹.

O distrito possui uma unidade básica de saúde, PSF. A enfermeira responsável pelo posto de saúde informou que o médico faz atendimentos diários, realizando uma média de 12 atendimentos pela manhã e 12 pela tarde. São atendidos os moradores da área urbana e também rural, como Roxo Roiz, Faxinal, Sutil, entre outros. Os principais atendimentos na unidade de saúde são:

³⁹ Entende-se aqui qualidade de vida abordando diversos aspectos, os quais se interligam, como apontados por Santos e Martins (2002, p. 2), o qual engloba questões materiais e imateriais, onde as “questões mais materiais, ligadas à satisfação das necessidades humanas básicas, até às questões imateriais (a segurança, a participação cívica), desde aspectos objectivos até aspectos subjectivos, estes últimos relacionados com a percepção individual da qualidade de vida e do bem estar dos indivíduos, desde aspectos de índole mais individual até aspectos de índole mais colectiva”.

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
Atendimento pela manhã (livre); A tarde atendimento a gestantes (palestra sobre cuidados pós-parto/aleitamento)	Atendimento pela manhã (livre); Atendimento diabéticos à tarde; Atendimento crianças até 1 ano	Atendimento pela manhã (livre); Visitas aos acamados (equipe – médico/enfermeira/técnica em enfermagem/agentes); Preventivo	Atendimento pela manhã (livre); Atendimento diabéticos à tarde; Atendimento crianças até 1 ano	Atendimento pela manhã (livre)

Quadro 3: atendimentos do Posto de Saúde
Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Apesar de todos os atendimentos apontados pela enfermeira, o atendimento médico foi uma das necessidades mais apontadas para o distrito (figura 31), como podemos perceber em algumas declarações dos entrevistados: “precisa de atendimento médico mais efetivo”; “precisa de mais horários de atendimento”⁴⁰.

A falta de mais horários para o atendimento preocupa os moradores, pois, muitas vezes precisam se deslocar até Ponta Grossa para uma consulta, ou atendimento de emergência,

“o médico vem uma vez por semana, só na quarta-feira, e só atende dez pessoas, nos outros dias se precisar de médico para uma urgência tem que ir até a cidade”⁴¹

“Precisei levar meu filho de madrugada para Ponta Grossa no médico, pois aqui não tem.”⁴²

Muitas vezes esse deslocamento é feito de ônibus, dependendo os moradores do transporte coletivo, o qual é feito pela Viação Campos Gerais (VCG), a qual durante os dias úteis realiza sete viagens diárias, nos sábados e domingos são realizadas quatro viagens diárias, e pela empresa Princesa dos Campos que também disponibiliza horários de ônibus metropolitano para o distrito, sendo de Ponta Grossa – Guaragi um horário na parte da tarde e de Guaragi - Ponta Grossa, um horário à noite. Nas entrevistas, alguns moradores apontam a insatisfação com os horários do transporte coletivo, principalmente no fim de semana. Uma das

⁴⁰ Entrevistas concedidas a autora, em 22 de julho de 2010.

⁴¹ Entrevista concedida a autora, em 12 de julho de 2010.

⁴² Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

entrevistadas disse que “falta ônibus, falta horários”⁴³, segundo ela, quem depende do transporte para trabalhar na cidade é prejudicado.

Essa dificuldade pela falta de horários no transporte coletivo é ressaltada pelo Srº. José,

[...] a questão do transporte coletivo que é extremamente deficitário, porque só tem... o último ônibus sai sete horas, depois a pessoa tem um problema, que ela tem que ficar na cidade fazer alguma coisa, depois das sete não tem como voltá, quantas pessoas as vezes dormem no pronto socorro, são bem pobrezinho, dormem no pronto socorro, não tem como retornar, ficam dormindo sentados esperando, a situação é muito complicada [...] (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)⁴⁴.

Outro problema apontado pelos moradores é a falta de segurança e a necessidade da volta de policiamento, pois, segundo eles, a violência aumentou (figura 29 e 30). O posto policial existente no local está abandonado (figura 31), e a polícia apenas passa pelo distrito algumas vezes; quando há alguma ocorrência é preciso os moradores ligarem para o posto policial que se localiza em Ponta Grossa, e, segundo um entrevistado, “até eles chegarem aqui demora”⁴⁵.



Figura 31 – Guaragi: Posto Policial (abandonado)
Autora: BARRETO, V. M. (2010).

⁴³ Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

⁴⁴ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

⁴⁵ Entrevista concedida a autora, em 12 de julho de 2010.

A educação (escolas presentes no distrito) foi apontada por alguns como um ponto positivo, pois dessa forma não há necessidade de deslocamento até a cidade (figura 28).

O distrito possui duas escolas em sua vila, a Escola Municipal Prof^a. Maria Elvira Justus Schimidt (figura 32), que atende alunos das séries iniciais e Educação de Jovens e adultos, totalizando 278 alunos, e o Colégio Estadual Dr^o. Munhoz da Rocha (figura 33), que atende alunos do Ensino Fundamental e Médio, um total de 350 alunos, nos períodos da manhã, tarde e noite. Ambas as instituições atendem alunos da área rural e urbana do distrito, como Vila rural, Roxo Roiz, Berneque, entre outras.

A dificuldade em se manter o número de alunos nas escolas, principalmente no Colégio Estadual, está ligada, segundo o diretor do mesmo, ao trabalho, pois muitos trabalham na lavoura, tem um deslocamento grande de alunos, pois como dependem da safra para trabalhar, não têm um lugar fixo para morar.

[...] alguns trabalham na colheita, vem, trabalham nas fazendas de bóia fria, há um deslocamento muito grande de pessoas, então estão aqui e de repente termina a safra da batatinha aqui se desloca para outro lugar, retorna outra vez, trabalham nas chácaras, são chacareiros, então vem lá de longe para trabalhar aqui nas chácaras, vem não se adapta, não é aquilo que combinou com o patrão, retorna para casa, retorna para o lugar de origem, tem muito itinerante entre nossos alunos, esses alunos vão e voltam, então durante o bimestre é coisa impressionante a mudança de alunos, a proporção de gente que vem e retornam, as vezes vai um mês, no outro mês tá voltando, então é essa média, chegou algumas vezes até 450 alunos, e agora tem mantido essa média de 350, 360 alunos (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)⁴⁶.

⁴⁶ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.



Figura 32 – Guaragi: Escola Municipal Profª. Maria Elvira Justus Schmidt
Autora: BARRETO, V. M. (2010).



Figura 33 – Guaragi: Colégio Estadual Drº. Munhoz da Rocha
Autora: BARRETO, V. M. (2010)

O grau de escolaridade dos moradores é baixo (figura 34) 55,88% não possuem o primeiro grau completo e apenas 17,7% concluíram o Ensino Médio. Esse déficit no grau de escolaridade dos moradores pode ser analisado pelo trabalho, como apontou o Sr.º José, pois como a maioria dos empregos é na lavoura, a dificuldade em manter os estudos é grande devido ao deslocamento que necessitam fazer em função do trabalho.

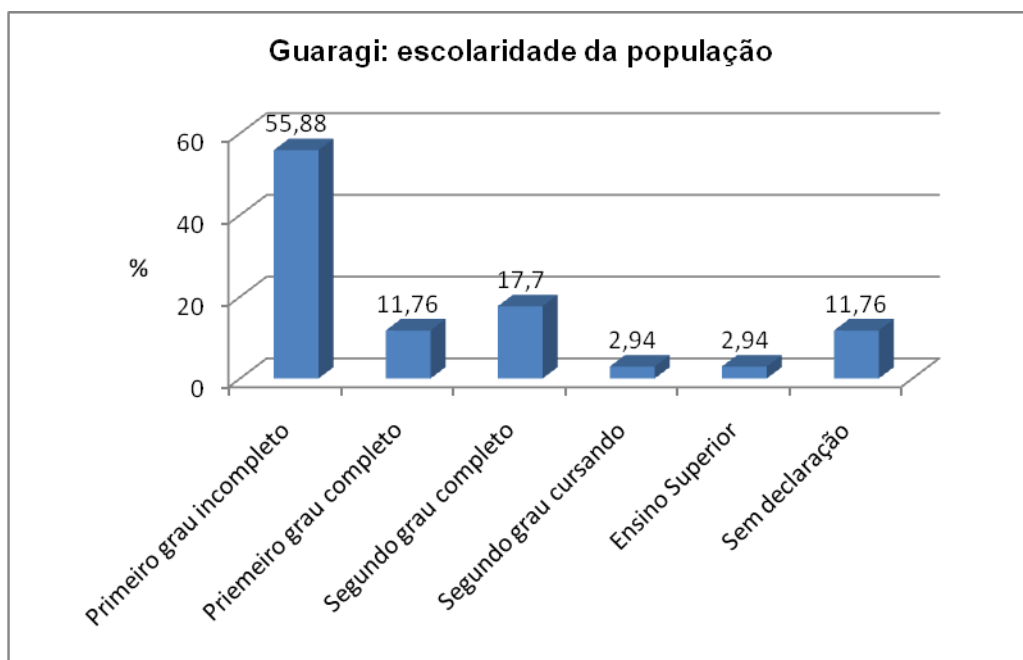


Figura 34 – Guaragi: Escolaridade da população
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Em relação ao emprego, os moradores apontam que faltam oportunidades no distrito. A atividade que predomina é a Agropecuária, como já apontado. Dessa forma, os trabalhos são mais ligados ao campo, como colheita e plantio. Os entrevistados apontam a necessidade de novas indústrias na região para que novos empregos sejam gerados (figura 30), pois as empresas que se encontram hoje em Guaragi, segundo o vereador Walter José de Souza, geram em torno de 50 empregos diretos, um número considerado baixo, se comparado ao número de habitantes da região.

[...] temos duas empresas, uma de madeira, cerraria, nós temos um empresário na linha de produção de ovos, uma grande produção, e essas duas empresas geram hoje lá 50 empregos diretos lá no Guaragi (WALTER JOSÉ DE SOUZA – VALTÃO)⁴⁷.

O Sr^o. Leonardo ressalta em sua fala que antigamente tinha mais emprego na região devido à cerâmica, mas hoje, segundo ele, o que gera mais emprego é a lavoura e o corte de pinus.

⁴⁷ Entrevista concedida a autora, em 12 de agosto de 2010.

Nos tempos que não tinha problema em cortar lenha o forte era o corte de lenha, pinheiro, mas não pode mais agora, daí é lavoura, é batatinha, o que mais plantavam aqui, até agora ainda plantam, que dá serviço para o povo, daí teve a Cerâmica São Sebastião, que deu um monte de emprego para o povo, quase toda Guaragi trabalhava lá, vinha caminhão aqui pegava e levava, a Cerâmica fechou em 92 lá. Agora é só, o único serviço é batatinha, e corte de pinus. Pinus de cortar, que eles plantam nessas fazendas aí, ali na Berneque que tem, eles plantam, uma fazenda grande, era desse homem que era prefeito Dr. Alfredo, são 3 mil alqueires só de pinus, então dá muito serviço para o povo aqui do Guaragi (LEONARDO MATIAS - PELÉ)⁴⁸.

Quando questionados sobre o que o governo municipal fez e faz pelo distrito, a insatisfação dos moradores é grande (figura 35). Um entrevistado deixou claro em sua fala que o distrito é um “lugar esquecido pelo poder público”⁴⁹.

O diretor do Colégio Estadual da vila coloca que os governos não se preocupam com o distrito e não investem em infra-estrutura

Bem pouco, muito pouco, infelizmente. Eu to na direção da escola faz 13 anos, eu trabalho aqui quase 20 anos eu trabalho só nessa escola aqui, então a gente tem visto coisas assim, estrutura básica que não tem, começa pelo correio, tem uma dificuldade tão grande porque as casas aí tá ligada ao fator histórico da cidade, aqui era a cidade de Entre Rios, na época do ciclo da madeira, tinha cerrarias, que impulsionou Ponta Grossa economicamente um período dessa historia, daí acabou a madeira e a cidade foi morrendo, morrendo e a cidade de Entre Rios virou distrito, de Palmeira, depois Ponta Grossa, então os governos não ligaram muito para o distrito aqui, então o pessoal sofre com falta de infra-estrutura, Posto de Saúde os problemas lá que os mais próximos tem aqui não é diferente... pouco cuidado, as vias de acesso as chácaras também é pouco cuidado, todo ano tem problema com transporte, as vezes, agora até ultimamente deram uma ajeitada nas estradas aí, as vezes aluno falta aula porque as estradas estavam impedindo, mesmo assim em alguns lugares não entra ônibus, vai até algum lugar... tem aluno da noite que sai daqui dez e vinte, desce num determinado lugar, porque o ônibus não pode entrar por causa da estrada, tem que andar lá mais meia hora no meio do mato, no campo pra chegar em casa, tem aluno que chega meia noite em casa, meninas, três meninas fazem esse trajeto, sozinhas no mato. São coisas que você reclama, pede, façam que o transporte chegue até próximo. Se eles não ligam, pouco fazem, pouco reconhecem aqueles que tá muito próximo deles, imagine quem tá mais distante (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)⁵⁰.

⁴⁸ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

⁴⁹ Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

⁵⁰ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

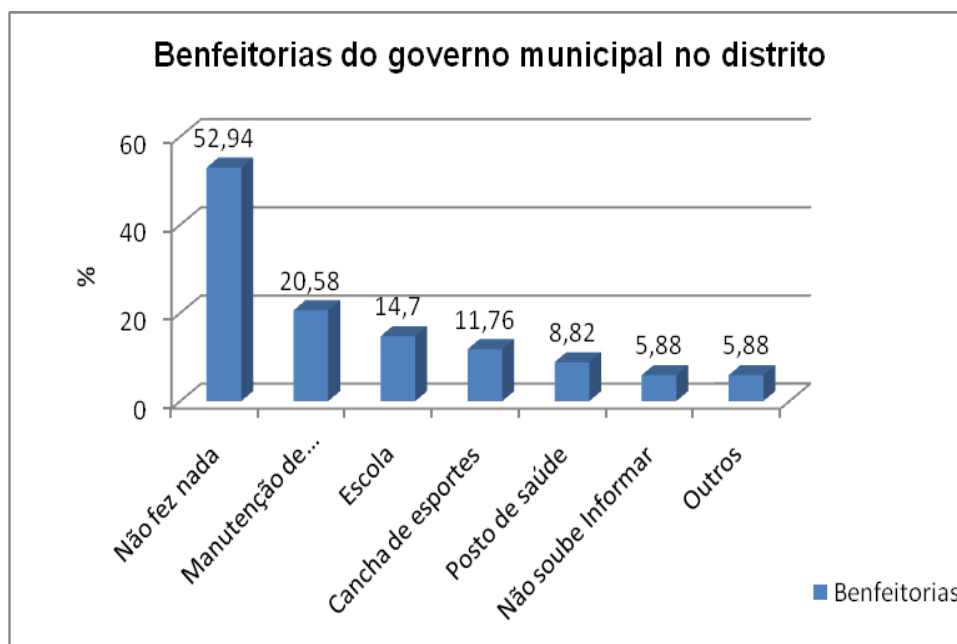


Figura 35 – Benfeitorias do governo municipal no distrito.
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
 Organização: BARRETO, V. M. (2010).

A falta de opções na área de lazer na vila é apontada por duas entrevistadas ao serem questionadas sobre o que elas consideravam necessário para o distrito, “clube de atividades esportivas”⁵¹, e “o que eu busco em Ponta Grossa, academia e lan house”⁵².

O Srº. Leonardo lembra que, “em seu tempo”, existiam mais opções de lazer, e que hoje não têm mais. Os motivos apontados por ele para o fato de não serem mais realizados bailes, se deve à violência, ao falecimento das pessoas responsáveis por essas festividades e à mudança dos mais jovens para outras cidades à trabalho.

No nosso tempo era futebol, baile que saia bastante, não sei mais, vai num baile a negada desmancha, e depois os mais velhos, os caras que eram os cabeça morreram tudo, só tá essa piazada, agora foram tudo embora para trabalhar na cidade mais grande, não tem serviço aqui, daí já saíram tudo, tão tudo em Ponta Grossa, Carambeí, Castro, tamo só nos aqui (LEONARDO MATIAS – PELÉ)⁵³.

Nessa declaração, o Srº. Leonardo reflete sobre as dificuldades que afetam os moradores do campo, a falta de emprego que obriga a saída, provocando a

⁵¹ Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

⁵² Idem.

⁵³ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

migração campo-cidade, problema apontado pelas estatísticas e que os moradores percebem em sua vivência que modifica o lugar em que vivem, vendo como algo negativo.

Devido à carência de serviços, a relação dos moradores com a cidade de Ponta Grossa se intensifica, e a proximidade com o distrito sede possibilita esse acesso, tendo os moradores a cidade como referência. A relação que os moradores do distrito têm com o distrito sede, está ligada a utilização de benefícios que não se encontram na vila do distrito, como farmácia, mercados, médicos especialistas, estudos, serviços bancários e lazer.

Aqui deveria ter um posto bancário, deveria ter farmácia que não tem, o povo depende tudo de saí daqui para ir pra Ponta Grossa pagar uma coisa, outra, os que cobram em boleto ainda tem que ir em Ponta Grossa. Minha mulher sempre que vai mais pra Ponta Grossa, eu vou às vezes, cortar o cabelo, duas vezes a cada dois meses eu vou pra Ponta Grossa (LEONARDO MATIAS – PELÉ)⁵⁴.

A frequência com que se deslocam para Ponta Grossa varia: para os que vão para fazer compras, pagar contas e receber o salário, o deslocamento até a cidade é de uma vez por mês; os que vão a lazer, uma vez na semana, mas especificamente nos finais de semana, para visitar parentes que moram na cidade; os que vão à trabalho se deslocam todo dia. Dos 33 entrevistados o deslocamento maior é de 1 a 3 vezes ao mês (35,29% - figura 36), sendo o deslocamento maior, (figura 37), ligado a serviços bancários (58,82%) e compras (55,88%) devido a falta desses serviços no distrito.

⁵⁴ Idem.

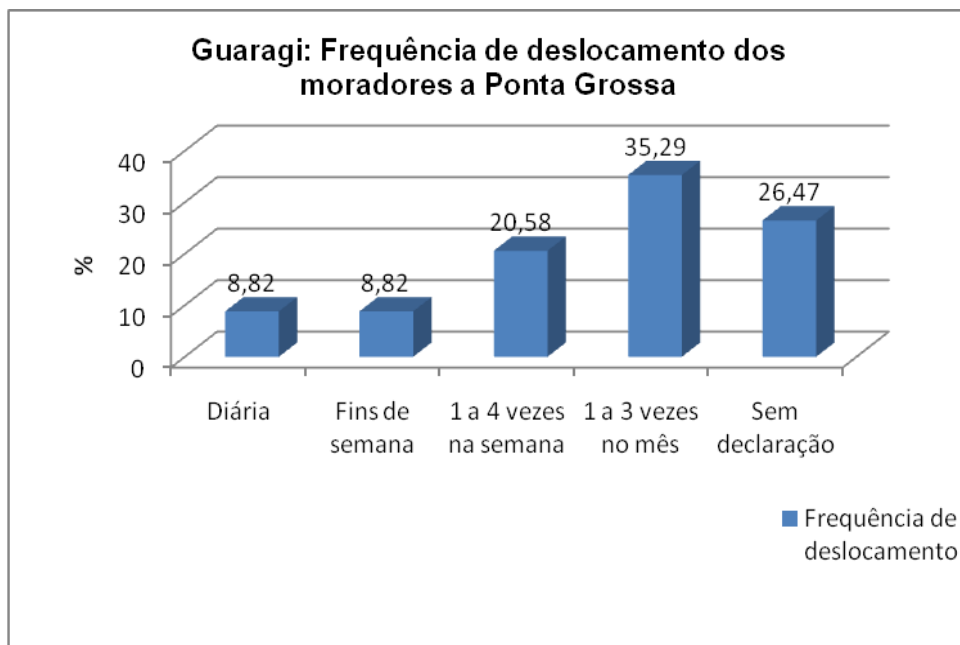


Figura 36 – Guaragi: Frequência de deslocamento dos moradores a Ponta Grossa
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Para Michel de Certeau (1996), a necessidade de se buscar “outros lugares” está ligada ao acesso restrito que os moradores têm aos serviços, por isso a relação com o urbano se intensifica para suprir essas necessidades, e para ele é dessa diferença de prática que se retira um acréscimo de identidade⁵⁵.

⁵⁵ Michel de Certeau et al (1996), estuda a relação no bairro, e a relação dos moradores com o urbano em seu livro “A invenção do Cotidiano 2.Morar”.

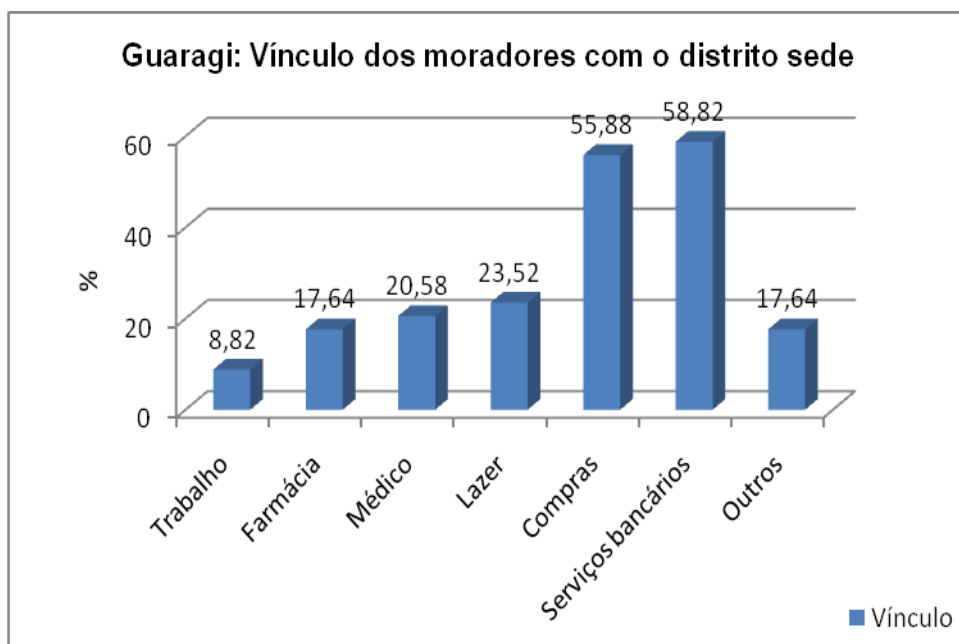


Figura 37 – Guaragi: Vínculo dos moradores com o distrito Sede.

Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.

Organização: BARRETO, V. M. (2010).

Vou receber, vou visitar, fazer visita, tem meu filho que mora lá, o mais velho mora lá... vou na casa dele, tem minhas cunhadas, minhas primas, minha tia... agora nas outras partes não vou, festa, shopping não gosto, eles querem me levar (risos), eu gosto de ir em alguma parte comprar, mas olhar não gosto (ANA ANTONIACOMI)⁵⁶.

Esse contado proporciona a interação rural-urbano, as quais se intensificam com o tempo, conforme as necessidades vão aparecendo no cotidiano desses moradores, mas ao mesmo tempo em que entram em contato com outra cultura, não deixam de lado suas especificidades, mantendo as diferenças, (como já discutido no capítulo I), pois o contato com o urbano não provoca uma homogeneização nos hábitos; apesar das similitudes, esses moradores mantêm seu modo de vida.

Se pensarmos nessas relações, campo-cidade, urbano-rural, percebemos que, com o passar do tempo, elas se intensificam em função das necessidades que se apresentam no cotidiano

[...] de buscar no outro (alheios) coisas, relações, atividades e produtos que não se encontram nos espaços cotidianos. Fato é que essa intensificação também cria hábitos comuns. Entretanto, tais hábitos não significam destituição do modo de vida, tampouco a sua homogeneização. Apesar das similitudes apresentadas, as diferenças se mantêm. O

⁵⁶ Entrevista concedida a autora em 24 de agosto de 2010.

cotidiano está sempre permeado por uma lógica que cria e recria hábitos (BAGLI, 2006, p.98)

A integração entre o rural e o urbano propicia a afirmação da identidade e não necessariamente, descaracterizam o meio rural. A intensidade dessas relações está cada vez mais presente na vida dos moradores da vila do distrito.

Os moradores não estão apenas conectados com o exterior através do contado pessoal, mas também através da mídia impressa (jornais e revistas), televisão, computador, uso da internet, telefones fixos, telefones celulares e, principalmente através do rádio (um dos mais importantes e ainda muito eficiente meio de comunicação – especialmente neste contexto), da televisão (reconhecidamente a mais importante) e da rede social (ainda que a porcentagem de usuários da Internet não seja tão significativa). Essa interação multimidiática permite aos indivíduos perceberem um mundo à sua volta diferente do seu, outros costumes, outros hábitos, que também podem influenciar ou não no seu cotidiano.

Através dos dados apresentados, pode-se perceber que o contato e a proximidade com o distrito sede proporciona aos moradores da vila de Guaragi o acesso a bens e serviços que não estão presentes no mesmo e, também, que essa proximidade acaba impedindo o desenvolvimento do distrito, pois com a proximidade as autoridades acabam vendo o distrito como uma vila de Ponta Grossa.

Esse contato com o modo de vida urbano não descaracteriza o modo de vida rural, pois os dois se fazem presentes na vida dos moradores da vila distrital, e o contato que eles têm com o urbano não pode ser um fator para classificar a vila do distrito como urbana. Nas entrevistas, nota-se que os moradores anseiam por melhoras na infra-estrutura dos serviços presentes na vila para não precisarem se deslocar com tanta frequência até o distrito sede, mas a presença desses benefícios não faz da vila do distrito um espaço urbano.

Percebe-se que os moradores prezam pela tranquilidade do lugar, e relacionam essa tranquilidade ao rural, bem como as relações de vizinhança e amizade, criando laços de unidade e de pertencimento ao lugar.

3 - RELAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS NO DISTRITO DE GUARAGI

O espaço geográfico é historicamente construído, resultado de um processo de relações sociais contínuas no tempo, mostra-se como uma unidade entre tempo e espaço, nas relações de poder que se fazem presentes na cultura, na política, nos símbolos, nas crenças. Ele é analisado a partir de questões e de um contexto que se apresenta no tempo presente, mas com um olhar dirigido ao passado. Por isso, o espaço geográfico não está ligado apenas à natureza “mas é também produto da ação cotidiana nas estruturas, hierarquizadas por tensões históricas” (SILVA, J. 2008, p.23). Dessa forma, não podemos ignorar a prática, os hábitos, das pessoas que vivem no espaço, neste caso a vila do distrito de Guaragi, pois o cotidiano dessas pessoas está carregado de práticas, tensões, poder, preconceitos e valores.

À medida que a produção material se torna um processo coletivo, os sujeitos se relacionam e estabelecem as regras, os valores, as crenças, e se diferenciam dos demais. Silva P. (2009) aponta que a partir dessas regras, valores e crenças pode-se considerar que a cultura, como constitutiva desse ser social, se origina no processo de relação entre os sujeitos que, segundo ela, acontece por meio da produção material. Assim, podemos pensar a cultura correspondendo a momentos históricos em que ela se encontra, sendo historicamente construída no tempo e no espaço.

As relações sociais que acontecem no espaço refletem as relações de poder nele presentes, e nos fazem entender a complexidade dos acontecimentos que se dão nesse espaço habitado, as relações homem-natureza e homem-homem. Na primeira relação, homem-natureza, o homem interage diretamente com o espaço em que habita, modificando-o, adaptando-o conforme suas necessidades por meio do trabalho. Na relação homem-homem, estes interagem, através da convivência social, interferindo na sua individualidade, constituindo-se na sua relação com o grupo; essas relações acontecem no tempo e no espaço, criando identidades, modificando culturas. Entendendo o tempo não como um limitador desses acontecimentos, mas sim, que os acontecimentos dados em um determinado contexto histórico refletem na sociedade do presente de formas diferentes do passado, não podendo ser ignoradas se queremos entender as relações que se fazem presentes.

Segundo Marx, o indivíduo “é o ser social” (KONDER, 1981, p.79), e esse ser social se estabelece na interação. Logo, esse indivíduo tem relações, responsabilidades e carrega consigo uma cultura que não pertence somente a ele, mas sim, faz parte de uma sociedade à qual representa e, ao mesmo tempo, essa sociedade não está fechada em si mesma, esse indivíduo se relaciona com indivíduos de outras sociedades, e essas relações não podem ser ignoradas. “Aí se constrói a cultura enquanto uma expressão coletiva da consciência social” (SILVA, P., 2009, p.22).

Sendo o distrito um espaço de relações sociais, de produções históricas, de culturas diferentes que se interligam, permite-se, dessa forma, pensar essas relações sociais e as relações que os indivíduos que ali residem têm com o espaço, de maneira dialética.

Assim, o método dialético nos permite compreender como os indivíduos moldam o território ao mesmo tempo em que são moldados por ele; permite pensar e entender as contradições que acontecem nas sociedades, nas relações sociais, compreendendo a realidade em constante transformação e sendo contraditória, vendo o sujeito como participante desse processo de transformações, se contrapondo à visão positivista da história, a qual tem o homem como mero espectador da realidade. Permite “revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que “ainda não é” (BLOCH apud KONDER, 1981, p. 84).

Pensar as relações que acontecem na vila do distrito de Guaragi pela cultura, pelas experiências que um determinado grupo expressa em um determinado tempo-espaço, ajuda a compreender a dinâmica do território, pois os indivíduos, ao se relacionarem, criam mecanismos de poder, se hierarquizam, recebem influências de outras culturas e também influenciam, e isso se reflete no território vivido.

Sendo assim, a cultura apresenta-se como um importante fator a ser pensado para entender determinados grupos e como os mesmos se relacionam com o exterior, com culturas diferentes, de que maneira criam e modificam espaços e mantêm e legitimam sua identidade, manifestando-se também como uma forma de poder. Ela expressa uma ordem, por isso passa a ser um dos pontos importantes pelo qual se pode compreender uma sociedade.

Para os estudiosos da escola de Frankfurt⁵⁷, “falta um sujeito histórico, no sentido do agente transformador da sociedade e da consciência” (MATOS, 2006, p.47). O autor prossegue afirmando que a “noção de indivíduo volta a ser central para os autores frankfurtianos” (MATOS, 2006, p.50). Os frankfurtianos em oposição “a uma história deduzida diretamente dos conceitos do materialismo dialético, [...], propõem resgatar uma outra história, na qual as marcas do passado permaneçam presentes em seus produtos” (MATOS, 2006, p.51).

No século XX, o marxismo desenvolve a idéia de que os homens ao se produzirem e reproduzirem sobre determinadas condições, também o fazem pelos elementos culturais da sociedade em que estão inseridos, e não somente pelo material; esta produção dá origem a um determinado modo de vida, remetendo-se ao aspecto da vida social, concretizando-se na relação que os indivíduos estabelecem entre si e em coletividade (BEZERRA, 2006).

Para Thompson, os indivíduos

[...] retornam como sujeitos, dentro desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras [...] e em seguida [...] agem, por sua vez, sobre a situação determinada (THOMPSON, 1981, p.182).

Os indivíduos se expressam por meio de costumes, regras, formas simbólicas, crenças, leis, vivem sua experiência nos sentimentos, nas idéias, desejos, dentro de seus interesses. Nesse sentido, Viera et al. (2003), afirma que a cultura “passa a ser apreendida como todo um modo de vida e todo um modo de luta, não podendo ser pensada como reflexo ou eco de uma base material”. Essas experiências configuram o lugar no qual estão inseridos e permite analisar as transformações que ocorrem nesse espaço e compreender como as pessoas vivenciam e interpretam essas transformações.

Para Claval “Os grupos humanos transformam os meios naturais onde se instalam [...] A paisagem humanizada toma formas variadas que refletem as

⁵⁷ Escola de Frankfurt, fundada em 1923, por filósofos e cientistas sociais de tendências marxistas. Deve-se a ela a criação de conceitos como “indústria cultural” e “cultura de massa”. Sobre esse assunto ler ASSOUN, Paul-Laurent, A ESCOLA DE FRANKFURT, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1989.

escolhas e os meios das diferentes culturas” (CLAVAL, 1999, p.287). Na paisagem, podemos perceber elementos que determinam a cultura de um determinado grupo, seu modo de vida, pois a paisagem reflete a cultura compartilhada entre os indivíduos e pode se apresentar como uma forma de resistência e afirmação desses sujeitos através das relações sociais.

Assim, a cultura é entendida como uma representação, uma construção social, a qual

[...] está intimamente ligada ao sistema de representações, de significados, de valores que criam uma identidade que se manifesta mediante construções compartilhadas socialmente e apenas espacialmente [...] a cultura no seu sentido antropológico mais amplo representa todo o modo de vida de uma sociedade [...] (ZANATTA, 2007).

A forma como o indivíduo percebe o mundo está ligada ao grupo ao qual pertence e aos parâmetros que lhe foram passados através das representações coletivas. As representações que os grupos fazem de si mesmos e dos outros permite entender esse jogo de poder presente no território. “A cultura representa, desta forma, um importante espaço de constituição do ser social, de reflexão e de crítica de sua vida social, de suas relações com a natureza e com os outros homens” (BEZERRA, 2006, p. 30).

Apresentando-se não só na materialidade, mas, também, nos valores morais, éticos, nos hábitos e significados expressos nas práticas sociais, por meio dos mitos e do imaginário, a cultura mostra-se nas características dos laços de relações sociais, “funcionando” por meio dessas relações. Dessa forma, ela surge como uma maneira de entender a formação histórico-territorial, pois,

As culturas locais e regionais tornam-se espaços privilegiados da investigação porque as situações singularizadas, no tempo e no espaço, vividas pelos sujeitos, até então considerados como infames e insignificantes, podem oferecer elementos prescindíveis para a compreensão histórica. O detalhe pode revelar o não percebido do fenômeno cultural, a permanência e a mudança (SOCHODOLAK; CAMPIGOTO, 2008, p.25).

A partir do pensamento expresso por tais autores, pensando o território formado a partir da cultura, percebendo-o como uma construção histórico-geográfica, podemos compreender a maneira que os grupos se apropriam do espaço, o (re) constroem, o (re) significam, adaptando-o conforme suas

necessidades, interagindo com outros indivíduos através da convivência social em um movimento dialético. Para Haesbaert “O território, [...] defini-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido” (HAESBAERT, 2004, p.115). Dessa forma, o poder manifesta-se também através da cultura, cria identidades, o passado e o presente se determinam reciprocamente. Conforme enfatiza Bezerra, “A cultura é, portanto, o espaço dinâmico no qual a consciência social constrói este conhecimento e esta reflexão acerca da realidade histórica passada, presente e futura” (BEZERRA, 2006, p.45). Os homens, ao se relacionarem constroem sua cultura, mudam sua concepção da realidade e sua vida em sociedade.

Os autores Wagner e Mikesel consideram que a “cultura é uma chave para a compreensão sistemática de diferenças e semelhanças entre os homens” (WAGNER e MIKESEL, 2003, p.28). Para compreender as transformações que os grupos fazem no espaço, é necessário entender a dinâmica das relações sociais que permeiam os grupos; para tanto, é preciso que se faça uma análise aprofundada de como os grupos se organizam no território, como se hierarquizam socialmente.

Dessa forma, o território se mostra, em parte, simbólico e, em parte, funcional, e a cultura tem a função de reinterpretar esse espaço.

Wagner e Mikesel consideram que “Uma cultura passa a se difundir quando os que a compartilham se deslocam, ou quando sua correspondente esfera de comunicação, e os símbolos aí incluídos, prevalecem sobre os de outras culturas em novos territórios” (WAGNER e MIKESEL, 2003, p.29). Os autores afirmam que esses elementos culturais podem se distribuir através dos contatos que as pessoas têm umas com as outras e por aculturação, sem que ocorra, necessariamente, o deslocamento de pessoas. A partir da colocação que esses autores fazem, podemos pensar nos indivíduos que moram na vila do distrito, os quais têm contato com o urbano, seja diretamente através do deslocamento que fazem até a cidade de Ponta Grossa, ou através dos modos de vida urbano implantados na vila.

Para Cuhe (2002), as culturas nascem a partir de relações sociais, as quais ele considera relações desiguais, onde a distinção entre grupos produz as diferenças culturais. Cada grupo defende suas especificidades de forma que sua cultura seja valorizada perante o outro. A linguagem, as regras, as relações econômicas, a expressão por meio da arte, do folclore, das crenças religiosas são sistemas que

[...] buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (STRAUSS, 1950, p.29 apud CUCHE, 2002, p.95)

A cultura pensada nesse meio de relações sociais pode ser analisada como uma produção histórica, sendo necessário pensar o contexto sociohistórico em que o grupo está inserido para poder compreender o sistema cultural do qual faz parte, pois ela não está isolada dos fatos; são através dessas relações de uns com os outros que compreendemos a construção social, a qual se produz em ‘mão dupla’, de forma dialética, porque a cultura

[...] é uma produção histórica, isto é, uma construção que se inscreve na história e mais precisamente na história das relações dos grupos sociais entre si. Para analisar um sistema cultural, é então necessário analisar a situação sócio-histórica que o produz como ele é (BALANDIER, 1955 apud CUCHE, 2002, p.143)

Ao pensarmos o território a partir da cultura que

[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido (HAESBAERT, 2004, p.40),

compreendemos a maneira como diferentes grupos presentes em determinados espaços se afirmam, se identificam uns com os outros e a eles mesmos, e transformam o território habitado, pois o homem, ao viver em sociedade, tem como consequência se relacionar e, para que isso aconteça, são criados dentro de cada grupo símbolos, crenças, regras, que formam assim as especificidades do grupo, sua cultura, diferenciando-os dos demais.

Dessa forma, o território é o lugar onde acontece o encontro das culturas, e ao mesmo tempo ele é determinado por essas culturas e pelas relações sociais que nele acontecem. O passado e o presente se cruzam e interagem, causando mudanças ou mesmo permanências, as quais podem ser percebidas através da cultura, que apresenta as ligações de um determinado grupo com seu território.

Sousa Santos afirma que a

[...] cultura de um dado grupo social não é nunca uma essência. É uma autocriação, uma negociação de sentidos que ocorre no sistema mundial e

que, como tal, não é compreensível sem a análise da trajetória histórica e da posição desse grupo no sistema mundial (SOUSA SANTOS, 1997, p.148).

O fato de os indivíduos se relacionarem com outros indivíduos de culturas diferentes, não faz com que sua cultura se anule perante a outra. Os símbolos, as crenças, se mantêm; eles podem assimilar hábitos externos à sua cultura e (re) significá-los.

A cultura pode ser pensada como um processo individual, com a possibilidade de refletir na organização desse território e, associada a ela, está a identidade, mas, não se pode confundi-las.

A noção de cultura e identidade cultural são abordadas de formas diferentes por Cuche (2002). Para o autor, a cultura faz parte de um processo inconsciente, ao contrário da identidade, que é consciente. Por isso, ao abordarmos a identidade, não podemos esquecer o contexto em que o grupo/indivíduo se encontra e como foi socialmente construído. Isso fica claro nas palavras de Cuche, quando afirma que

Uma cultura particular não produz por si só uma identidade diferenciada: esta identidade resulta unicamente das interações entre os grupos e os procedimentos de diferenciação que eles utilizam em suas relações (CUCHE, 2002, p.182).

A vontade de se diferenciar, os símbolos que utilizam para marcar a sua identidade, é o que vai separar os grupos étnico-culturais.

Cuche (2002) e Hall (1998), em diálogo com outros autores, asseveram que devemos falar em ‘identificação’ ao invés de ‘identidade’, pois se refere a um processo em andamento, e é a partir do exterior que ela surge. Ela é definida historicamente, formada ao longo do tempo, não sendo inata, ela surge de como imaginamos ser vistos pelos outros, uma construção cultural do outro, ela se caracteriza por um conjunto de vinculações (sexuais, sociais, etc.).

Hall (1998), compreende que o indivíduo, ao vivenciar sua identidade como unificada, está contradizendo a própria identidade, pois ela é incompleta, sendo sempre formada; por isso a preferência por falar em identificação. Para Warnier, “[...]a identificação é contextual e flutuante. No quadro da globalização da cultura, um mesmo indivíduo pode assumir identificações múltiplas que mobilizam diferentes

elementos de língua, de cultura, de religião, em função do contexto” (WARNIER, 2000, p.17).

Essa identificação seria uma afirmação ou imposição de identidade, a qual depende do poder que cada grupo exerce, nesse sentido “identidades são, pois, identificações em curso” (SOUSA SANTOS, 1997, p.135). Elas fazem parte das relações e das trocas sociais, demonstram os limites entre um grupo e outro.

Essas múltiplas identificações pode-se perceber nos indivíduos que vivem no distrito, relacionado à religião, pois mesmo alguns se identificando como católicos esses participam também de reuniões nas igrejas evangélicas, bem como os protestantes freqüentam a benzedeira (figuras 38, 39 e 40). Dessa forma pode-se perceber o sincretismo religioso que existe no distrito, e o que Warnier chama de identificação flutuante, pois, dependendo do contexto em que se encontram e do que buscam, assumem um papel, uma identidade específica, relacionada a determinado ambiente. O indivíduo não apenas presencia mudanças, mas também incorpora essas mudanças, as quais refletem nas identidades que ele assume em determinados momentos, ou seja, no tempo-espço.

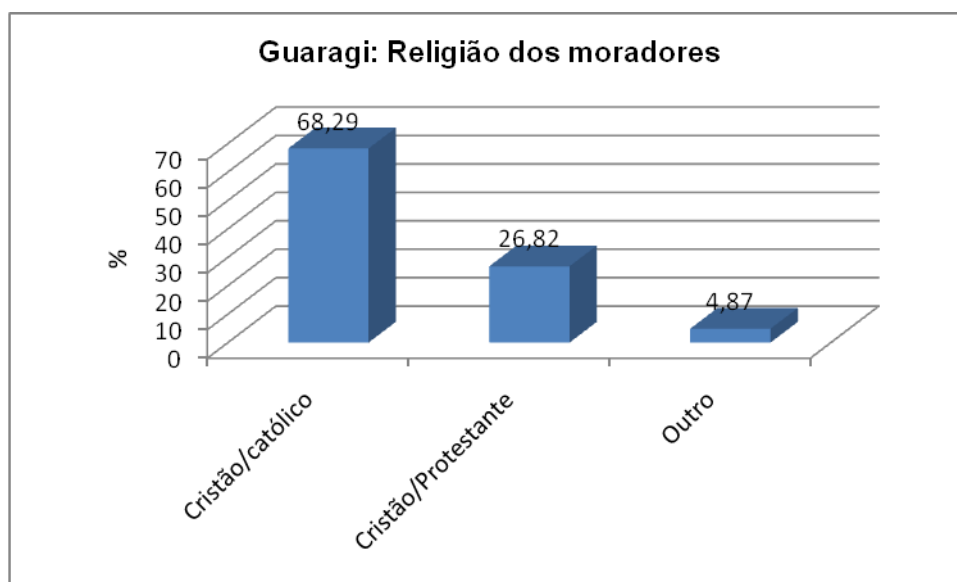


Figura 38 - Guaragi: Religião dos moradores

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010)

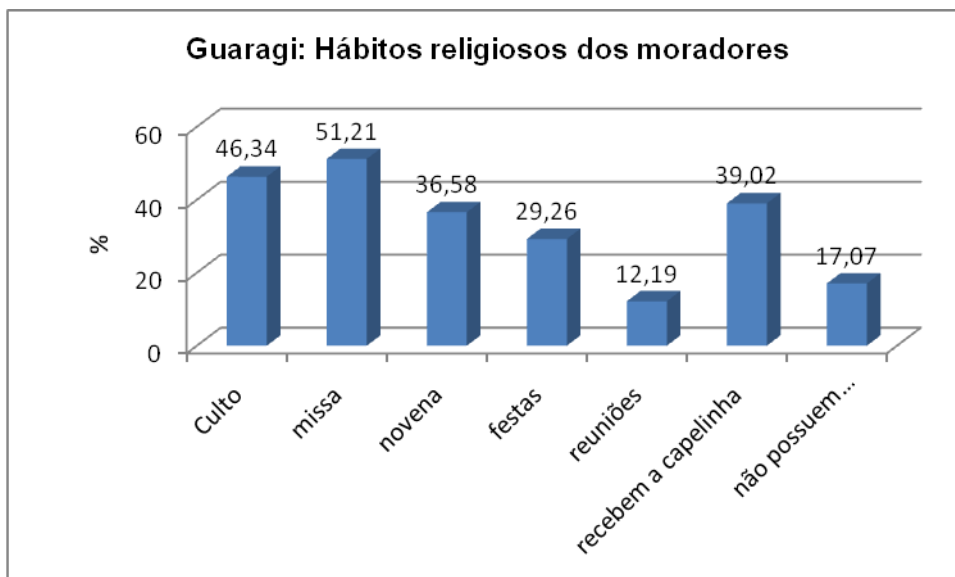


Figura 39 – Guaragi: Hábitos religiosos dos moradores

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010)

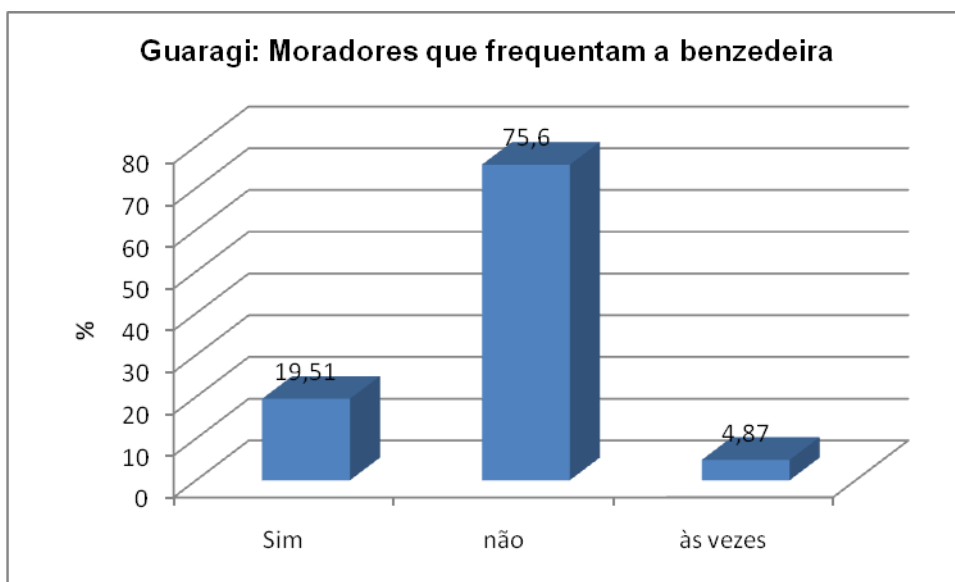


Figura 40 - Guaragi: moradores que frequentam a benzedeira

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010)

A identidade proporciona ao indivíduo e ao grupo sua localização social, sendo, ao mesmo tempo, exclusão/inclusão, pois distingue os grupos de diferentes pontos de vista. Para Cuche, “nesta perspectiva, a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles baseada na diferença cultural” (CUCHE, 2002, p.177), sendo conferida pelo outro, pois nenhum grupo

produz a si mesmo, ela resulta da identificação dada pelos outros e da afirmação que o próprio grupo/indivíduo faz de si.

Podemos compreender como um determinado grupo constrói e afirma seu território através da identidade, ao mesmo tempo em que, também, é influenciado por ele, pois, a identidade está constantemente em construção, desconstrução e reconstrução, dependendo do contexto em que se encontra, fazendo parte de um movimento no qual, segundo Cuche (2002), cada mudança social faz com que ela se reformule.

O território não pode ser percebido apenas como exterior à sociedade que o habita; ele é uma parcela de identidade, da relação afetiva que o grupo/indivíduo tem com o espaço, podendo ser pensado como uma representação (valores, crenças, ideologias, etc.). “Durante a vivência social, os seres sentem necessidade de firmar suas identificações como forma de integração e reconhecimento pelo grupo em que convivem e/ou passam a conviver” (SILVA, J., 2008, p.25). Eles podem tanto vir a assimilar uma cultura para não se sentirem excluídos, como podem afirmar a sua própria cultura para se diferenciarem dos demais, refletindo no território em que se encontram.

Dessa forma, as identidades dos indivíduos que moram no distrito de Guaragi podem revelar os sentimentos de pertença ao grupo ao qual estão inseridos, considerando essas identidades dentro de um contexto histórico e também com as relações que esses indivíduos têm com o meio urbano. A identidade é um paradoxo em ser diferente e identificar-se. Moreira afirma que

Em sua historicidade uma identidade social carrega tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente. Expressas em corpos e mentalidades, essas identidades (individuais e coletivas) carregam suas possibilidades futuras de ser, criar, bem como um presente de angústias, aspirações e incertezas do seu vir a ser. É nessa confluência incerta do passado e futuro que, no presente, expressa-se a identidade em existência. Em outro sentido, toda identidade social que se faz presente, expressa-se e só pode revelar-se em suas relações, só podemos falar de indivíduos em sociedade ou em sociedade de indivíduos (MOREIRA, 2005, p.17).

O indivíduo sente necessidade de se diferenciar, de pertencer a um grupo e, dessa forma, a identidade constitui-se na diferença, estando associada ao poder que determinados grupos exercem em relação a outros. O indivíduo é composto de

múltiplas identidades e, conforme o local em que se encontra, é a identidade que ele assume, permitindo a ele interagir naquele momento no contexto em que se encontra.

Para Moreira, a existência de uma identidade depende de outras, “o indivíduo só existe na relação social” (MOREIRA, 2005, p.19), dessa forma, para uma identidade rural precisa existir uma não-rural. O autor salienta que a identidade rural só pode ser pensada a partir das relações culturais com o não-rural, o que podemos pensar no distrito de Guaragi, nas relações dos indivíduos com o urbano, afirmando assim sua identidade na diferença, produzindo um auto-reconhecimento.

Para Grzebieluka, “No campo das relações sociais no meio rural, há que se considerar o predomínio de dimensões simbólicas e culturais, os laços com a terra [...]” (GRZEBIELUKA, 2010, p.22). Estudar o espaço rural a partir das pessoas que vivenciam essa cotidianidade é significativo, pois o espaço não está ligado somente à natureza “mas é também produto da ação cotidiana nas estruturas, hierarquizadas por tensões históricas” (SILVA, J., 2008, p.23). Não podemos ignorar a prática, os hábitos, das pessoas que vivem no espaço estudado, distrito (vila), pois o cotidiano dessas pessoas está carregado de tensões, poder, preconceitos, valores, pois é nesse espaço que se produzem e reproduzem as relações sociais e materiais.

3.1 As práticas sociais e culturais na vila do distrito de Guaragi

Mayol aponta que “o social é o espaço do outro, e o ponto médio da posição da pessoa enquanto ser público” (MAYOL, 1996, p.49). Esse espaço está regido por regras e valores que permite a convivência. A vila do distrito possui uma dinâmica interna que permite que seus moradores se reconheçam. Esse reconhecimento vem através da cultura, dos hábitos, que persistem e resistem ao tempo, “conectando o sujeito a um tempo, a um espaço, a uma lógica que é sua. Daí o sentido de pertencimento a algo, a algum lugar” (MACHADO, 1998?).

A pesquisa de campo mostra essa importância do reconhecimento e do sentimento de pertencimento ao grupo, do qual fala Machado (1998?). Ela nos mostra a importância das relações sociais entre os moradores da vila do distrito e como essas práticas são importantes, pois nenhum grupo está fechado em si

mesmo, o indivíduo pertence a um grupo, se relaciona com outros indivíduos de diferentes grupos. Como nos mostra Bourdieu, ele substituiu o termo cultura por 'habitus' para estudar as características de um determinado grupo em relação ao outro. Para ele

“O habitus é o que caracteriza uma classe ou um grupo social em relação aos outros que não partilham das mesmas condições sociais.” (BOURDIEU, 1980, p. 97 apud CUCHE, 2002, p. 171)

O 'habitus' funciona como organizador de práticas e representações, não necessariamente de forma consciente, permitindo aos indivíduos se organizarem em seu espaço, como uma forma de resistência, criando práticas nas diferentes posições sociais, não necessitando que o indivíduo tenha consciência de tal ato, permitindo a ele ou ao grupo que perante novas situações renovem o meio como desempenhavam antigas funções. Ele “[...] é um conhecimento adquirido e também um *haver*, capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural [...]” (BOURDIEU, 1998, p.61).

Funcionando “como a materialização da memória coletiva”, o 'habitus' permite a preservação de costumes e a transmissão de um para outro. Não é um sistema fechado em si, e para analisar suas variações precisamos levar em conta às experiências do grupo, do indivíduo, os contatos com outra cultura e as dicotomias das relações sociais, que podemos dizer, são uma forma de trocas culturais.

Uma das coisas que podem gerar esse reconhecimento são as festas as quais podem revelar esse 'habitus' que resistem no tempo, como os traços culturais do grupo e a sua identidade. Araújo e Haesbaert colocam que ao produzir identidade, não significa necessariamente consenso, ao contrário, “A festa é produto da realidade social e, como tal, expressa ativamente essa realidade, seus conflitos, suas tensões, suas cesuras, ao mesmo tempo em que atua sobre eles” (ARAÚJO; HAESBAERT, 2007, p.75), ela é uma produção do cotidiano, uma ação coletiva, a qual acontece num tempo e lugar definidos e especial, em torno de algo que é celebrado, tendo como ponto principal o símbolo de união dos participantes na esfera de uma determinada identidade.

Mary Del Priore (2000) coloca que os ritos que acontecem nas festas, como danças, músicas, entre outros, tem uma importante função social, eles permitem que

os atores e os espectadores partilhem sentimentos coletivos bem como valores e normas da vida coletiva, reafirmando laços de solidariedade ou mesmo marcando suas especificidades e diferenças.

As festas permitem que o indivíduo se reconheça e se descubra no outro, e esse reconhecimento, segundo Machado [1998?] acontece porque permite o convívio social, o reencontro, onde o indivíduo irá rever sua identidade, rearticulando uma memória social, e em Guaragi percebe-se a importância das festas para os moradores, onde as festas religiosas são as principais apontadas por eles, a igreja Católica é a responsável por essas festas, seguida pela festa do Colono⁵⁸ (figura 42).

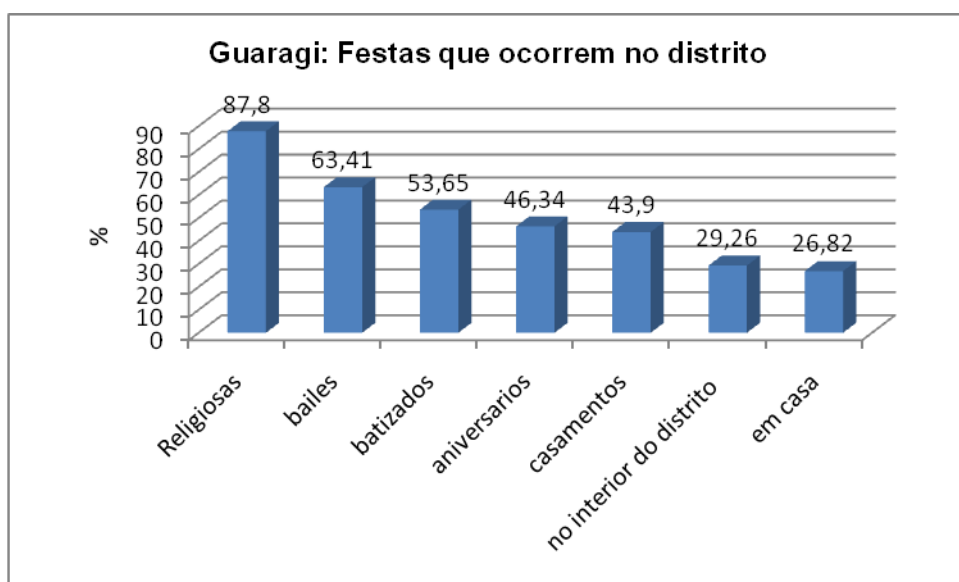


Figura 41 - Guaragi: Festas que ocorrem no distrito

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010)

⁵⁸ A festa do Colono relembra a chegada de imigrantes na região, celebra a colheita, expondo os resultados das atividades rurais, divulgando a cultura do Colono, além de abrir espaço para os produtores comercializarem e divulgarem seus produtos. Essa festa acontecia todos os anos, entre os meses de novembro e dezembro. A última festa aconteceu no ano de 2008.

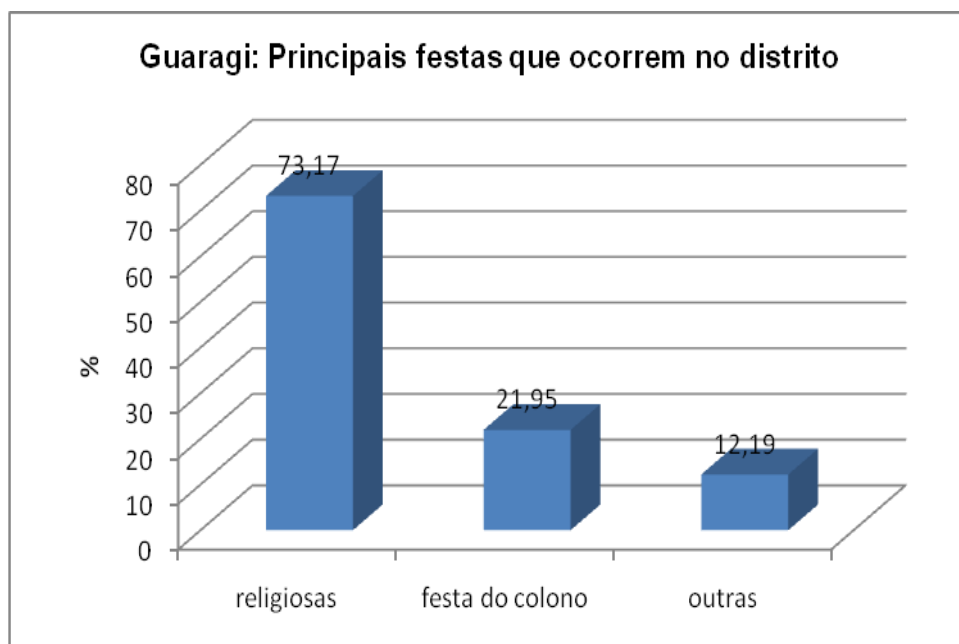


Figura 42 - Guaragi: Principais festas que ocorrem no distrito
 Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.
 Organização: BARRETO, V.M. (2010).

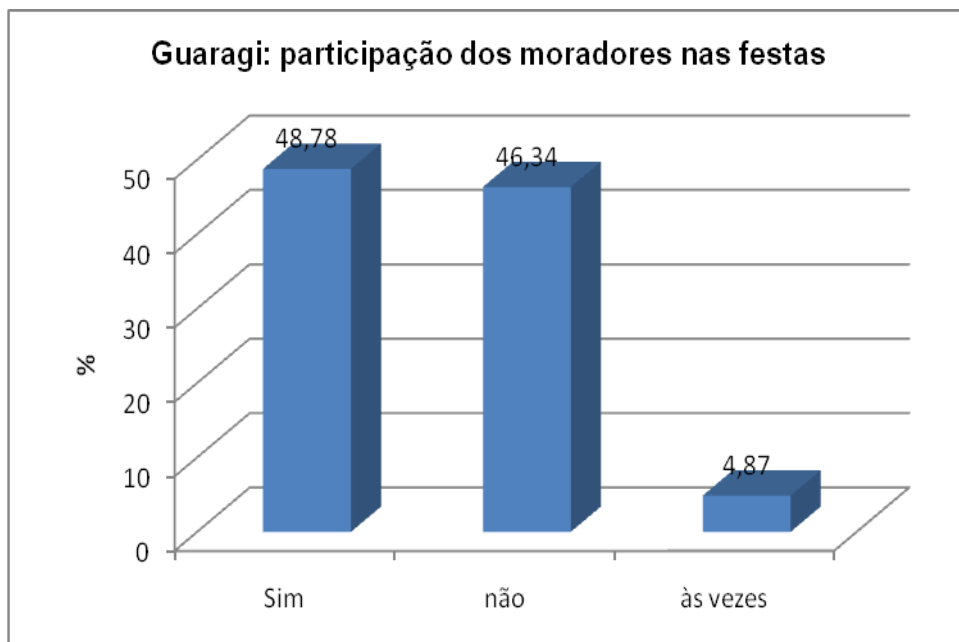


Figura 43 - Guaragi: Participação dos moradores nas festas
 Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.
 Organização: BARRETO, V.M. (2010).

Na declaração do Sr.^o Leonardo percebemos que a realização dos bailes tiveram alterações, ele aponta a morte das pessoas mais velhas, as quais segundo

ele eram as organizadoras desse tipo de festividade e também o fato da violência ter aumentado, o que acarreta em brigas nos bailes e faz com que a festa acabe

[...] baile que saia bastante, não sei mais, os mais velhos, os caras que eram os cabeças morreram todos, só tá essa “piazada” [...] (LEONARDO MATIAS - PELÉ)⁵⁹.

A Sr.^a Ana fala da sua participação na festa do Colono, nos primeiros anos de realização da mesma, e relembra também a participação do esposo e da neta

A festa do colono, primeiro e segundo ano fiz uma barraquinha lá, fiz tapete para vender, minha neta foi rainha da festa do Colono... eu, só assim para ajudar e essas coisas não, meu marido ajudou, ele fazia o desfile na véspera da festa... ele participava mais da festa do colono, eu já não... a festa tem a 18, 19 anos, mas o tempo parou sabe?, um tempo deu muito boa as festas, vinham de trem, daí depois fracassou e parou, agora tá, mas agora não é nem 1% de como era... o carro forte vinha buscar dinheiro [...] (ANA ANTONIACOMI)⁶⁰.

As relações sociais além de serem intensificadas nas festas, novenas e encontros nas igrejas, são também reforçadas nas visitas e nas conversas com vizinhos e familiares (figura 44, 45 e 46). Essas visitas são realizadas a vizinhos e também a familiares na cidade de Ponta Grossa.

⁵⁹ Entrevista concedida a autora em, 19 de agosto de 2010.

⁶⁰ Entrevista concedida a autora, em 24 de agosto de 2010.

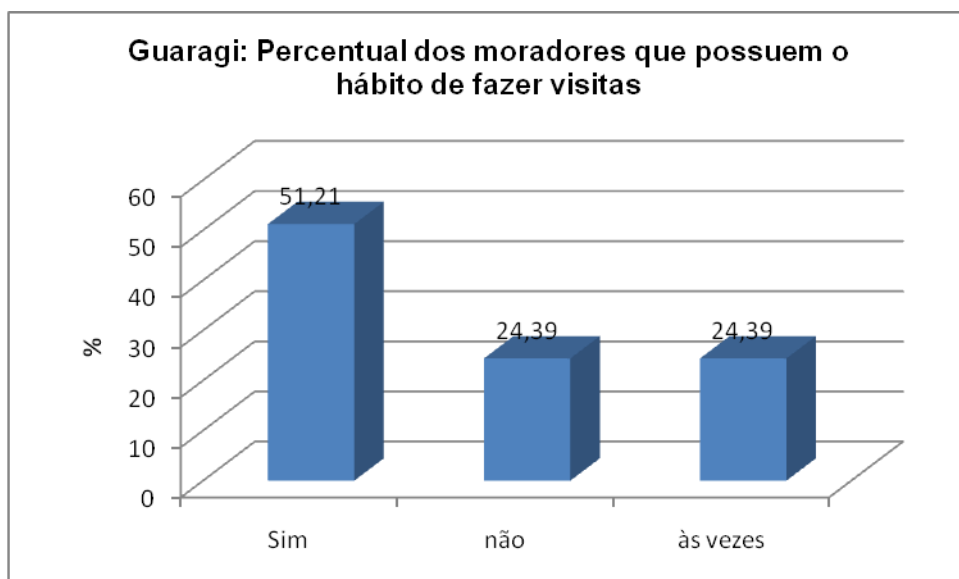


Figura 44 - Guaragi: Percentual dos moradores que possuem o hábito de fazer visitas

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010).

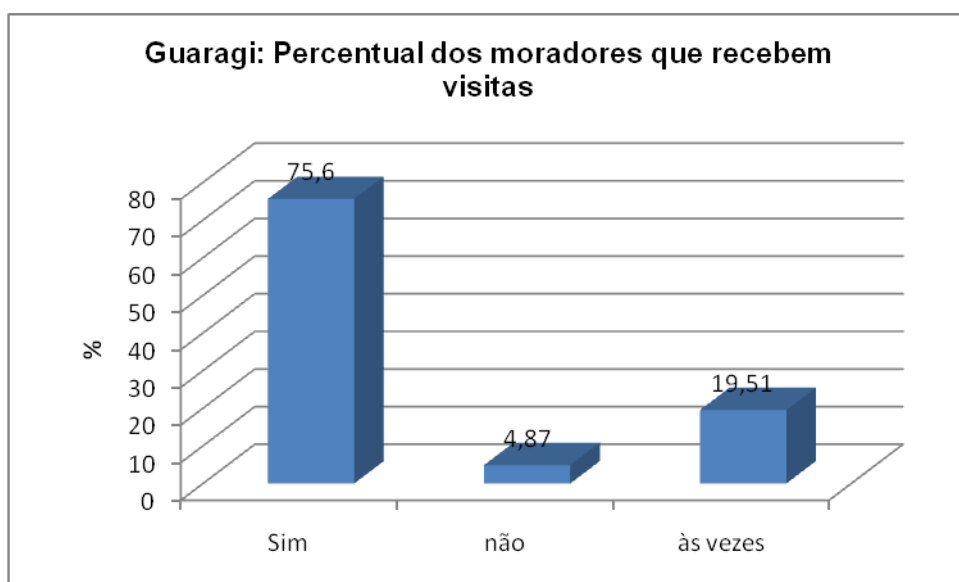


Figura 45 - Guaragi: Percentual dos moradores que recebem visitas

Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.

Organização: BARRETO, V.M. (2010).

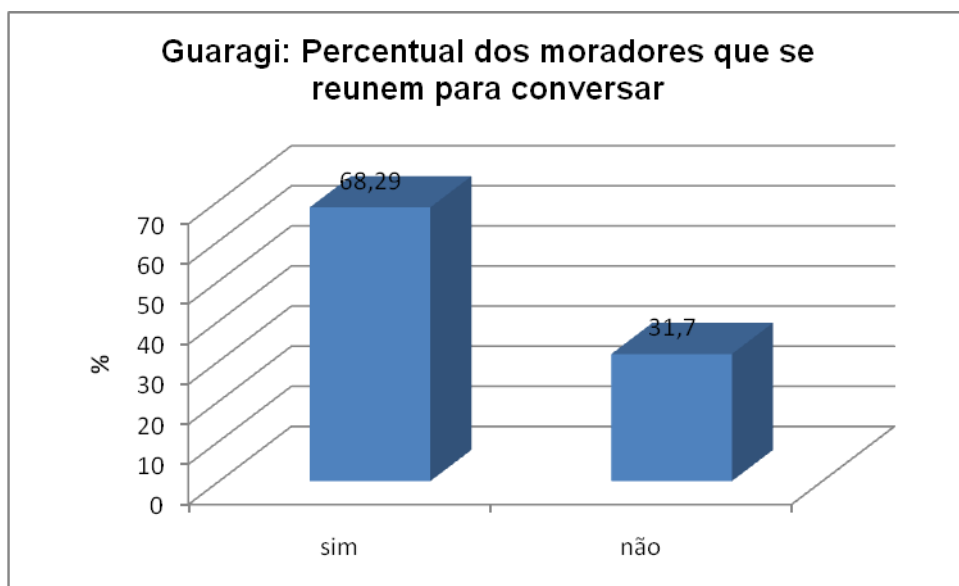


Figura 46 – Guaragi: Percentual dos moradores que se reúnem para conversar
 Fonte: Trabalho de campo, out. 2010.
 Organização: BARRETO, V.M (2010)

Para Claval (2007) o território desempenha um papel central na estruturação das identidades coletivas. É ele que fornece a base para as relações sociais, fornece em partes recursos necessários a existência dos indivíduos, está carregado de símbolos e significações que são compartilhados.

Esse papel na estruturação das identidades coletivas é a base para as relações sociais das quais fala Claval (2007), pode-se perceber na declaração de dos entrevistados que moram no distrito e apontam a relação de amizade, relações sociais baseadas no conhecimento pessoal

Como moro aqui há muitos anos, conheço grande parte da população e tenho contato com muitas pessoas, tenho uma relação amistosa e de respeito com a comunidade (ADRIANA AP. ANTONIACOMI)⁶¹.

A idéia de Claval (2007) é compartilhada por Bonnemaison e Cambrèzy, os quais apontam que a força simbólica do território faz dele um construtor de identidade.

⁶¹ Idem.

O poder do laço territorial revela que o espaço está investido de valores não apenas materiais, mas também éticos, espirituais, simbólicos e afetivos. É assim que o território cultural precede o território político e com ainda mais razão precede o espaço econômico (BONNEMAISON e CAMBRÉZY apud HAESBAERT, 2004, p.72).

Os autores ressaltam que o território não pode ser percebido apenas como exterior à sociedade que o habita, ele é uma parcela de identidade, da relação afetiva que o grupo/ indivíduo tem com o espaço, podendo ser pensado como uma representação (valores, crenças, ideologias, imagens, etc.). Para compreender esse processo é necessário considerar o contexto histórico, tanto nas relações internas como externas. As ações e relações do cotidiano que acontecem no território que permite compreendê-lo, afirmando-se a dialética existente no território.

De acordo com Montes “Quando a população que habita um determinado território se conscientiza de sua participação neste território, forma-se o sentimento da territorialidade” (MONTES, 2006, p.26). Esse sentimento aparece nas declarações dos moradores quando apontam que se sentem responsáveis pelo desenvolvimento do distrito

Sim, inclusive eu sou vice-presidente da associação dos moradores, o outro rapaz lá em Ponta Grossa é o presidente. Eu tenho mais conhecimento. O lugar, essa quantia de anos, eu tenho 54 anos só de balcão, e graças a Deus a gente se dá bem com o povo. (LEONARDO MATIAS - PELÉ)⁶².

Claro, até mesmo porque há 26 anos eu vivo daquela terra. Sempre digo: daquela terra santa de Guaragi, ali eu consegui construir a minha família, criar os meus filhos, agora já temos até neto, e eu me sinto sim como um cidadão de Guaragi, responsável pelo desenvolvimento daquela cidade e para uma melhor qualidade de vida daquele povo [...] (WALTER JOSÉ DE SOUZA)⁶³.

Com toda certeza, toda essa luta, denunciando, já fizemos passeata aqui para manutenção do transporte escolar, todo mundo se ajuda, é uma luta, tem que se brigar por isso, é um direito de todo mundo. Todo educador se sente responsável pelo que acontece no país, a gente não pode se eximir dessa luta, nós estamos formando cabeças pensantes, nossa vida é isso (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)⁶⁴.

⁶² Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

⁶³ Entrevista concedida a autora, em 12 de agosto de 2010.

⁶⁴ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

Acredito que todas as pessoas têm uma parcela de culpa e contribuição no desenvolvimento do lugar onde vive. Eu busco atuar junto a algumas entidades, mas especialmente com as crianças (ADRIANA AP. ANTONIACOMI)⁶⁵.

Eu acho que sim. Porque costurei 40 anos, a gente costurando a gente está ganhado, mas está servindo também. Eu tinha camarada, bastante camarada, 5, 6, se eu cozinhava para ele já é uma coisa... nós tínhamos um camarada que morava com nós, as crianças gostavam muito dele..então acho que a gente fez... (ANA ANTONIACOMI)⁶⁶

Para Haesbaert

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (concreto e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais (HAESBAERT, 2002, p.93).

Essa apropriação e ligação da qual fala Haesbaert pode ser percebida nos depoimentos, onde os entrevistados demonstram seus sentimentos pelo distrito através das ações que desempenham, ou desempenharam ao longo de suas vidas em prol do mesmo, e no que esperam para o futuro

Se os governos, esses que vão entrar aí fizessem alguma coisa aqui era bom! Seria muito bom para nós, para os nossos filhos, ficavam mais perto dos pais, não precisavam estar saindo para trabalhar (LEONARDO MATIAS - PELÉ)⁶⁷.

Teria que acontecer essa infra-estrutura para o município, não tem uma boa infra-estrutura, não tem indústria, nós estamos em uma ponta aqui, final de linha, então aqui oscila muito energia, então tinha que melhorar a estrutura elétrica da região, melhorar esse acesso, melhor as estradas, o acostamento, porque ninguém vai se instalar, nenhuma empresa vai vir se instalar aqui onde não tem infra-estrutura. Rota de saída, para que os produtos tenham um escoamento bom, aqui nós temos uma saída, ligação para Irati, se melhorasse bem as estradas aí, o acostamento, talvez isso poderia trazer, assim como foi no passado, a ferrovia aqui. Porque que cresceu as cidades, em função das ferrovias. A ferrovia se instalou, aonde ia fundava cidade (JOSÉ CARLOS DAS NEVES)⁶⁸.

⁶⁵ Entrevista concedida a autora, em 24 de agosto de 2010.

⁶⁶ Entrevista concedida a autora, em 24 de agosto de 2010.

⁶⁷ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

⁶⁸ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

A identificação que os moradores têm com o lugar fica claro em algumas entrevistas quando questionados sobre a vontade de sair do distrito, a maioria dos entrevistados responderam não ter vontade, e apontam como justificativa a família e o fato de terem nascido no distrito, “não! Tem família, serviço, sempre gostei de Guaragi, é um lugar sossegado...”, “Não! Nasci e cresci aqui e toda a família vive aqui”⁶⁹. Na declaração do Sr. Leonardo (Pelé) a ligação com o lugar é apontado pelas relações de amizade que mantém que o faz sentir-se bem.

Não, agora não, já estou colocado aí, já tem também uma idade, não adianta sair agora, não tem condições, não tem graça sair. Toda vida trabalhei com comércio, desde antes do quartel, quando fui fazer o alistamento já era “bodequero”. A relação com os moradores é boa, tenho 80 compadres, até não tenho mais compadre porque é quase tudo a população do Guaragi (risos). Sinto-me bem aqui em Guaragi pela amizade que tenho com todas as pessoas que me querem muito bem, sou estimado por todos (LEONARDO MATIAS (PELÉ))⁷⁰.

Esses fatos remetem a relação que os indivíduos têm com a vila o qual fundamenta sua identidade, fazendo com que se sintam pertencentes aquele lugar, se configurando nas experiências que esses têm no seu cotidiano e nas relações estabelecidas, como é colocado por Tuan (1977), que são através das trocas de experiências e das relações do dia-a-dia que o sentimento de pertencimento ao lugar acontece.

Para Michel de Certeau et. al., o fato dos indivíduos pertencerem a um bairro, no caso aqui, ao distrito, “quando corroborado pela pertença a um meio social específico, vem a ser uma marca que reforça o processo de identificação de um grupo determinado” (de CERTEAU et. al., 1996, p.84).

Esse reforço no processo de identificação e o sentimento de pertencimento ao lugar aparecem em algumas declarações. O significado que o lugar tem para os moradores aparece de diferentes formas. Para a Sr^a. Ana, o significado que o distrito tem para ela está ligado a terra, o que mostra uma característica do modo de vida rural, onde as pessoas tem um contato mais direto com a terra, e para o Sr.^o Leonardo o significado do distrito está ligado a família, e aos bens materiais.

⁶⁹ Entrevista concedida a autora, em 22 e julho de 2010.

⁷⁰ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

Para nós aqui representa um lugarzinho bom de morar, tem tudo, os familiares nossos moram todos aqui, os pais da gente também foram sepultados aqui no Guaragi, tem chácara uma coisa e outra, então tem que ficar por aqui mesmo (LEONARDO MATIAS – PELÉ)⁷¹.

Para mim já é uma vida inteira aqui, eu gosto daqui, eu adoro... gosto mesmo, mas eu gosto sabe porque?, porque eu gosto muito de plantar, você viu meu jardim?! Tem a horta lá, então eu já não tenho idade para lidar com isso, tenho 76 anos, mas eu gosto sabe?! (ANA ANTONIACOMI)⁷².

Como fala Sposito, “a identidade de lugar não se forma exclusivamente pelos vínculos com o lugar, existem as relações que as pessoas estabelecem entre si e com o outro, para definirem suas identidades” (SPOSITO, 2009, p.56).

A questão da terra aparece em outras declarações de moradores quando questionados se eles consideravam-se rurais ou urbanos (figura 47). Dentre os que consideram-se rurais apontam a ligação com a terra, “porque gosto de plantar, gosto da vida mais rural”, o fato de ser um lugar parado, “não tem nada a ver com urbano, é parado”, o tipo de trabalho também influencia na identificação, “trabalho é rural”, e o fato de ser afastado do distrito sede, “interior, Guaragi é o melhor ‘bairro’ de Ponta Grossa”⁷³.

Entre os moradores que se consideram urbanos apontam o motivo de morarem na vila do distrito, “Porque moro mais na vila”, “aqui é mais cidade, não tem tanto contato com o rural”⁷⁴, e o contato que mantém com o distrito sede (Ponta Grossa) “Pelo contato com Ponta Grossa”⁷⁵, e entre os que se consideram moradores rurais e urbanos apontam o fato de terem casa na cidade de Ponta Grossa e a dependência que se tem do distrito sede.

⁷¹ Idem.

⁷² Entrevista concedida a autora, em 24 de agosto de 2010.

⁷³ Entrevistas concedidas a autora nos dias 22 de julho e 19 de agosto

⁷⁴ Entrevista concedida a autora, em 22 de julho de 2010.

⁷⁵ Entrevista concedida a autora, em 19 de agosto de 2010.

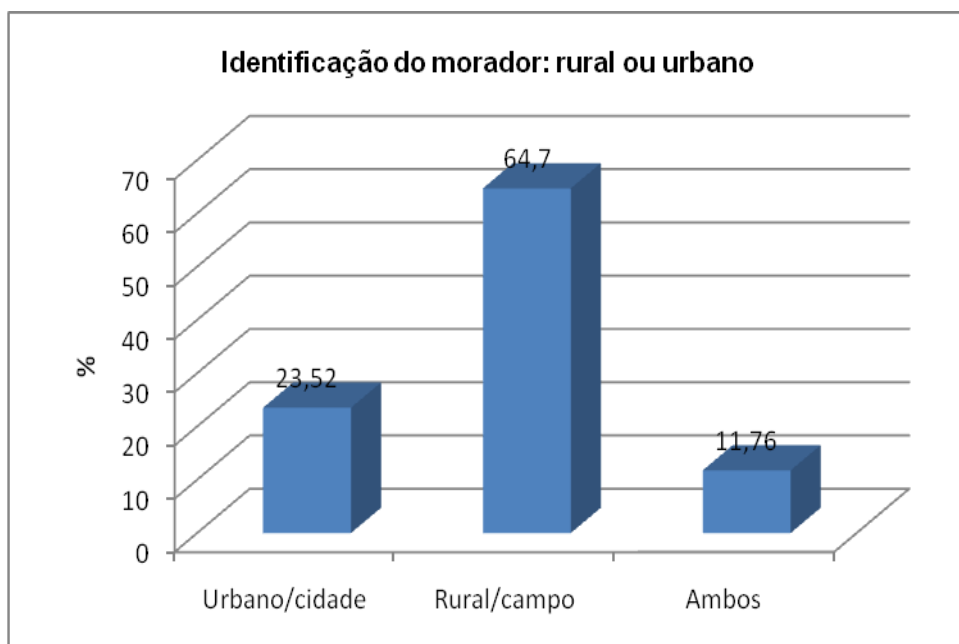


Figura 47 – Guaragi: Identificação do morador: urbano/rural
 Fonte: Trabalho de campo jul./ago. 2010.
 Organização: BARRETO, V. M. (2010)

Como já visto no capítulo I, a integração entre rural-urbano pode propiciar um reforço nas identidades dos indivíduos que moram no distrito de Guaragi. Para Queiroz “[...] o meio rural não pode nunca ser estudado em si mesmo, mas deve ser encarado como parte de um conjunto social mais amplo, do qual faz parte juntamente com a cidade” (QUEIROZ, 1979, p.163).

Alentejano coloca que a distinção entre rural e urbano está na intensidade da territorialidade, para ele o “urbano representa relações mais globais, mais deslocadas do território, enquanto o rural reflete uma maior territorialidade, uma vinculação local mais intensa” (ALENTEJANO, 2003, p.11).

O rural e o urbano, como já vimos, são modos de vida, e podem ambos estar presentes na cidade e no campo. “Assim como uma construção social, o rural (cultura rural) está dialeticamente ligado com o urbano” (MAIA, 2009b, p.4).

O distrito de Guaragi aparece como um espaço intermediário das relações que acontecem entre o rural e o urbano. Não podemos esquecer que esse espaço não é algo acabado; está sempre em constante transformação. Essa transformação que o espaço sofre depende de fatores econômicos, culturais, sociais, que estão

ligados ao contexto histórico de cada época, e, também, da maneira como os indivíduos interpretam sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações que existem entre campo e cidade modificam-se ao longo da história. Dessa forma o rural foi abordado nessa pesquisa como um espaço dinâmico, onde as relações sociais e o contato com o urbano, neste caso o distrito sede, contribuem com as transformações e particularidades desses espaços, pensando a vila do distrito a partir dos sujeitos que vivenciam aquele espaço.

Compreender as especificidades e as relações sociais que acontecem na vila do distrito foi um desafio, pois como historiadora deparei-me com conceitos tão caros a Geografia, os quais apresentaram-se fundamentais para a discussão dessa pesquisa, e ao mesmo tempo pude perceber como esses dois campos de estudo caminham juntos, pois o espaço é construído a partir das relações sociais das pessoas que o vivenciam e o transformam, e a partir dessas relações precisa ser pensado, pois rural e urbano são modos de vida e ganham novas formas ao longo tempo.

Através da análise histórica do distrito pode-se compreender a dinâmica de sua formação territorial, pois, o mesmo não está desvinculado de processos históricos e se faz no âmbito das relações sociais. A cultura é um elemento de forte influência na constituição do espaço, e o território tem que ser visto além de um domínio apenas político, ele expressa valores, ritos, afetividades, culturas, identidades, representações, que estão presentes na memória coletiva do grupo.

A partir das entrevistas compreendeu-se como se dá a relação do morador com o rural e o urbano. O entendimento dessa relação só foi possível a partir da compreensão das relações que os moradores estabelecem no espaço em que vivem, dos seus hábitos e costumes, o que pode-se perceber durante a realização das entrevistas e as visitas ao distrito. Nota-se que essa interação do rural com o urbano contribui para ressaltar a cultura local, e o sentimento de pertencimento que os moradores têm com o distrito, resultando no reforço de identidade.

Através das questões que foram levantadas no decorrer da pesquisa pode-se compreender como se dão as relações entre campo e cidade, como as diferenças e interesses de cada grupo contribui para a formação do espaço, seja ele rural ou urbano.

O fato dos moradores do distrito estabelecerem contato com o distrito sede, com o urbano, não faz com que suas especificidades se percam, e nem faz do rural

um espaço urbano. Essas especificidades aparecem nos hábitos que os moradores mantêm, como a criação de animais, cultivo de alimentos para seu próprio consumo, as relações de vizinhança, entre outros. Percebe-se que a interação rural-urbano é presente no distrito e a influência que o distrito Sede exerce sobre os moradores do distrito de Guaragi fica clara nas declarações dos entrevistados. Essa relação se dá para suprir algumas das necessidades dos moradores, como a realização de compras (especialmente produtos que não são encontrados na vila), o uso da rede de sistema financeiro (pagamento de contas, aplicações e manutenção de contas bancárias) e, principalmente, acesso a serviços do setor terciário: notadamente os serviços de saúde (médicos, dentistas, laboratórios de análises clínicas) e de educação entre outras, o que faz com que os moradores se desloquem até a cidade para realizá-los.

Essa influência do distrito sede pode interferir ou não na vontade dos moradores de permanecer no distrito de Guaragi. Alguns acabam migrando para o distrito sede ou para cidades mais próximas em busca de emprego, ou mesmo pela facilidade de acesso a bens e serviços, enquanto outros vêm de fora, do próprio distrito sede e de outras cidades e procuram o distrito de Guaragi pela tranquilidade que este representa – neste sentido, o conhecimento e, em alguns casos, a experiência com problemas específicos dos centros urbanos (médios e grandes) como a violência, dificuldade de circulação e morosidade no trânsito, aquisição de moradia, etc. reafirmam a escolha pelo distrito.

Dessa forma o rural e o urbano coexistem em um mesmo espaço, e a vila do distrito aparece como uma transição entre esses espaços, pois estes são modos de vida. A proximidade com o distrito sede permite que tenham acesso a uma cultura diferente, podendo-se assimilar ou não essa cultura, ou mesmo reinterpretá-la conforme a sua realidade, mas esse contado não descaracteriza o rural.

A constante construção das identidades (ou das identificações) mostra como os indivíduos que moram no distrito de Guaragi mantêm alguns traços da vida rural, ao mesmo tempo em que incorporam traços da vida urbana, tendo assim uma identidade rural-urbana; seus traços culturais misturam-se. A identidade rural existe em relação a uma identidade não rural, o que percebe-se são apenas indicadores dessa identidade, pois a mesma não se revela totalmente, sendo que a cultura rural está ligada ao urbano de forma dialética, e a partir das relações estabelecidas e a

troca de experiências, a cultura apresenta-se como um modo de vida de determinado grupo.

Apesar do contato com o urbano e da vila do distrito ser considerada área urbana pelos órgãos municipais e pelo IBGE, a maioria dos moradores consideram-se rurais, mesmo com influências do modo de vida urbano eles apontam que consideram-se rurais pela ligação com a terra.

Diante dessas colocações deve-se repensar os critérios utilizados para identificação de um espaço rural ou urbano. Entende-se que rural e urbano vai além dos equipamentos e serviços presentes ou não nesses espaços, mas sim um fator cultural, como os hábitos e a identificação que os moradores têm com o mesmo, por isso para essa classificação é preciso ser levado em conta a cultura da população, a qual mantém a identidade desses territórios.

Guaragi é o distrito do município de Ponta Grossa que possui uma estrutura de serviços mais concentrada em sua vila, mas infelizmente nem todos os serviços funcionam como deveriam, o caso do posto policial que está abandonado, a subprefeitura que foi desativada, a falta de médicos, farmácias, entre outros. A falta desses serviços prejudicam o dia-a-dia dos moradores, mas mesmo assim eles demonstram a vontade de permanecer no distrito, pois o sentimento de pertencimento ao lugar é muito forte.

O desenvolvimento do distrito de Guaragi e mais especificamente de sua vila, pode ser pensado pela proximidade que o mesmo apresenta com relação ao distrito sede, sendo essa proximidade um dos fatores que contribuem para o não desenvolvimento e crescimento do mesmo, pois como apareceu em algumas declarações e até mesmo na entrevista com o vereador que representa o distrito, consideram o distrito como uma vila de Ponta Grossa, um bairro. Pode-se compreender no decorrer da pesquisa que o poder local não tem interesse em investir em infra-estrutura no distrito.

O foco dessa pesquisa foi a vila do distrito de Guaragi, por isso os outros distritos não foram aqui aprofundados, ficando esse desafio aos demais pesquisadores que se interessarem pelo tema. Ressalta-se a importância dessa pesquisa, e a necessidade de estudo nos demais distritos do município de Ponta Grossa. A importância de estudos voltados à relação urbano-rural no município de Ponta Grossa está ligada ao entendimento da dinâmica que esses distritos apresentam, pois cada um tem suas especificidades, e pensar essa relação ajuda a

entender as relações de poder presentes nesses espaços, o processo de exclusão/inclusão que existe nessa relação rural/urbano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **As relações campo-cidade no Brasil do século XXI**. Terra Livre, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, jul./dez. 2003.

ARAÚJO, Flávia Aparecida de. **Quando o urbano e o rural se inter cruzam: discussões acerca da relação cidade-campo no distrito de Amanhece/Araguari (MG)**. Uberlândia, 2008 – Monografia (Geografia – bacharelado) – Universidade Federal de Uberlândia – MG.

ARAÚJO, F. A. V. de, et al. **Relações campo-cidade: estudo da dinâmica sócio-espacial do distrito de Cruzeiro dos Peixotos em Uberlândia (MG)**. In.: Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Presidente Prudente, 11 a 15 de novembro de 2005, FCT/UNESP.

ARAUJO, Frederico G. B. de; HAESBAERT, Rogério. **Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

BAGLI, Priscila. Rural e urbano. In.: SPOSITO, M.E.B.; WHITACKER, A.M.(org) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.81-109.

Banco de dados agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo6.asp?e=v&n=10&t=4&z=t&o=3>, Acesso em julho de 2010.

BAUCHROWITZ, Luciane. **Caracterização dos distritos de Guaragi e Uvaia: uma contribuição para o planejamento distrital do poder público do Município de Ponta Grossa (PR)**. Ponta Grossa, 2009 – Monografia (Geografia – Bacharelado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR.

BEZERRA, Cristina Simões. **Caminhos e Descaminhos para o Nacional – Popular na era da Globalização**. Rio de Janeiro, 2006 – Tese de doutorado (Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ.

BOMFIM, Natanael Reis. **Noção Social do Território: Em busca de um conceito didático em Geografia – A Territorialidade**. Ilhéus – Bahia: Editus, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. TOMAZ, Fernando. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1998.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidades: Novas identidades em construção**. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997.

CARNEIRO, Patrício A. S. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. In.: **Campo e Território: revista de geografia agrária**, v.3, n.6, p. 45-65, ago. 2008.

CASTOGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. **Ensino de Geografia: Práticas e textualizações no cotidiano**. Ed. Mediação. 6ª edição, Porto Alegre: 2008

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano 2: Morar, Cozinhar**. 5ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CHAMMA, Guisela Velêda Frey. **Ponta Grossa: o povo, a cidade e o poder**. Ponta Grossa, 1988.

_____. Guaragi: Um esboço Histórico. In.: **Uniletras – UEPG – Departamento de Letras**, nº 3, dez. 1981, p. 85 – 91.

CHAVES, Niltonci Batista. A “cidade civilizada”: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In.: **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p.65-76.

CLAVAL, Paul. **A geografia Cultural**. Trad. PIMENTA e PIMENTA. 3ª ed. Florianópolis: UFSC, 1999 e 2007.

COSTA, Regina H. M. R.; LANGENBUCH, Juergen Richard. Safras-Pico e Transferência de capital e iniciativas entre campo e cidade: Análise em cinco municípios Paulistas, p.7-13. In.: GERARDI, L. H. de O. (org.) **Ambientes estudos de geografia**. AGETEO, UNESP, Rio Claro, 2003.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 2002.

CUNHA, Luiz A. G. **Desenvolvimento rural e desenvolvimento territorial: o caso do Paraná Tradicional**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Agricultura) Seropédica, UFRJ, 2003.

DEL PRIORE, Mary. **Festas e Utopias no Brasil Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Fundação de Ponta Grossa**. 4ª feira, 15 de setembro de 1976.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **O Arraial e o Fogo da Cultura: Os Euclidianos Pontagrossenses**. 1998, 214 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, 1998.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In.: SPOSITO, M. E. B; WHITACKER, A.M. (org.) **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FAJARDO, Sergio. **Territorialidades Corporativas no Rural Paranaense**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – Do Agrário ao Territorial**. Tese (Ciência Ambiental) Universidade de São Paulo – São Paulo, 2006.

FERREIRA, Luiz Felipe. **Acepções Recentes do Conceito de Lugar e sua Importância para o Mundo Contemporâneo**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V., nº 9, pp. 65-83, jul./dez., 2000.

GRZEBIELUKA, Douglas. **Comunidades de Faxinal e suas dinâmicas Socio-Espaciais**: Da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi(PR). Ponta Grossa – Dissertação (Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2010.

GONÇALVES, M. A. C.; PINTO, E. A. **1823-1923 Ponta Grossa um século de vida**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1983.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HAESTBAERT, Rogério. **O mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Território” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios Alternativos**. São Paulo: EDUFF, 2002.

HOLZMANN, G.V.F.; SOARES, O; REQUIÃO, R. Publicação Comemorativa do 152º Aniversário de Ponta Grossa, em 15 de setembro de 1975.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 18 de junho de 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Banco de dados agregados – População. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?t=6&z=t&o=24&u1=1&u2=32&u3=1&u4=1&u5=1&u6=32> Acesso em: 21 de julho de 2010.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES. **Perfil dos Municípios**. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?Municipio=84000&btOk=ok> Acesso em: 18 de junho de 2010.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Caderno Estatístico – Município de Ponta Grossa**, agosto de 2010. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/Montapdf.php?Municipio=84000&btOk=ok>, Acesso em : 01 de setembro de 2010.

KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1ª ed. 1981.

Lei Ordinária de Ponta Grossa, nº 8799 de 26 de dezembro de 2006. Disponível em: http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/form_vig.pl; <http://www.leismunicipais.com.br/legislacao-municipal-da-prefeitura/3422/leis-de-ponta-grossa.html#> Acesso em: 2 de julho de 2010.

Lei orgânica de Ponta Grossa – 2005. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/diadia/arquivos/File/pontagrossa.pdf>. Acesso em 20 de agosto de 2010.

LOWEN, Cecilian Sahr. **Favelas: um aspecto da Expansão Urbana de Ponta Grossa – PR**. 1990, 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), 1990 – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro – SP.

LOWEN SAHR, C. L. Estrutura interna e Dinâmica Social na Cidade de Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; LOWEN SAHR, C.L. . **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa, UEPG, 2001. p.13-36.

MACEDO, Maria Regina; FERRARI, Nery. **Direito Municipal**. 2ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MACHADO, Maria Clara Tomaz. **Festas populares como linguagens subversivas em Minas Gerais. [1998?]**.

MAIA, Adriano Corrêa. Produção do espaço e cultura: a relação rural-urbano e o caso dos migrantes mineiros em Rio Claro-SP. In: **XII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009b.

MAYOL, Pierre. Morar. In.: CERTEAU, M.; GIARD, L.; Mayol, Pierre. **A Invenção do Cotidiano 2**. Morar, cozinhar. 5ª edição. Petrópolis – RJ: Vozes, 1996.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O conceito de espaço rural em questão**. In.: Terra Livre, São Paulo, ano 18, n.19, jul/dez. 2002, p. 95-112.

MATOS, Olgária C.F. **ESCOLA DE FRANKFURT: luzes e sombras do Iluminismo**. 2ª ed., São Paulo: Moderna, 2006.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Prestação de Serviços Públicos e Administração Indireta**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2ª tiragem, 1975.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 4ª e 9ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

MICELI, José Carlos. **Construção do espaço dos vileiros: a subjetividade do agricultor familiar nas Vilas Rurais do Paraná**. Curitiba, 2005 – Dissertação (Mestrado Geografia) – Universidade Federal do Paraná, 2005.

MONASTISKY, L.B. **Cidade e ferrovia**: a mitificação do pátio central da RFFSA, em Ponta Grossa (PR). Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/CFH/PPGGeo, 1997.

MONASTIRSKY, L.B; BAUCHROWITZ, L; ALBUQUERQUE, E.S; LIMA, J. de. A Escala esquecida: modernização e políticas públicas nos distritos municipais. **Revista Temas e Matizes** – UNIOESTE, Francisco Beltrão: 2009, nº 16, segundo semestre de 2009, pp 8-23.

MONTES, Silma Rabelo. **ENTRE O CAMPO E A CIDADE**: As territorialidades do distrito de Tapuira (Uberlândia – MG) – 1975 a 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia - Uberlândia – MG, 2006

MONTE-MÓR, Luís Roberto. **A relação Urbano-Rural no Brasil Contemporâneo**. In.: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Mestrado e Doutorado, Santa Cruz do Sul, RS – Brasil – 28 setembro a 01 de outubro de 2004.

MOREIRA, J. R (org.). **Identidades Sociais**: Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

NETTO, J.P.; CARVALHO, M.C.B. **Cotidiano**: Conhecimento e crítica. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2000.

PARANÁ, Assembléia Constituinte do Estado do. **Constituição 1989**.

Paraná. Lei Complementar n. 64, de 16 e julho de 1992. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8422&indice=1&totalRegistros=1> Acesso em: 01 de Junho de 2010.

Paraná. Lei Complementar n. 56, de 18 de fevereiro de 1991. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8378&indice=1&totalRegistros=47>, Acesso em: 29 de junho de 2010.

PAULA, José Carlos Milléo. **População, Poder local e Qualidade de Vida no contexto Urbano de Ponta Grossa – PR**. 1993, 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” – Campus Rio Claro, Rio Claro, 1993.

_____. Poder local em Ponta Grossa: algumas considerações sobre sua evolução. In.: DITZEL, C.H.M.; SAHR, C.L.L.; **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p. 53-63.

Plano Diretor Participativo - Município de Ponta Grossa – 2006. http://geo.pontagrossa.pr.gov.br/portal/plano_diretor, Acesso em: 04 de agosto de 2010.

Ponta Grossa Turística – Administração Municipal de Luiz Carlos Zuk.

Ponta Grossa – IBGE Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/pontagrossa.pdf> Acesso em 31 de julho de 2010.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Do rural e do urbano no Brasil. In.: SZMRECSÁNYI, Tomás; QUEDA, Oriowaldo. **Vida Rural e Mudança Social**. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

RUA, João. **Urbanidades no Rural**: o devir de novas territorialidades. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006.

SANTOS, Luí Delfim; MARTINS, Isabel. A qualidade de vida urbana: o caso da cidade do Porto. In.: **WORKING PAPERS DA FEP**, Investigação – Trabalhos em curso – nº 116, Maio de 2002.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In.; SANTOS, Milton; et.al. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 4ª ed. São Paul: HUCITEC, 1998, p. 15-20.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In.: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S. **Territórios e Territorialidades**; teorias, processos e conflitos. 1 ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

_____. O Território: diferentes interpretações na literatura Italiana. In.: In.: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. (org.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens. Francisco Beltrão - PR: UNIOESTE, 2004, p. 121-147.

SESC-UEPG. **Itaiacoca**: Pesquisa de Cultura Popular. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do SESC, 1981.

SCHEFFER, Sandra Maria. **Espaço Urbano e Política Habitacional**: Uma Análise Sobre o Programa de lotes Urbanizados da PROLAR – Ponta Grossa. 2003, 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2003.

SILVA, Edson Armando. Energia elétrica em Ponta Grossa. In.: DITZEL, C. de H. M.; LOWEN SAHR, C.L. **Espaço e Cultura**: Ponta Grossa e os Campos Gerais. Ponta Grossa: UEPG, 2001, p.91-107.

_____. **Energia Elétrica e desenvolvimento Industrial em Ponta Grossa – 1904-1973**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná – Curitiba – PR, 1993.

SILVA, José Aparício. **Fatores endógenos e exógenos que levaram à migração/resistência de pequenos produtores do Distrito de Itaiacoca – Ponta Grossa – PR, na década de 1970**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa – PR, 2008.

SILVA, Priscilla Campos. **Os Processos de Inclusão/exclusão Simbólico-Culturais a partir da Experiência Social no Cotidiano dos Africanos**

Guineenses Inscritos no PEC-G da UEPG. Monografia (Grduação em Serviço Social) – Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa – PR, 2009, 96 f.

SILVA, Roberto Bitencourt da. “O ‘Jeca Tatu’ de Monteiro Lobato: Identidade do Brasileiro e Visão do Brasil”. In.: 19 & 20 – **A Revista eletrônica de dezenoveVinte**. Vol. II, n. 2, abril de 2007. Disponível em: http://www.dezenovevinte.net/resenhas/jecatatu_rb.htm

SOCHODOLAK, Hélio; CAMPIGOTO, José A. **Estudos em História cultural na região Sul do Paraná**. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Pela Mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 4ª ed. ,São Paulo: Cortez, 1997.

SPOSITO, M. E.B.; LOBOSCO, T.; et al. **Geotextos**: Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia. V. 5 – ano 5 – n.º 2, dez de 2009.

THOMPSON, E.P. **A miséria da Teoria: ou um planetário de erros: uma critica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de OLIVEIRA, Livia de. São Paulo: DIFEL, 1977.

VEIGA, José Eli da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. Autores Associados, Campinas – São Paulo, 2002.

VIEIRA, M. do P. A.; PEIXOTO, M. do R. da C.; KHOURY, Y. M. A. **A pesquisa em História**. São Paulo: Afiliada, 2003.

WAGNER, P.L.; MIKESELL, M.W. Os temas da Geografia Cultural. In.: CORREA, R. L.; ROSENDALL,Z. (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In.: **Estudos da Sociedade e Agricultura**, 2000, pp. 87-145.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2000.

WILLIANS, Raymond. **O campo e a cidade: Na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A abordagem cultural na Geografia. In.: **Temporis [ação]**, Unidade Universitária Cora Coralina, Revista Eletrônica, vol. 1, nº 9, 2007, p.224-235.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ABRAMOWAY, Ricardo. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-37.

ARANTES, Antonio Augusto. **O que é cultura Popular**. São Paulo: brasiliense, 1990.

BLUME, Roni. **Território e Ruralidades: a desmistificação do fim do rural**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, UFRGS/Porto Alegre, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico**. Trad. TOMAZ, Fernando. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 1998.

BORGES, V. P. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. Tradução de Alda Porto. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CHAMMA, Guisela Velêda Frey. Guaragi. In: **Os Campos Gerais: uma outra história**. Ponta Grossa, 2007, p. 155-166.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. 7ª edição. São Paulo: Paz e Terra, Filosofia, 2004.

SAUER, Carl O. Geografia Cultural. In.: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 19-26.

SILVA, Gustavo H. de A; MARTINS, Josimone M. B. **A história oral como conhecimento aplicado na pesquisa em Geografia Cultural**. [2009?] (Artigo) Disponível em: http://www.geografia.ufpr.br/neer/NEER2/Trabalhos_NEER/Ordemalfabetica/Microsoft%20Word%20-%20GustavoHenriqueAbreuSilva.ED3IV.pdf. Acesso em: 24 out. 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia: Contribuição para o ensino do Pensamento Geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná. In.: RIBAS, A.D.; SPOSITO, E.S.; SAQUET, M.A. (org.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão - PR: UNIOESTE, 2004, p. 15-36.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. A victoriosa Rainha dos Campos: Ponta Grossa na conjuntura Republicana. In.: **Revista de História Regional**, vol. 3(2), pp. 37-76, UEPG, 1998.

FONTES PEQUISADAS

Fontes Orais

Walter José de Souza, 51 anos, vereador, possui terras no distrito de Guaragi. Entrevista gravada em 12 de agosto de 2010, na Câmara Municipal de Ponta Grossa.

Leonardo Matias (Pelé), 70 anos, comerciante. Entrevista gravada em 19 de agosto de 2010, em Guaragi.

José Carlos das Neves, 59 anos, diretor do Colégio Estadual Dr. Munhoz da Rocha. Entrevista gravada em 19 de agosto de 2010, em Guaragi.

Ana Antoniacomi, 76 anos, aposentada. Entrevista gravada em 24 de agosto de 2010, em Guaragi.

APÊNDICE A – Roteiros de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Pessoas ligadas a vida econômica, social, política)

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () feminino () masculino

Profissão: _____

Escolaridade: _____

- 1 – O que o governo municipal fez e faz pelo distrito?
- 2 – Você sente-se responsável pelo desenvolvimento do distrito?
- 3 – Como é sua relação com os moradores do distrito?
- 4 – O que tem no distrito que gera riqueza para o mesmo e para o município?
- 5 – Que diferenças você percebe entre a realidade local neste momento e a do passado?
- 6 – Quais são suas expectativas para o futuro do distrito?
- 7 – Você acha vantajoso o distrito emancipar-se de Ponta Grossa? Por quê?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Moradores da vila do distrito)

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () feminino () masculino

Profissão: _____

Escolaridade: _____

Onde trabalha: _____

Etnia: _____

Renda:

1 – Procedência, nascimento, migração. Tempo de moradia no distrito.

2 – Qual o vínculo que mantém com o distrito: moradia, trabalho, etc.?

3 – O que acha de Guaragi, porque migrou para cá? Porque escolheu o distrito para morar?

4 – Quais as condições de vida que se tem em Guaragi? Aponte os pontos positivos e negativos.

5 – Qual o vínculo que mantém com o distrito sede (cidade de Ponta Grossa)? Quais os serviços que busca em Ponta Grossa?

6 – O que considera necessário para o distrito?

7 – O que o governo municipal fez e faz pelo distrito?

8 – Como funciona a estrutura política local? Quem são os líderes e como se constituem? Há representantes (vereadores, associações, religiosos, culturais, fazendeiros, donos de bares, etc.)?

9 – Você se considera um morador

() Urbano / Cidade

() Rural / Campo

Por quê?

10 – Tem vontade de sair do distrito?

ROTEIRO DE ENTREVISTA
(Moradores antigos)

Data: ____/____/____

Nome: _____

Idade: _____ Sexo: () feminino () masculino

Profissão: _____

Etnia: _____

- 1 – Desde quando mora em Guaragi?
- 2 – O que você conhece da história de Guaragi?
- 3 – Por que escolheu o distrito para morar?
- 4 – Como era o distrito quando decidiu vir para cá? Como eram as casas, a reação entre as pessoas?
- 5 – Quais as condições de vida que se tem aqui em Guaragi?
- 6 – O que tem de atrativo em Guaragi?
- 7 – O que você destaca de mudanças entre o distrito de hoje e do passado?
- 8 - O que Guaragi representa para você?
- 9 - Tem vontade de sair do distrito?
- 10 – Quais suas expectativas para o futuro do distrito?
- 11 – Qual o vínculo que mantém com o distrito sede?
- 12 Costuma fazer visitas e receber visitas?

ROTEIRO DE ENTREVISTA (CULTURA)

Data: ____/____/____ Distrito: _____
Nome do Entrevistado: _____
Idade: _____ Sexo: Masculino () Feminino ()
Profissão: _____
Escolaridade: _____
Onde Trabalha: _____
Etnia: _____

1 – Casa

1.1 Arquitetura:

Tipo de construção:

() madeira () alvenaria () mista

Existe alguma característica na construção (estilo):

() Alemã () Holandesa
() Ucraniana () Russa
() Portuguesa () Africana
() Polonesa () Italiana
() Espanhola () outra, qual _____

Existe mais alguma construção ou benefício para a residência

() paiol () casinha (despensa)
() estrebaria () garagem
() galinheiro () pocilga (porcos)
() poço () horta
() pomar
() outros, qual _____

Alguns detalhes importantes (jardim, fachada, etc.)

_____ Utensílios

e equipamentos:

() Fogão à lenha () fogão à gás
() panela de ferro () panelas de barro
() Aparelho de Som, () rádio
() TV () geladeira
() computador () acesso a internet
() telefone residencial () telefone celular
() outro tipo de aparelho de comunicação _____
() máquina de lavar () costura
() móveis antigos () móveis atuais
() fotos antigas nas paredes
() enfeites (toalhinhas de crochê nos móveis, etc)

() outras decorações _____

2 - Hábitos domésticos

2.1 Culinária: durante as refeições semanais, o que costuma consumir no dia-a-dia? Existe mudança para as refeições do domingo, qual a preferência na família? _____

2.1.1 Costuma cultivar os alimentos que consome, quais?

() horta _____ () animais _____
() frutas _____ () outros _____

2.1.2 Prepara alimentos?

() para o consumo familiar
() para vender e complementar renda
() pão () doces () conservas
() temperos () bolos () outros _____
() bebidas

2.1.3 Costuma sair com a família para comer fora?

() 1 vez por semana
() 2 vezes por semana
() não sai
() outros _____

Aonde costuma ir?

() na lanchonete do distrito
() ao restaurante do distrito
() carrinhos de lanches
() na casa de um parente
() no vizinho
() quando tem festa na comunidade
() na cidade
() no shopping
() outros _____

2.1.4 Que tipo de bebidas consomem?

() chás caseiro () chás industrial
() chás medicinais () chimarrão
() café () leite
() sucos naturais () refrigerantes
() pingas () cervejas
() vinho
() outros _____

2.1.5 O fornecimento dos mantimentos para casa costuma ser feito?

() no próprio distrito
() mercearia () mercadinho () outro ____
() na cidade mais próxima
() supermercados () hipermercados

2.2 Possuem animais de estimação?

() cavalo () galinha () porco
() pássaros () cachorro () gato
() outro _____

2.3 Costuma diferenciar a roupa do dia-a-dia da roupa de trabalho e de domingo?

() Sim () Não

2.4 Convivência Social

Fazem as refeições juntos?

() Sim () Não

Tem horários para:

Refeições? _____

Assistir TV, ouvir rádio? _____

Afazeres domésticos? _____

2.4.1 Se reúnem para conversas? Contar histórias? Lendas? Quais?

2.4.2 Costuma fazer visitas no distrito? Quando? Tem dias específicos?

E receber visitas?

2.4.4 Namoro:

É permitido o namoro em sua família? Como é?

2.4.5 Participa de mutirões? Ajuda nas festas?

() Sim Quais? _____

() Não

2.4.6 Como é sua relação com os vizinhos?

2.4.7 Qual o estilo de música que gosta?

Qual programa de TV costuma assistir?

2.4.8 Faz leituras?

() Jornal () Livros () Revistas
() Gibis () Outros _____
() não

3 – Religião

3.1 Qual?

() Cristão/Católico () Cristão/Protestante

() Espírita () Outro _____

Mudou?

() Sim - Era de qual?

() Não

3.2 O que acha do aumento de religiões na vila do Distrito?

3.3 Possui hábitos religiosos?

() Missa () Novena () Festas

() Reuniões () Culto

() Participa de algum grupo? Qual? _____

() Recebe a capelinha em casa

3.4 Costuma ir à benzedeira?

() Sim () Não

4- Filhos

4.1 Quantos? _____

Estudam? () não () sim:

Escolarização atual:

Nome	Idade	Série	Onde	Cidade

Acompanha a vida escolar dos filhos? Como?

Você percebeu se a escola influenciou seus filhos com novos hábitos e idéias?

() não () sim Quais?

4.2 Afazeres domésticos:

O que as meninas fazem? _____

O que os meninos fazem? _____

4.3 Trabalho:

Nome	Idade	Profissão	Onde	Cidade

5- Comunicação:

O que usa?

() Celular: () sempre () às vezes () nunca

() Internet: () sempre () às vezes () nunca

() TV: () sempre () às vezes () nunca

() Telefone fixo: () sempre () às vezes () nunca

Onde utiliza?

() casa () vizinho () parente () outros: _____

Correspondência () cartas () e-mail () telegrama () outro: _____

6- Transporte

6.1 Possui 'veículo' de transporte próprio?

() carro

() moto

() bicicleta

() carroça

() cavalo

() não

Outro: _____

Quando utiliza?

6.2 Para os afazeres dentro do distrito usa veículo ou prefere caminhar?

() Caminha () Não Caminha

6.3 Usa o transporte coletivo?

() sim () Não

Com que frequência?

() todo dia () 2 ou 3 dias da semana

() 1 vez por semana () 1 vez por mês

Outros: _____

7- Lazer

7.1 Esporte:

Gosta de esportes? () Sim () Não

Pratica algum? () Sim () Não

Qual esporte pratica? _____

7.2 Qual a opção de lazer que se tem no distrito?

() pescar

() caçar

() futebol

() outros – quais? _____

7.3 Festas

São realizados no Distrito festas?

() bailes () festas no 'interior' () religiosas () em casa ()
casamentos () batizados () aniversários () Rodeio

7.5 Quais as principais festas que acontecem aqui?

Você costuma participar de festas?

() Sim () Não

Você costuma organizar festas?

() Sim () Não

7.6 Freqüenta os bares ou restaurantes do Distrito?

() Sim Quando? _____ () Não

7.7 Quais as brincadeiras das crianças daqui?

Costumam comprar ou fazer os brinquedos?

() Compram () Fazem

8 . Motivos pelo qual vai à cidade?

() visitas amigos/parentes

() compras Quais? _____

() bancos

() saúde (médicos, dentistas, exames, farmácia)

() festas

() shopping (cinema)

() estudos

() outros _____

APÊNDICE B – Cessão de direito de entrevistas

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
GESTÃO DO TERRITÓRIO
Cessão Gratuita de Entrevista

Eu, Ana Antoniacomi,
RG: 3.907.135-5, declaro para os devidos fins que cedo os direitos
de minha entrevista, gravada no distrito de Guaragi, Município de Ponta
Grossa, Paraná, em 24/08/10, para a Pesquisadora Vanessa Marques
Barreto, RG: 7843.904-1 usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de
prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo
uso de terceiros ouvi-la e usar citações.

Local e Data:

Guaragi, 24 de agosto de 2010

Ana Antoniacomi

(assinatura do entrevistado/colaborador)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
GESTÃO DO TERRITÓRIO
Cessão Gratuita de Entrevista

Eu, José Carlos das Neves,
RG: 866847-7, declaro para os devidos fins que cedo os direitos
de minha entrevista, gravada no distrito de Guaragi, Município de Ponta
Grossa, Paraná, em 19/08/10, para a Pesquisadora Vanessa Marques
Barreto, RG: 7843.904-1 usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de
prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo
uso de terceiros ouvi-la e usar citações.

Local e Data:

Ponta Grossa, 19 de Agosto de 2010.

José Carlos das Neves
(assinatura do entrevistado/colaborador)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
GESTÃO DO TERRITÓRIO
Cessão Gratuita de Entrevista

Eu, Leonardo matias (Peli),
RG: 5463959-7, declaro para os devidos fins que cedo os direitos
de minha entrevista, gravada no distrito de Guaragi, Município de Ponta
Grossa, Paraná, em 19/08/10, para a Pesquisadora Vanessa Marques
Barreto, RG: 7843.904-1 usá-la integralmente ou em partes, sem restrições de
prazos e limites de citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo
uso de terceiros ouvi-la e usar citações.

Local e Data:

Guaragi, 19 de agosto de 2010

Leonardo matias

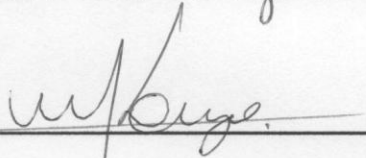
(assinatura do entrevistado/colaborador)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE MESTRADO EM GEOGRAFIA
GESTÃO DO TERRITÓRIO
Cessão Gratuita de Entrevista

Eu, WALTER JOSÉ DE SOUZA,
RG: 1928195, declaro para os devidos fins que cedo os direitos
de minha entrevista, gravada na Cidade de Ponta Grossa, Paraná, em
12/08/2010, para a Pesquisadora/entrevistadora Vanessa Marques Barreto,
RG: 7843.904-1 usá-la integralmente ou em partes, como subsídio à
construção de sua dissertação de Mestrado em Geografia da Universidade
Estadual de Ponta Grossa, sem restrições de prazos e limites de citações,
desde a presente data. Da mesma forma, autorizo uso de terceiros ouvi-la e
usar citações.

Local e Data:

Ponta Grossa, 12 de agosto de 2010


(assinatura do entrevistado/colaborador)

ANEXO A - Divisão Territorial do Município de Ponta Grossa (IBGE)

Ponta Grossa **Paraná - PR**

Histórico

As primeiras incursões de civilizados no território em que se situa atualmente o Município de Ponta Grossa teriam sido a da bandeira de Aleixo Garcia, em 1526, e a de Pero Lôbo e Francisco Chaves, em 1531. Em 1541, Álvares Nuñez Cabeza de Vacca, a caminho de Assunção, percorreu os Campos Gerais e tomou contato com os silvícolas que habitavam as margens do Tibagi. Onze anos mais tarde, Ulrich Schniedel, com quatro soldados alemães e vinte índios paraguaios, atravessava essas paragens vindo de Assunção para São Vicente. Mas só em princípios do século XVIII teve início o povoamento, quando alguns paulistas, atraídos pela beleza da região e excelência das pastagens, estabeleceram suas fazendas de criação próximo aos rios Verde e Pitangui. O pioneiro teria sido o Capitão-Mor Pedro Taques de Almeida, que, tendo obtido a sesmária da Conceição, aí construiu os primeiros currais, que passaram depois a pertencer a seu filho, o Capitão-Mor José de Góis e Moraes.

Logo após, o Tenente-Coronel Domingos Teixeira de Azevedo fundou as fazendas de Santana de Itaiacoca e Botuquara. Os jesuítas, com a doação dos campos de Pitangui, erigiram uma capela sob a invocação de Santa Bárbara do Pitangui e iniciaram uma povoação, que progrediu até a época em que foram expulsos, entrando em decadência desde que as terras passaram para o domínio dos beneditinos do convento de Santos.

Então começaram a surgir propriedades que serviam de pouso às tropas que do Sul se destinavam a São Paulo, principalmente à grande feira de Sorocaba. Construíram os tropeiros um tósco barracão, a que denominaram "casa-de-telhas", onde eram ministrados sacramentos e celebradas festas religiosas.

Prevendo o futuro da região, o Sargento-Mor Miguel da Rocha Ferreira Carvalhais propôs a fundação de um povoado. Sua proposta foi aceita, só divergindo as opiniões quanto à sede da povoação. Carvalhais então sugeriu a intervenção oracular de um casal de pombos, o qual, solto com uma laçada encarnada nos pés, veio pousar em uma cruz de madeira existente no alto do outeiro onde hoje se situa a catedral. Esse local, devido talvez à vegetação densa que o cobria, era chamado de Ponta Grossa.

O novo povoado tomou o nome de Estrela, mas a 15 de setembro de 1823 foi criada a freguesia, com a denominação de Ponta Grossa e sob a invocação de Santana.

Gentílico: ponta-grossense

Formação Administrativa

Distrito criado com a denominação de Ponta Grossa, por alvará de 15-09-1823, subordinado a vila de Castro.

Elevado à categoria de vila com a denominação de Ponta Grossa, pela lei provincial n.º 34, de 07-04-1855, desmembrado de Castro. Sede na antiga povoação de Nossa Senhora de Santana. Constituído do distrito sede. Instalado em 06-12-1855.

Elevado à condição de cidade com a denominação de Ponta Grossa, pela lei provincial n.º 82, de 24-03-1862.

Pela lei provincial n.º 281, de 15-04-1871, o município de Ponta Grossa tomou a denominação de Pitangui.

Pela lei provincial n.º 309, de 15-04-1872, foi restabelecido o nome de Ponta Grossa.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município de Ponta Grossa (ex-Pitangui) é constituído do distrito sede.

Assim permanecendo nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920.

Pelo decreto nº 2439, de 05-12-1931, o município de Ponta Grossa adquiriu o território do extinto município de Conchas, como simples distrito.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído de 2 distritos: Ponta Grossa e Conchas.

Em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o município aparece constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Conchas e Itaiacoca.

Pelo decreto-lei estadual nº 6667, de 31-03-1938, o distrito de Itaiacoca tomou o nome de Cerrado.

Pelo decreto-lei estadual nº 7573, de 20-10-1938, o de Cerrado voltou a chamar-se Itaiacoca.

No de 1939-1943, o município é constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Conchas e Itaiacoca (ex-Cerrado) quadro fixado para vigorar no período

Pelo decreto-lei estadual nº 199, de 30-12-1943, o distrito Conchas passou a denominar-se Uvaia. Cerrado voltou a chamar-se Itaiacoca.

Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o município é constituído de 3 distritos: Ponta Grossa, Itaiacoca e Uvaia (ex-Conchas).

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1955.

Pela lei estadual nº 3315, de 11-09-1957, Ponta Grossa adquiriu do município de Palmeira o distrito de Guaragi (ex-Entre Rios).

Pela lei estadual nº 4556, de 13-03-1962, é criado o distrito de PiriQUITOS e anexado ao município de Ponta Grossa.

Em divisão territorial datada de 31-XII-1963, o município é constituído de 5 distritos: Ponta Grossa, Guaragi, Itaiacoca, PiriQUITOS e Uvaia.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1999.

Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de 4 distritos: Ponta Grossa, Guaragi, Itaiacoca e Uvaia.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

**ANEXO B - Divisão Territorial de Ponta Grossa – Câmara Municipal de Ponta
Grossa – Lei nº 8.799**

L E I N° 8.799

Dispõe sobre a divisão territorial do Município de Ponta Grossa para fins de organização político-administrativa.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta lei traça as disposições fundamentais para a divisão territorial do Município de Ponta Grossa e tem por objetivos:

- I.** promover a organização territorial do Município;
- II.** delimitar as áreas do Município para fins de planejamento do uso do solo e da administração política, fiscal e tributária;
- III.** permitir a identificação precisa das áreas urbanas e rurais do Município.

Art. 2º. Para os efeitos de interpretação e aplicação desta Lei são adotadas as seguintes convenções:

- I.** *Município:* é ente jurídico e político, com poder de auto-governo, auto-administração e auto-organização, dotado de competência legislativa privativa e integrante da federação brasileira, seu fundamento de existência está ligado diretamente aos textos dos artigos 1º, 18, 29, 30 e 31 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- II.** *Perímetro Urbano:* é a linha limítrofe das zonas ou áreas urbanas fixadas por lei municipal; além do perímetro urbano da sede do Município, podem existir outros limitando as *zonas urbanas* isoladas, ou sedes dos distritos;
- III.** *Distrito-Sede:* é sinônimo de *Cidade* ou *Sede do Município*, consiste no núcleo urbano, independentemente do número de sua população, que concentra processo econômico não-agrícola ou pecuária, abriga os principais prédios públicos e se configura como sede do Governo Municipal;
- IV.** *Distrito Administrativo:* é divisão territorial do Município para fins de administração dos interesses públicos, diretamente vinculado ao Distrito-Sede;
- V.** *Sede Urbana de Distrito Administrativo:* é o núcleo urbano expressamente delimitado em lei, caracterizado pela concentração de atividades econômicas de natureza predominantemente não agrícola ou pecuária, diretamente vinculado ao Distrito-Sede para fins de administração pública;

- VI. *Zona Urbana*: o mesmo que *Área Urbana*; sob o aspecto político-administrativo é a área situada dentro dos perímetros urbanos do Distrito-Sede, das Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos e das Áreas Urbanas Isoladas; sob o aspecto tributário é a zona definida por lei municipal de acordo com os requisitos do Código Tributário Nacional;
- VII. *Zona Rural*: é toda a extensão do território municipal que não esteja abrangida no Distrito-Sede, nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos ou nas Áreas Urbanas Isoladas, na qual predominam as atividades agrícolas ou pecuárias;
- VIII. *Área Urbana Isolada*: é toda área expressamente definida como tal em lei municipal, observados os critérios do Código Tributário Nacional, e que não esteja abrangida no Distrito-Sede e nas Sedes Urbanas dos Distritos Administrativos, diretamente vinculada ao Distrito-Sede para fins de administração pública.

CAPÍTULO II DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

Art. 3º. O território do Município de Ponta Grossa, previsto na Lei Estadual n. 3.315, de 11 de setembro de 1957 e suas alterações posteriores, é fracionado para os efeitos desta lei da seguinte forma:

I- Distrito-Sede, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na Estrada Peri Pereira Costa (Ponta Grossa – Itaiacoca), na divisa com a sede campestre do Clube Guaíra, prolongamento na divisa do Jardim Paraíso, seguindo por uma estrada no sentido Itaiacoca – Centro, até a Rua Cândido Borsato do Jardim Paraíso, final da Avenida General Carlos Cavalcanti, sentido Bairro-Centro, até alcançar a Rua Beato Ceferino Jimenez Malla (Rua de acesso ao cemitério Parque Jardim Paraíso), seguindo por esta até encontrar o Rio Verde, descendo por este até encontrar os limites do loteamento André Dal’Col (Rio Verde), contornando-o externamente até encontrar novamente o Rio Verde, descendo pelo Rio Verde, até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a Rua Vicente Espósito, seguindo por esta até encontrar a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Rio Verde, seguindo por este até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar o limite do Jardim Residencial San Martin, contornando-o externamente até atingir a Estrada do Alagado, também denominada Estrada Arichernes Carlos Gobbo, retornando pela referida estrada até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até encontrar a rua final do Loteamento Jardim Lagoa Dourada II, Rua Amauri de Arruda Moura, seguindo pelo limite do loteamento até a Rua Edgar Bastos Pequeno, seguindo em linha seca sentido oeste até encontrar novamente o Rio Verde, até encontrar a confluência do Rio Pitangui, defletindo a direito sentido sul margeando pelo Rio Pitangui e propriedade de Celso Degraf, Capitação Pitangui Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, Celso Degraf, e a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a sudeste em linha seca com Usina Hidrelétrica do Pitangui da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), com o Rio Pitangui e Companhia Paranaense de Energia (COPEL), deflete a esquerda sentido Leste por linha seca Fazenda Auto da Cruz e Osmar Hilgemberg Junior, Antonio Cezar Neves Hilgemberg e Márcio Villela Costa, até encontrar a Estrada Velha Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo ainda pela Estrada Velha Ponta Grossa – Castro, contornando o Jardim Pitangui (Pieter J. Boonstappel), até a Rodovia Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo por esta até o limite do Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), divisa externa do lote nº 34, da quadra nº 04, até a estrada de ferro, seguindo por esta contornando o Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), até o limite do loteamento, seguindo pela rua que limita, denominada Corredor 7 até a Rodovia

Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo pela rodovia sentido Ponta Grossa até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia Ponta Grossa – Castro (PR-11), seguindo por esta no sentido Ponta Grossa até alcançar os limites do loteamento Jardim Santa Mônica, contornando-o externamente até encontrar faixa de 600,00m do eixo da Avenida Antonio Saad, seguindo por esta até a divisa do loteamento Vila Leila Maria, contornando-a externamente até encontrar os limites do Loteamento Jardim Bela Vista, contornando-o externamente, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia PR-151, seguindo por esta no sentido norte até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a faixa de 450,00m, do outro lado da Rodovia PR-151, retornando pela citada faixa até encontrar o limite do loteamento Jardim Eldorado, contornando-o externamente até o final da Rua N, seguindo por este ponto em linha seca até o Arroio Sem Denominação, por este até a sua nascente, deste ponto segue em linha seca até a Rua Centenário do Sul, seguindo por esta até encontrar o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a direção a sua nascente até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Augusto Severo, seguindo por esta até encontrar a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até encontrar a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a Rua Centenário, seguindo por esta até a confluência com a Rua João Batista França e Silva, deste ponto segue em linha seca até a nascente do Arroio Sem Denominação, seguindo por este até encontrar o final da Rua N, quadra nº 11, deste ponto segue por linha reta até o ponto onde encontra a Rua Pintassilgo, próximo à esquina da Rua Colibri, na Vila Real, contornando-a externamente e seguindo em linha reta a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373, seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Periquitos, contornando-o externamente até encontrar novamente a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373 e seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Bom Retiro, contornando-o externamente até o final da Rua G, divisa com o imóvel do Espólio de Caetano Chesini, deste ponto segue em linha reta até encontra o marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR-376/373, cruzando a BR-373 do outro lado, retornando na faixa de 450,00m, no sentido Sul, até encontrar os limites do loteamento Jardim Cristo Rei III, contornando-o externamente até encontrar novamente o loteamento Jardim Cristo Rei, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR-373, seguindo no sentido Sul até encontrar os limites do loteamento Residencial Vila Romana, contornando-o externamente até atingir o cruzamento da Rua Leonora Szirmane (antiga Rua nº 4), do loteamento Jardim Santa Edwiges, com a Rua Frei Thiago Luchese, deste ponto seguindo por um alinhamento reto sentido sul até o ponto situado na confluência entre a Rua D da Chácara 31 de Março com o Rio Taquari, contornando-a externamente até atingir a Estrada do Taquari dos Polacos, esquina com a Rua Irineu Stadler (antiga Rua nº 04), da Vila Ildemira; deste ponto segue por um alinhamento reto até alcançar o ponto situado no arroio, na confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, deste ponto segue pelo Arroio Gertrudes, seguindo por este até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar a sanga localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta sanga até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até encontrar a sanga sem denominação localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até encontrar o Arroio Sabará, seguindo por este até encontrar o Arroio Gertrudes, seguindo por este até a confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, contornando-o até o ponto onde encontra a confluência entre a Rua Rojmar Dinies Escobar e a Estrada José Kalinoski, deste ponto segue por uma linha reta até alcançar a nascente do arroio Ressaca na divisa do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, seguindo por este até encontrar os limites do imóvel denominado de Chácara Inhazinha, área do Centro Agropecuário, contornando-o até encontrar a Estrada da Colônia Tavares Bastos, seguindo

por este até encontrar o ponto de confluência com limite do imóvel matriculado sob nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, contornando externamente até encontrar o arroio da Ronda, seguindo pelo citado arroio até encontrar o Arroio do Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar a Av. Vicente de Mauá, seguindo por esta até encontrar a Rua Greenhals, seguindo por esta até encontrar a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até encontrar a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Franco Grilo, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar o Arroio de Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar o Arroio da Ronda, seguindo por este até encontrar o ponto com coordenadas 582.026,85(x) e 7.220.482,16(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até o arroio, no prolongamento da Rua Ozório Guimarães Martins, antiga Rua B, da Vila Contin, seguindo pelo arroio acima, até a Rua Padre João Piamarta, antiga Rua E, da Vila Contin, seguindo em linha reta até encontrar a confluência da Rua João Gualberto com a Rua Arno Wolff, seguindo pela Rua Arno Wolff até encontrar a antiga Estrada de Ferro da RFFSA, linha Sul, seguindo por esta até encontrar o Corredor A, do Jardim Recreio, seguindo por este até o Corredor sem denominação, do loteamento Jardim Recreio, seguindo por este e contornando o loteamento Jardim Recreio até o Rio Tibagi, seguindo pelo Rio Tibagi acima até encontrar o limite do Loteamento do Jardim Recreio, contornando-o externamente até encontrar a Estrada de Ferro da RFFSA – linha Sul, retornando pela estrada de ferro até a Rua Bernardo Guimarães, no loteamento Santa Tereza, seguindo por esta até a confluência da Estrada da Colônia Possidônio, contornando externamente o imóvel matriculado sob o nº 21.512 de 1º Registro de Imóveis, desta comarca, de propriedade de Adalto Gambassi de Araújo, até o ponto com coordenadas 583.558,44(x) e 7.218.406,59(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até encontrar um córrego no final da Rua Saí, no loteamento denominado Conjunto Habitacional Santa Marta, descendo por este córrego até os limites do imóvel da SVERDI – Propagação e Cultura, contornando o citado imóvel até a Rua Saíra, do Núcleo Habitacional Santa Maria, deste ponto segue em linha reta até encontrar o ponto final do Corredor C e divisa da Granja Santa Maria, contornando-a externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Avenida Presidente Kennedy, seguindo por esta até uma linha paralela à Avenida Newton Slaviero, antiga Rodovia Ponta Grossa – Palmeira, numa faixa de 500,00m, seguindo até o Rio Tibagi e seguindo rio acima até a barra com o Rio Guabirola, seguindo por este acima até a barra com o Arroio Capão Grande, seguindo por este acima, cruzando a Rodovia BR-376, até os limites do Jardim Nova Vila Velha (Vila Jamil), contornando-o externamente até encontrar a faixa de 1.250,00m da Rodovia BR-376, retornando pela referida faixa até encontrar o Rio Botuquara, descendo por este até encontrar a Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até o limite do Jardim Paraíso, contornando-o externamente até atingir a Estrada Peri Pereira da Costa, Ponta Grossa – Itaiacoca, no ponto inicial;

(NR)

***Redação determinada pela Lei nº 9.055/07**

II Distrito Administrativo de Piquitos, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência da Rodovia PR-151 com o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a faixa de 450,00m, da Rodovia PR-151, seguindo pela citada faixa até encontrar o limite do loteamento Jardim Eldorado, contornando-o externamente até o final da Rua N, seguindo por este ponto em linha seca até o Arroio Sem Denominação, seguindo por este até a sua nascente, deste ponto segue em linha seca até a Rua Centenário do Sul, seguindo por esta até encontrar o Arroio Lageadinho, seguindo por este em direção a sua nascente até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Augusto Severo, seguindo por esta até encontrar a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até encontrar a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Pedro Álvares Cabral, seguindo por esta até encontrar a Rua Rio de Janeiro, seguindo por esta até o Arroio Lageadinho, seguindo por este até encontrar a Rua Centenário, seguindo por esta até a confluência com a Rua João Batista França e Silva, deste ponto segue em linha seca até a nascente do Arroio Sem Denominação, seguindo por este até encontrar o final da

Rua N, quadra nº 11, deste ponto segue por linha reta até o arroio no ponto onde encontra a Rua Pintassilgo, próximo à esquina da Rua Colibri, na vila Real, contornando-a externamente e seguindo em linha reta até a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373, seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Periquitos, contornando-o externamente até encontrar novamente a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373 e seguindo por esta no sentido Norte até encontrar o loteamento Jardim Bom Retiro, contornando-o externamente até o final da Rua G, divisa com o imóvel do Espólio de Caetano Chesini, deste ponto segue em linha reta até encontrar o marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR- 373, trevo da BR-376/373, seguindo pela Rodovia BR-376, sentido noroeste até encontrar o Rio Tibagi, seguindo por ele no sentido Nordeste até a foz do Arroio Barbado, segue este até a sua cabeceira, segue em linha reta até a cabeceira de uma sanga à margem esquerda do Rio Congonhas, segue o Rio Congonhas até a sua foz, até alcançar o Rio Pitangui, seguindo por este até encontrar o arroio Caixa D'Água, seguindo por este até a confluência com a PR 151, seguindo por esta até a confluência do Rio Pitangui, chegando ao ponto inicial;

III - Distrito Administrativo de Uvaia, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia no marco do quilômetro nº 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR- 376/373, seguindo no sentido sul até encontrar a faixa de 450,00m da BR-373, seguindo por esta faixa, sentido sul até encontrar os limites do loteamento Jardim Cristo Rei III, contornando-o externamente até encontrar novamente o loteamento Jardim Cristo Rei, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia BR- 373, seguindo no sentido Sul até encontrar os limites do loteamento Residencial Vila Romana, contornando-o externamente até atingir o cruzamento da Rua Leonora Szirmane (antiga Rua nº 4), do loteamento Jardim Santa Edwiges, com a Rua Frei Thiago Luchese, deste ponto seguindo por uma linha reta sentido sul até o ponto situado na confluência entre a Rua D da Chácara 31 de Março com o Rio Taquari, contornando-a externamente até atingir a Estrada do Taquari dos Polacos, esquina com a Rua Irineu Stadler (antiga Rua nº 04), da Vila Ildemira; deste ponto segue por linha reta até alcançar o ponto situado no Arroio Gertrudes, na confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, deste ponto segue pelo Arroio Gertrudes, seguindo por este até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar a sanga localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta sanga até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até a Rua Paul Harris, seguindo por esta até encontrar a sanga sem denominação localizada entre as Ruas Frei Gaspar Zonta e Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até encontrar o Arroio do Sabará, seguindo por este até encontrar o Arroio Gertrudes, seguindo por este até a confluência com a Rua Cirema Becker, do Parque Shangri-lá, contornando o loteamento externamente até o ponto onde encontra a confluência entre a Rua Rojmar Dinies Escobar e a Estrada José Kalinoski, deste ponto segue por uma linha reta até alcançar a nascente do arroio Ressaca na divisa do Núcleo Habitacional Santa Terezinha, seguindo por este até encontrar os limites do imóvel denominado de Chácara Inhazinha, área do Centro Agropecuário, contornando-o externamente até encontrar a Estrada da Colônia Tavares Bastos, seguindo por esta até encontrar o ponto de confluência com o limite do imóvel matriculado sob o nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, contornando externamente até encontrar o arroio da Ronda, seguindo por este até a confluência entre o Arroio da Ronda com o Rio Tibagi, seguindo por ele sentido noroeste, até encontrar a BR 376, seguindo por esta no sentido sudeste até encontrar o marco do quilômetro 12, da Rodovia BR-373, trevo da BR 376/373, no ponto inicial;

IV - Distrito Administrativo de Guaragi, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência entre o imóvel matriculado sob o nº 2.004 do 1º Registro de Imóveis, com o Arroio da Ronda, seguindo pelo citado arroio até encontrar o Arroio Capão do Cipó, seguindo por este até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta até encontrar a Av. Visconde de Mauá, seguindo por esta até encontrar a Rua Greenhals, seguindo por esta até encontrar a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até encontrar a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Franco Grilo, seguindo por esta até encontrar a Rua Dr. Caminhoá, seguindo por esta

até encontrar o Arroio de Capão do Cipo', seguindo por este até encontrar o Arroio da Ronda, seguindo por este até encontrar o ponto com coordenadas 582.026,85(x) e 7.220.482,16(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até o arroio, no prolongamento da Rua Ozório Guimarães Martins, antiga Rua B, da Vila Contin, seguindo pelo arroio acima, até a Rua Padre João Piamarta, antiga Rua E, da Vila Contin, seguindo em linha reta até encontrar a confluência da Rua João Gualberto com a Rua Arno Wolff, seguindo pela Rua Arno Wolff até encontrar a antiga Estrada de Ferro da RFFSA, linha Sul, seguindo por esta até encontrar o Corredor A, do Jardim Recreio, seguindo por este até o Corredor sem denominação, do loteamento Jardim Recreio, seguindo por este e contornando o loteamento Jardim Recreio até o Rio Tibagi, seguindo pelo Rio Tibagi acima até encontrar o limite do Loteamento Jardim Recreio, contornando-o externamente até encontrar a Estrada de Ferro da RFFSA - linha Sul, retornando pela estrada de ferro até a Rua Bernardo Guimarães, no loteamento Santa Tereza, seguindo por esta até a confluência da Estrada da Colônia Possidônio, contornando externamente o imóvel matriculado sob o nº 21.512 do 1º Registro de Imóveis, desta comarca, de propriedade de Adalto Gambassi de Araújo, até o ponto com coordenadas 583.558,44(x) e 7.218.406,59(y) no sistema de projeção UTM (fuso 22 sul) datum SAD-69, deste ponto segue em linha reta até encontrar um córrego no final da Rua Saí, no loteamento denominado Conjunto Habitacional Santa Marta, descendo por este córrego até os limites do imóvel da SVERDI - Propagação e Cultura, contornando o citado imóvel até a Rua Saíra, do Núcleo Habitacional Santa Maria, deste ponto segue em linha reta até encontrar o ponto final do Corredor C e divisa da Granja Santa Maria, contornando-a externamente até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Avenida Presidente Kennedy, seguindo por esta até uma linha paralela à Avenida Newton Slaviero, antiga Rodovia Ponta Grossa - Palmeira, numa faixa de 500,00m, seguindo até o Rio Tibagi e seguindo rio acima até a barra com o Rio Guabiroba, seguindo por este acima até a barra com o Arroio Capão Grande, seguindo por este acima até a confluência com a rodovia BR-376, seguindo pela Rodovia na direção geral sudeste até encontrar o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Palmeira, desce por este até a foz do Rio Caniú, sobe por este até a foz do arroio Tabuleiro, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por linha seca e reta na direção geral sudeste até a cabeceira do arroio Rincão dos Coxos, desce por este até a sua foz no Rio Guaraúna, desce por este até o Rio Tibagi, na divisa com o Município de Teixeira Soares, sobe por este até o arroio da Ronda, confluência com o imóvel matriculado sob o nº 2.004, do 1º Registro de Imóveis, ponto inicial;

V - Distrito Administrativo de Itaiacoca, delimitado pelo seguinte perímetro: inicia na confluência entre a Rodovia BR-376 com o arroio Capão Grande, seguindo por este até os limites do Jardim Nova Vila Velha (Vila Jamil), contornando-o externamente até encontrar a faixa de 1.250,00m da Rodovia BR-376, retornando pela referida faixa até encontrar o Rio Botuquara, descendo por este até encontrar a Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até o limite do Jardim Paraíso, contornando-o externamente até atingir a Estrada Peri Pereira da Costa, Ponta Grossa - Itaiacoca na divisa com a sede campestre do Clube Guaíra, prolongamento na divisa do Jardim Paraíso, seguindo por uma estrada, no sentido Itaiacoca - Centro, até a Rua Cândido Borsato do Jardim Paraíso, final da Avenida General Carlos Cavalcanti, sentido Bairro-Centro, até alcançar a Rua Beato Ceferino Jimenez Malla (Rua de acesso ao cemitério Parque Jardim Paraíso), seguindo por esta até encontrar o Rio Verde, descendo por este até encontrar os limites do loteamento André Dal'Col (Rio Verde), contornando-o externamente até encontrar novamente o Rio Verde, descendo pelo Rio Verde, até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até encontrar a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a Rua Vicente Esposito, seguindo por esta até encontrar a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até a Rua Barão de Ramalho, seguindo por esta até o Arroio Francelina, seguindo por este até encontrar o Arroio Claudionora, seguindo por este até encontrar o Rio Verde, seguindo por este até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar o limite do Jardim Residencial San Martin, contornando-o externamente até atingir a Estrada do Alagado, também denominada Estrada Arichernes Carlos Gobbo, retornando pela referida estrada até encontrar a faixa de

domínio da Estrada de Ferro Central do Paraná, seguindo por esta até encontrar a faixa de domínio da Estrada de Ferro Central do Brasil, seguindo por esta até encontrar a rua final do Loteamento Jardim Lagoa Dourada II, Rua Amauri de Arruda Moura, seguindo pelo limite do loteamento até a Rua Edgar Bastos Pequeno, seguindo em linha seca sentido oeste até encontrar novamente o Rio Verde, descendo por este até a ponte da Estrada Velha Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo ainda pela Estrada Velha Ponta Grossa - Castro, contornando o Jardim Pitangui (Pieter J. Boonstappel), até a Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo por esta até o limite do Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), divisa externa do lote nº 34, da quadra nº 04, até a estrada de ferro, seguindo por esta contornando o Jardim Pitangui (Jorge Miguel Ajuz), até o limite do loteamento, seguindo pela rua que o limita, denominada Corredor 7 até a Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo pela rodovia no sentido Ponta Grossa até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia Ponta Grossa - Castro (PR-11), seguindo por esta no sentido Ponta Grossa até alcançar os limites do loteamento Jardim Santa Mônica, contornando-o externamente até encontrar a faixa de 600,00m do eixo da Avenida Antonio Saad, seguindo por esta até a divisa do loteamento Vila Leila Maria, contornando-a externamente até encontrar os limites do Loteamento Jardim Bela Vista, contornando-o externamente, até encontrar a faixa de 450,00m do eixo da Rodovia PR-151, seguindo por esta no sentido norte até o Rio Pitangui, seguindo pelo Rio Pitangui abaixo até encontrar a Rodovia PR-151, seguindo por esta até encontrar o arroio Caixa D'Água, na divisa com o Município de Carambei; sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue pó linha seca e reta até a cabeceira de um afluente na margem esquerda do Rio Caçandoca, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira de um contravertente afluente da margem direita do Rio Moqué, desce por este até sua foz no Rio Moqué, desce por este até a sua foz na represa do Rio dos Alagados, segue por esta até o Rio Pitangui, sobe por este até a foz do Rio São Miguel na divisa com o Município de Castro, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto por linha seca e reta na direção geral leste até a cabeceira do Rio Ribeirão Grande, desce por este até sua foz no Rio Ribeirão Guarituba, desce por este até a sua foz no Rio Conceição, na divisa com o Município de Campo Largo, sobe por este até a sua cabeceira deste ponto segue pelo divisor de águas nos Rios Ribeira e Tibagi até defrontar a cabeceira do Rio Tibagi na divisa com o município de Palmeira, desce por este até a Rodovia Br-376, segue por esta até a confluência com o arroio Capão Grande, ponto inicial;

CAPÍTULO III DAS ÁREAS URBANAS

Art. 4º. Além do Distrito-Sede descrito na forma do inciso I do artigo anterior, são consideradas como áreas urbanas do Município de Ponta Grossa para todos os efeitos legais, as seguintes áreas urbanas isoladas:

- I.** os loteamentos Vila Ernestina, Jardim São Lucas, e Jardim São Jorge;
- II.** em Guaragi a área abrangida pelo seguinte perímetro: inicia o marco O=PP, cravado em peroba próximo à confluência do prolongamento a Rua Júlio Moleta e a ferrovia Ponta Grossa - Porto Alegre, daí segue margeando a referida ferrovia, com o rumo de 25°00'NE e na distância de 262,70m, até a estaca 1, de onde segue com o rumo de 70°38'NO na distância de 109,00m, até a estaca 2, seguindo então com o rumo de 52°22'SO, na distância de 40,00m, até a estaca 3, onde segue com o rumo de 88°08'SO e na distância de 102,00m, confrontando com propriedade de Padeus Scoviski, até a estaca 4, com o rumo de 79°13'SO e a distância de 60,00m, confrontando com propriedade de Leopoldo Chibanski, até a estaca 5, com o rumo de 49°19' SO e distância de 29,00m, até a estaca 6, confrontando ainda com Propriedade de Leopoldo Chibanski, seguindo com o rumo de 84°19'SO e a distância de 180,00m, até a estaca 7; com a mesma confrontação segue com o rumo de 84°33'SO e a distância de 60,00m, ainda com a mesma confrontação, até a

estaca 8; daí segue com o rumo de 82°15'SO e a distância de 120,00m, confrontando com propriedade de José Brasil, até a estaca 9, de onde segue com o rumo de 70°04'NO e a distância de 132,00m, até a estaca 10, com a mesma confrontação, seguindo com rumo de 87°28'SO e a distância de 80,00m, com a mesma confrontação, até a estaca 11, de onde segue com rumo de 47°11'SO e a distância de 86,00m, confrontando com propriedade de José Vitikoski, até a estaca 12, de onde segue com rumo de 32°53'SO, a distância de 100,00m, com a mesma confrontação, até a estaca 13, de onde segue com rumo de 15°45'SE e a distância de 140,00m, margeando um valo, até a estaca 14, de onde segue o rumo de 16°24'SE e a distância de 100,00m, até a estaca 15; seguindo daí com o rumo de 16°39'SE e a distância de 50,00m, até a estaca 16, de onde segue com rumo de 35°49'SE e a distância de 60,00m, confrontando com propriedade de Sebastião Ribas, até a estaca 17, com o rumo de 33°09'SE e a distância de 100,00m, até a estaca 18, confrontando com propriedade de Edmundo Zagobinski, seguindo então com o rumo de 34°02'SE e a distância de 300,00m, margeando o valo e cruzando com um córrego até a estaca 19, de onde segue com o rumo de 11°02'SE e a distância de 344,00m, confrontando com propriedade de Paulo Machinski, até a estaca 20, de onde segue por estrada, confrontando com propriedade de Hermenegildo Antoniacomi, com rumo de 65°02'SE e a distância de 256,00m, até a estaca 21, de onde segue pela mesma estrada com rumo de 51°54'NE e a distância de 180,00m, até a estaca 22, seguindo pela estrada com rumo 48°54'NE e a distância de 340,00m, até a estaca 23, de onde segue com rumo de 43°51'NE e a distância de 200,00m, pela estrada até a estaca 24, continuando com o rumo de 46°51'NE e a distância de 170,00m, pela mesma estrada até a estaca 25, daí seguindo pela estrada que liga Ponta Grossa a Guaragi, com rumo de 34°09'NO e a distância de 340,00m, até a estaca 26, de onde segue pela referida estrada, com rumo de 02°16'NO e a distância de 153,00m, até a estaca 27, seguindo com o rumo de 88°21'NO e a distância de 27,50m, até a estaca 28, de onde segue com o rumo de 88°46'NO e a distância de 182,70m, até atingir o marco O=PP, ponto de partida;

- III. a área urbana isolada da localidade de Uvaia, abrangida pelo seguinte perímetro: inicia no marco O=PP, cravado em peroba próximo à confluência da BR/373 e a estrada de acesso ao Distrito de Uvaia, de onde segue com o rumo 79°00'NO e a distância de 555,00m, margeando a BR/373 até a estaca 1, com o rumo de 72°50'NO e a distância de 120,00m, até a estaca 2, com o rumo de 60°25'NO e a distância de 60,00m, até a estaca 3, com o rumo de 53°20'NO e a distância de 70,00m, até a estaca 4, com o rumo de 38°45'NO e a distância de 93,00m, até a estaca 5, com rumo de 31°45'NO e a distância de 167,00m, até a estaca 6, ainda margeando a BR/373, daí seguindo com o rumo de 05°50'NE e a distância de 54,20m, até a estaca 7, de onde segue margeando o Rio Tibagi, com rumo de 50°18'NE e a distância de 100,00m, até a estaca 8, com o rumo de 70°48'NE e a distância de 180,00m, até a estaca 9, com o rumo de 42°48'NE e a distância de 106,00m, até a estaca 10, com o rumo de 45°48'NE e a distância de 200,00m, até a estaca 11, com o rumo de 31°33'NE e a distância de 20,00m, até a estaca 12, com o rumo de 58°33'NE e a distância de 21,00m, até a estaca 13, com o rumo de 37°03'NE, na distância de 69,00m, até a estaca 14, com o rumo de 28°00'NE, na distância de 117,00m, até a estaca 14-A, próxima ao Rio Tibagi, de onde segue com o rumo de 54°00'SE e a distância de 168,00m, até a estaca 15-A, seguindo com o rumo de 30°00'SO e a distância de 126,00m, margeando a estrada de acesso ao cemitério local, até a estaca 16-A, de onde segue com o rumo de 52°30'SE e a distância de 51,00m, até a estaca 17-A, daí seguindo com o rumo de 31°00'SE e a distância de 368,00m, até a estaca 19, com o rumo de 16°30'SE e a distância de 142,00m, até a estaca 20, e, finalmente, com o rumo de 11°30'SO e a distância de 252,00m até atingir o marco O=PP, ponto de partida;
- IV. as áreas urbanas isoladas de alta densidade das povoações localizadas no Distrito de Itaiacoca e Piriqitos, constituídas por edificações contínuas e dotadas de equipamentos urbanos e comunitários essenciais.

CAPÍTULO IV SEDES URBANAS DOS DISTRITOS ADMINISTRATIVOS

Art. 5º. Os Distritos Administrativos do Município contarão com sedes urbanas delimitadas na forma seguinte:

- I.** *Sede Urbana do Distrito de Uvaia:* situada no Bairro da Chapada, inicia na confluência da Rua José Pierre com a Rua Paul Harris, seguindo pela Rua Paul Harris até a confluência com a Rua Laudelino Gonçalves, seguindo por esta até o limite do Loteamento Jardim Santana do Sabará, contornando-o externamente até encontrar a Rua José Pierre, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência com a Rua Paul Harris;
- II.** *Sede Urbana do Distrito de Piriquitos:* situada no Bairro de Nova Rússia, inicia na confluência da Av. Dom Pedro II com a Rua Augusto Severo, seguindo por esta até a confluência com a Rua José Pedro de Carvalho, seguindo por esta até a confluência com a Rua Alberto de Oliveira, seguindo por esta até a confluência com a Av. Dom Pedro II, seguindo por esta até fechar o Perímetro na confluência da Av. Dom Pedro II com a Rua Augusto Severo;
- III.** *Sede Urbana do Distrito de Itaiacoca:* situada no Bairro de Uvaranas, inicia na confluência da Av. General Carlos Cavalcanti com a Rua Nicolau Florenzano, seguindo por esta até a confluência com a Rua Teixeira Mendes, seguindo por esta até a confluência com a Rua Vicente Espósito, seguindo por esta até a confluência com a Av. General Carlos Cavalcanti, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência da Av. General Carlos Cavalcanti com a Rua Nicolau Florenzano;
- IV.** *Sede Urbana do Distrito de Guaragi:* situada no Bairro de Oficinas, inicia na confluência da Rua Greenhals com a Av. Visconde de Mauá, seguindo por esta até a confluência com a Rua Dr. Caminhoa, seguindo por esta até a confluência com a Rua Franco Grilo, seguindo por esta até a confluência com a Rua Marechal Mallet, seguindo por esta até a confluência com a Rua Dom Pedro I, seguindo por esta até a confluência com a Rua Greenhals, seguindo por esta até fechar o perímetro na confluência da Rua Greenhals com a Av. Visconde de Mauá.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. No prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da publicação desta lei, o Poder Executivo definirá, em decreto, os limites das áreas urbanas situadas no Distrito de Itaiacoca e Piriquitos.

Art. 7º. Ficam revogadas as Leis nºs 4.857, de 29/12/92; 5.095 de 19/09/1994, 5.235 de 04/06/1995, 5.345, de 20/11/95, 5.594 de 11/06/1996, 5.675 de 16/09/1996, 5.779, de 22/04/97, 5.949 de 16/04/1998 6.119 de 15/03/1999, 6.306 de 18/11/1999 e 7.717 de 01/07/2004, 7.930 de 08/12/2004.

Art. 8º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

(Esta lei foi decretada pela Câmara Municipal, na Sessão Extraordinária realizada no dia 21 de dezembro de 2.006, conferindo com o original que consta no Livro de Registro de Leis, deste Legislativo).

DEPARTAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO, em 22 de dezembro de 2.006.

Ver. DELMAR PIMENTEL
Presidente

Vra. ALINA DE ALMEIDA CÉSAR
1ª Secretária

Proj. 412/06